

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
MESTRADO EM SOCIOLOGIA

**AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DA VIOLÊNCIA URBANA:
CAMADAS MÉDIAS E OPERÁRIAS DA CIDADE DE
GOIÂNIA.**

Autora: Adrienny Pereira Tinoco

Orientadora: Prof. Dra. Dalva Maria Borges de Lima Dias de Souza

Goiânia
2010

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR AS TESES E DISSERTAÇÕES ELETRÔNICAS NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou *download*, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

1. Identificação do material bibliográfico: **Dissertação** **Tese**

2. Identificação da Tese ou Dissertação

Nome completo do autor: Adrienny Pereira Tinoco

Título do trabalho: As Representações Sociais da Violência Urbana: Camadas Médias e Operárias da Cidade de Goiânia.

3. Informações de acesso ao documento:

Concorda com a liberação total do documento SIM NÃO¹

Havendo concordância com a disponibilização eletrônica, torna-se imprescindível o envio do(s) arquivo(s) em formato digital PDF da tese ou dissertação.

Adrienny Pereira Tinoco

Assinatura do (a) autor (a) ²

Data: 13 / 09 / 2016

¹ Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. A extensão deste prazo suscita justificativa junto à coordenação do curso. Os dados do documento não serão disponibilizados durante o período de embargo.

²A assinatura deve ser escaneada.

Adrienny Pereira Tinoco

**AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DA VIOLÊNCIA URBANA:
CAMADAS MÉDIAS E OPERÁRIAS DA CIDADE DE
GOIÂNIA.**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Faculdade de Ciências Sociais, da Universidade Federal de Goiás, como um dos requisitos para a obtenção do título de mestre em Sociologia, sob orientação da Profa. Dra. Dalva Maria Borges de Lima Dias de Souza.

Goiânia
2010

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Pereira Tinoco, Adrienny
AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DA VIOLÊNCIA URBANA:
CAMADAS MÉDIAS E OPERÁRIAS DA CIDADE DE GOIÂNIA.
[manuscrito] / Adrienny Pereira Tinoco. - 2010.
CLV, 155 f.

Orientador: Profa. Dra. Dalva Maria Borges de Lima Dias de Souza.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás,
Faculdade de Ciências Sociais (FCS), Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Goiânia, 2010.

Anexos.

Inclui mapas, tabelas, lista de tabelas.

1. Representações Sociais. 2. Violência Urbana. 3. Sentimento de Insegurança. 4. Estigmatização. 5. Segregação Sócio-espacial. I. Maria Borges de Lima Dias de Souza, Dalva , orient. II. Título.

CDU 316.334.55/56



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

ATA DA SESSÃO DE JULGAMENTO DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE

ADRIENNY PEREIRA TINOCO

Aos treze dias do mês de setembro de 2010, às 14 horas, na sala 29 da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Federal de Goiás, realizou-se a sessão de julgamento da Dissertação de Mestrado da mestranda **ADRIENNY PEREIRA TINOCO**, intitulada *As Representações Sociais da Violência Urbana: camadas médias e operárias da cidade de Goiânia*. A Banca Examinadora foi composta, conforme Portaria n.º20/2010-FCS, de 13 de setembro de 2010, pelos seguintes Professores Doutores: Dalva Maria Borges de Lima Dias de Souza (Presidente/UFG), Dijaci David de Oliveira (UFG) e Pedro Humberto Faria Campos (PUC-GO) – Suplente: Francisco Chagas Evangelista Rabêlo (UFG). A candidata apresentou o trabalho, os examinadores a arguíram e ela respondeu as arguições. Às 16:29 horas, a Banca Examinadora passou a julgamento em sessão secreta, pela qual foram atribuídos à mestranda os seguintes resultados:

Aprovado(a) () Reprovado(a)

Dra. Dalva Maria Borges de Lima Dias de Souza

Aprovado(a) () Reprovado(a)

Dr. Dijaci David de Oliveira

Aprovado(a) () Reprovado(a)

Dr. Pedro Humberto Faria Campos

Resultado Final

Aprovado

Reaberta a sessão pública, o Presidente da Banca Examinadora proclamou os resultados e encerrou a sessão, da qual foi lavrada a presente ata que vai assinada por mim, Daisy Luzia do Nascimento Silva Caetano, Secretária do Programa de Pós-Graduação em Sociologia, e pelos membros da Banca Examinadora.

Daisy Luzia do Nascimento

Dedicatória

*À minha amada família, meus pais Joaquina e Gaspar,
minhas irmãs Patrícia e Kellyanae meu sobrinho Breno,
por representarem a fé e a força que eu tenho.*

Agradecimentos

À minha família (meus pais, minhas irmãs e meu sobrinho) por toda compreensão, incentivo e carinho nos meus momentos de fraqueza.

Aos meus queridos familiares, em especial minha prima e amiga Adriana por toda força e confiança depositadas em mim.

À minha orientadora Dalva, pela paciência, apoio, dedicação, pelas contribuições incontáveis na minha formação acadêmica e por acreditar que eu seria capaz de concluir o mestrado.

A todos os professores e professoras do Departamento de Ciências Sociais, em especial aos professores Francisco Chagas E. Rabelo e Jordão Horta Nunes, que me acompanharam desde a graduação, que sempre me incentivaram e contribuíram muito para o meu desenvolvimento. E aos professores Luís Melo e Marta Roverly, que me deram a primeira oportunidade de pesquisa na universidade, o que contribuiu muito para o meu crescimento.

A você minha querida amiga Jaqueline, que esteve presente em todos os momentos da minha formação e continua presente... e com quem eu sempre pude contar.

À minha querida amiga Najla, por fazer parte desse trabalho com toda sua dedicação em me ensinar, em me ouvir quando eu precisava, enfim por estender seu ombro amigo.

À minha querida amiga Luciana, que foi quem primeiro me incentivou para a escolha do mestrado e que estava sempre torcendo, em cada etapa.

Aos meus companheiros de mestrado, com os quais compartilhei dúvidas e conhecimentos.

Aos amigos e amigas que participaram comigo das descobertas da Sociologia, que acompanharam esses anos de trabalho intenso e que compartilharam a experiência do trabalho

de campo, Aline, Simone, Jaquelaine, Marcilaine, Guilherme, Francy, Neville, Dione, Arthur, Marcos, em especial aos que estiveram mais próximos, com os quais viajei e dividiu cansaço, as alegrias, os conhecimentos... em longas semanas de viagem, Iamanda, Luciana, Paulo e Jean.

A todas as pessoas que participaram desse trabalho, durante as pesquisas, ao grupo que trabalhou comigo na aplicação dos questionários, aos que se dispuseram a responder o questionário, e às pessoas que me concederam as entrevistas.

A CAPES pelos 24 meses de bolsa, que foi de fundamental importância para maior dedicação ao aprendizado.

À Universidade Federal de Goiás, que possibilitou minha formação acadêmica e meu desenvolvimento intelectual e humano.

A todos e a todas, o meu mais sincero agradecimento. Vocês foram essenciais para essa conquista!

Resumo

A violência urbana é uma constante preocupação, principalmente nas grandes cidades, acarretando sentimento de insegurança e medo da criminalidade. São tanto sentimentos, como percepções que atrapalham a convivência social. Neste contexto, o estudo das representações sociais da violência é de suma importância para se entender como o fenômeno da criminalidade e suas conseqüências, se expressam como sentimentos de insegurança que moldam as relações sociais, pois as representações criam formas de sociabilidade que os indivíduos tomam como referência para se posicionar frente aos diferentes aspectos da realidade social. O presente estudo problematiza essas questões e se propõe a apreender as representações sociais construídas acerca da violência urbana em duas classes sociais distintas, na cidade de Goiânia. Visa compreender como as falas cotidianas influenciam o comportamento dos habitantes de Goiânia, construindo fenomenologicamente a violência urbana e aumentando o sentimento de insegurança. Visa ainda perceber as condutas e valores associados à violência urbana, bem como entender de que forma a inserção social influencia nas representações sociais da violência e dessa forma, na estigmatização da pobreza e na construção de territórios segregados.

Palavras-Chave: representações sociais, violência urbana, sentimento de insegurança, estigmatização, segregação sócio-espacial.

Abstract

Urban violence is a constant concern, especially in large cities, leading to feelings of insecurity and fear of crime. They are both feelings as perceptions that hinder social harmony. In this context, the study of social representations of violence is of paramount importance to understand how the phenomenon of crime and its consequences, are expressed as feelings of insecurity that shape social relations, because they create forms of social representations that individuals make as reference to position themselves in the different aspects of social reality. This paper discusses these issues and intends to apprehend the social representations about the violence in two different social classes in the city of Goiania. Seeks to understand how everyday discourse influence the behavior of residents of Goiânia, constructing phenomenologically urban violence and increasing the feeling of insecurity. Also aims to understand the attitudes and values associated with urban violence, and understand how the social integration influences the social representations of violence and thus the stigma of poverty and the construction of segregated areas.

Keywords: social representations, urban violence, feelings of insecurity, stigmatization, socio-spatial segregation.

Sumário

Introdução	1
Capítulo 1: Violência Urbana, Sentimento de Insegurança e Representações Sociais	7
1.1. <i>Violencia Urbana</i>	8
1.2. <i>Sentimento de Insegurança</i>	21
1.3. <i>As Representações Sociais e a Comunicação da Violência</i>	27
1.4. <i>As Representações Sociais da Violência e a construção do “outro”</i>	37
1.5. <i>Considerações sobre a cidade de Goiânia</i>	46
Capítulo 2: Metodologia	52
2.1. <i>Sobre a metodologia adotada</i>	53
2.2. <i>Pesquisa Quantitativa</i>	57
2.3. <i>Pesquisa Qualitativa</i>	66
Capítulo 3: Representações Sociais: Sociabilidade, Medo, Comunicação da Violência e a construção dos excluídos	68
3.1. <i>Caracterização dos grupos pesquisados</i>	69
3.2. <i>A Percepção dos Bairros</i>	71
3.3. <i>A Ubiquidade dos Medos e o Sentimento de Insegurança</i>	76
3.4. <i>A (in) segurança no Aparelho Estatal e as buscas por segurança privada</i>	89
3.5. <i>A disseminação da violência nos discursos</i>	100
3.6. <i>As Representações Sociais e a construção dos excluídos</i>	105
Considerações Finais	116
Referências Bibliográficas	120
Anexos	127

Lista de Tabelas

- Tabela 1 Tipologias e as condições sócio-ocupacionais.
- Tabela 2 Ocupação dos tipos Médio Superior e Operário.
- Tabela 3 Idade por categorias.
- Tabela 4 Sexo dos entrevistados.
- Tabela 5 Grau de escolaridade.
- Tabela 6 O que mais incomoda no seu bairro em 1º (primeiro) lugar?
- Tabela 7 Ocorrência de confusão e barulho nas ruas do bairro.
- Tabela 8 Como você se sente circulando sozinho no seu bairro à noite?
- Tabela 9 Do que você mais teme ser vítima em 1º (primeiro) lugar?
- Tabela 10 Qual o crime que mais choca você?
- Tabela 11 A segurança pública tem sido eficaz no combate a violência?
- Tabela 12 Melhor policiamento pode reduzir o crime no seu bairro?
- Tabela 13 Medidas de segurança.
- Tabela 14 Com quem você mais conversa sobre violência?
- Tabela 15 Meio de comunicação usado para se informar.
- Tabela 16 Você acha que as notícias de violência:
- Tabela 17 Na sua opinião, o que define um lugar como perigoso?
- Tabela 18 Sobre o sistema de punição.

Introdução

Introdução

Muitos estudiosos da área das ciências sociais e outras áreas ligadas ao estudo da violência, como o Direito, têm desenvolvido pesquisas sobre o tema da violência urbana e seus subtemas relacionados, tais como o aumento do sentimento de insegurança e a vitimização. Esses estudos têm se tornado cada vez mais numerosos porque a cada ano presenciamos milhares de pessoas perderem a vida e outras milhares de vítimas de ferimentos não fatais, resultantes de autoagressões, agressões interpessoais ou agressões coletivas. A violência é uma realidade que faz parte da experiência humana.

De um modo geral, tende-se a conceituar a violência como o uso da força imposta, contra a vontade de outra pessoa. Ao falar de violência remete-se a ideia de emprego da força física. A violência é vista como uma violação de um direito, de uma lei, como a transgressão de regras aceitas e colocadas em prática por uma coletividade. Além disso, a violência é vista como o não cumprimento dos direitos individuais.

Pinheiro (2003) chama a atenção para o fato de a violência urbana contemporânea não ser um problema exclusivo da sociedade brasileira, mas sim um tema que ocupa a vida pública de várias sociedades, mesmo nos países mais desenvolvidos. (p.9)

No caso do Brasil, Misse (2008) ressalta que o tema da violência urbana ganhou maior destaque (nos noticiários e em debates públicos) e se tornou uma grande preocupação do indivíduo, a partir dos anos 90, inicialmente limitado aos crimes convencionais – roubo, tráfico, estelionato, etc.

Dada a presença da violência no cotidiano das pessoas, quer por experiência pessoal, quer por experiência de pessoas próximas (familiares, amigos, colegas de trabalho), quer por notícias narradas pela mídia ou em conversas informais, o medo se torna um filtro usado nas relações sociais. Esse medo¹ faz com que os espaços públicos sejam vistos como locais de risco contínuo, onde as diferenças são ressaltadas e as intenções das ações se tornam difusas e assim, vistas como ameaçadoras. Nos últimos anos, nos grandes centros urbanos, presencia-se um número cada vez

¹ Nesse trabalho, o Medo será usado como sinônimo de Sentimento de Insegurança, como proposto por Bauman (“Medo Líquido, 2008), “Medo” é o nome que damos a nossa incerteza.

maior de espaços públicos privatizados em forma de fortificações, como os condomínios residenciais, condomínios empresariais, espaços para o comércio e lazer em geral, etc. como forma de restituir a segurança perdida.

O sentimento de insegurança é um medo sem objeto específico. É o medo de estar suscetível a algum perigo. No caso da violência é o medo de sofrer algum ato violento, impulsionado por qualquer pessoa, a qualquer hora, em qualquer lugar. Em casos extremos, esse sentimento faz com que as pessoas não se sintam seguras em nenhum lugar do mundo.

Bauman (2008) enfatiza que o medo é mais assustador quando não tem um elemento específico, quando é desvinculado, está disperso, flutuante. Dessa forma, assombra as pessoas sem que haja uma explicação visível. A ameaça está em toda parte, mas não se pode vê-la em lugar nenhum.

Fernandes e Carvalho (2000) falam de um fenômeno tipicamente urbano do sentimento de insegurança – ou o medo da cidade – que se apoia no fato do medo ter lugares. Onde as pessoas podem descrever um roteiro dos lugares de má fama, que são frequentados por pessoas em atividades ilícitas, pessoas consideradas perigosas. O medo do crime ganha no século XIX uma nova coligação de perigos: o roubo – subtração de algum objeto com imposição da força física – e o estranho. Surge então um sentimento de insegurança concebido como uma mistura de uma preocupação em relação ao crime e aos seus atores e um medo pessoal. Um medo pessoal associado às ameaças para com a integridade física.

Assim, a violência e o medo provocado por ela são fenômenos tão disseminados na sociedade moderna, que alguns falam até numa “epidemia da violência”. A sociedade contemporânea se apresenta como uma sociedade de risco, onde a segurança se torna um bem de extrema importância, mas que deve ser adquirido de forma pessoal e particular. O Estado já não é visto como garantidor da segurança pessoal, as pessoas devem buscar sua proteção de forma privatizada. Sendo assim, o medo precisa ser materializado em alguém — indivíduo ou grupo — para que possa ser combatido. A violência urbana ganha então o reforço das representações sociais. O medo da violência somado aos processos de segregação social parece contribuir para a produção de imagens estereotipadas de um “criminoso”, disseminador da violência, bem como para a exclusão dos grupos mais próximos dessas imagens e para o descrédito das instituições responsáveis por seu controle, tudo sob o domínio das representações socialmente construídas.

O fenômeno do aumento da violência urbana não está ligado apenas aos dados estatísticos do aumento de crimes violentos, ou seja, a violência seria o que os números e as estatísticas assinalam como tal, ressaltando o caráter da realidade concreta do fato. Mas a violência também é pensada de um ponto de vista subjetivo, dessa forma é necessário considerar o que os diferentes indivíduos ou grupos, representam como violência. Essa representação interfere na própria realidade da violência, ao mesmo tempo em que trabalha para organizar a vida das pessoas e tornar a violência menos impactante, trabalha também para a proliferação, construindo através dos discursos e falas cotidianas, o medo, o sentimento de insegurança e a criminalização.

As representações sociais que são elaboradas por diferentes setores da população, são articuladas à realidade objetiva e concreta da violência, mas as pessoas constroem as representações de acordo com sua inserção social. Construída dessa maneira, a violência se torna uma categoria explicativa das relações sociais e passa a ser percebida como um modelo concreto de regulamentação da vida social o que permite tomar a violência urbana como uma representação coletiva, constitutiva de uma forma de vida.

A preocupação desse trabalho é com as representações sociais da violência construídas por dois segmentos da estratificação social na cidade de Goiânia. E dessa forma, tentar entender as suas representações e práticas relacionadas à violência urbana. Tendo em vista que a análise das representações sociais da violência permite conhecer as subjetividades, as construções simbólicas, as ideias e práticas dos membros de determinado grupo a respeito desse tema.

A partir de tais considerações este trabalho propõe-se a apreender as representações sociais construídas acerca da violência urbana para dois tipos de grupos sociais distribuídos a partir das posições que ocupam no espaço social. O primeiro grupo é o de pessoas que compõem o tipo médio superior, com ocupações como de prestadores de serviços, profissionais de escritório, artistas e profissionais empregados de nível superior. O segundo grupo, o tipo operário, é composto por trabalhadores dos serviços especializados e não especializados, operários da indústria tradicional e da construção civil². Pretende-se investigar o modo como as falas cotidianas influenciam o comportamento materializando o fenômeno da violência e aumentando o sentimento de insegurança. E ainda compreender como o modo de inserção no

² Sigo aqui a tipologia desenvolvida pelo Observatório das Metrópoles — IPPUR-UFRJ, baseada na Classificação Brasileira de Ocupações do IBGE. OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES. Análise das Regiões Metropolitanas do Brasil: Identificação dos espaços metropolitanos e construção de tipologias, 2004. Disponível em http://www.observatoriodasmetrolopes.ufrj.br/producao/producao_mc_1.pdf. Acesso em outubro, 2008.

espaço social e territorial influencia na construção das representações sociais da violência e dessa forma, a criação dos estigmatizados, reforçando a exclusão social.

O presente trabalho – que utiliza uma pesquisa quantitativa realizada no Estado de Goiás nos anos de 2007 e 2008³ – está baseado na triangulação metodológica, onde foram administradas tanto a investigação quantitativa como a qualitativa. A primeira refere-se a realização de um *survey* sobre sentimento de insegurança e vitimização aplicado entre os membros que fazem parte da composição social classificada de médio superior e operária. A segunda apoia-se na realização de entrevistas semiestruturadas também realizadas com os moradores dos tipos médio e operário, em que o principal objetivo foi captar as falas da violência, os discursos produzidos que refletem o sentimento de insegurança e o medo da criminalidade e que são traduzidos nas interações sociais, nos comportamentos cotidianos, e nas relações com o “outro” e com os lugares.

O trabalho aqui apresentado está dividido em três capítulos. O primeiro capítulo, que contém cinco seções, apresenta as abordagens teóricas pertinentes à reflexão do tema aqui proposto, além de uma breve apresentação da cidade de Goiânia. A primeira seção apresenta o levantamento teórico do tema da violência. Busca-se explicitar o conceito *violência*, além de esclarecer o que vem a ser a violência urbana e ainda apontar as tipologias da violência. A segunda seção explora a questão do sentimento de insegurança, bem como sua estreita relação com a violência e com o papel do Estado. A terceira seção aborda as representações sociais. Nessa parte é apresentado o conceito de representação social, bem como a influência das representações nas relações sociais e na comunicação da violência. A quarta seção discute o papel das representações sociais na construção dos estereótipos e estigmas, que contribuem para a exclusão social. Por fim, a quinta seção, apresenta aspectos da construção do espaço urbano de Goiânia.

O segundo capítulo trata dos aspectos metodológicos que orientam a pesquisa. São explicitados os procedimentos que foram necessários para se chegar ao banco de dados que deu

³ Trata-se da pesquisa Violência Urbana no Estado de Goiás, sob coordenação da professora, Dalva Maria Borges de Lima Dias de Souza, da Faculdade de Ciências Sociais, da Universidade Federal de Goiás e participação do professor Francisco Chagas Evangelista Rabelo. O projeto contou com financiamento da FINEP (Financiadora de Estudos e Projetos). Além de Goiânia, a pesquisa quantitativa referida pautou-se na realização de um *survey* em mais 12 municípios goianos, a saber: Aparecida de Goiânia, Senador Canedo, Trindade, Anápolis, Luziânia, Formosa, Águas Lindas, Catalão, Rio Verde, Jataí, Chapadão do Céu e Posse. Ao todo foram aplicados 400 questionários em cada município apontado, exceto Goiânia onde foram aplicados 2.000 questionários (400 em cada um dos cinco tipos definidos para o município, conforme será mencionado posteriormente).

origem a esse trabalho, como o *survey*, a escolha dos tipos pesquisados, as entrevistas realizadas, etc. de um modo geral, o trabalho de campo realizado.

No terceiro capítulo são discutidos os subtemas relacionados às representações sociais da violência que foram deduzidos da análise do banco de dados do *survey* e da análise das entrevistas, juntamente com as discussões teóricas desenvolvidas no primeiro capítulo. Busca-se compreender como as representações sociais da violência moldam as relações sociais. Neste ponto debatemos a percepção dos moradores sobre o bairro, o sentimento de insegurança frente à criminalidade, e principalmente, o medo do homicídio. O grau de confiança nos mecanismos de proteção do Estado, como a polícia e a adesão às formas de segurança privada. A violência presente nos discursos e nas falas cotidianas. E por fim, as representações sociais que propagam a exclusão social.

Considera-se de grande relevância os estudos que permitam uma maior compreensão e elucidação das representações sociais construídas acerca da violência e do sentimento de insegurança, tão presentes nos discursos atuais da sociedade brasileira. Pois as representações sociais da violência constroem modos de vida, orientam condutas que precisam ser compreendidas para elucidar as relações sociais entre os diferentes grupos sociais. Entender que essas representações sociais, construídas por grupos situados em diferentes setores da camada social de forma pejorativa, estereotipada em rótulos depreciativos, prejudicam o convívio com o “outro” definido como alguém a ser evitado, como inferior, ressaltando falas preconceituosas e discursos separatistas, pode ser uma importante contribuição da Sociologia para a vida social atual. Tendo em vista que na atualidade, a violência e, sobretudo, suas formas de representação são um fenômeno que perpassa toda a sociedade, não podendo ser assimilados a um único grupo.

Capítulo 1

Violência Urbana, Sentimento de Insegurança e Representações Sociais

1.1. Violência Urbana

- ***Definição de violência***

A violência é vista como ampla e comporta inúmeras definições, sendo assimilada ao imprevisível, à ausência de forma, ao desregramento absoluto. De acordo com a etimologia do termo que encontramos em Michaud (1989), “Violência” vem do latim *violentia*, que significa violência, caráter violento ou bravio, força. Em direito, a violência caracteriza a coação exercida sobre a vontade de uma pessoa para forçá-la a concordar.

Completando essa ideia, Misse⁴ (2002) expõe que a palavra portuguesa “Violência” vem do latim *violentia*, que significa a “força que se usa contra o direito e a lei”, “impetuosidade”, “veemência” e deriva da raiz latina *vis*, “força”, “vigor”, “potência”, “emprego de força física”. Violento (*violentus*) é quem agia com força impetuosa, excessiva, exagerada. Em alemão a palavra *Gewalt* significa ao mesmo tempo “poder” (no sentido da origem do direito) e “violência” (no sentido de força imposta). Nas línguas latinas, a mesma ambiguidade está presente no uso das palavras “poder” e “dominação”, que só podem superar o duplo sentido quando transformadas em “autoridade”. O que faz a diferença é o quanto de legitimidade (concordância da parte de quem se encontra sob a autoridade) que se confere ao uso do poder e da violência. Dessa forma, a violência significa o emprego da força ou da dominação sem legitimidade. Como trabalhado por Pinheiro (2003) como definição geral de violência, a ação intencional que provoca danos. A violência é a “força cega”, que não enxerga as consequências de seus atos. Michaud (1989) propõe o seguinte conceito de violência:

Há violência quando, numa situação de interação, um ou vários atores agem de maneira direta ou indireta, maciça ou esparsa, causando danos a uma ou várias pessoas em graus variáveis, seja em sua integridade física, seja em sua integridade moral, em suas posses, ou em suas participações simbólicas e culturais. (p. 10-11)

⁴ Disponível no endereço: http://www.necvu.ifcs.ufrj.br/publicacoes/textos_download.asp

Pinheiro (2003) sugere uma definição ampla proposta pela Organização Mundial de Saúde (OMS):

“O uso intencional da força física ou do poder, real ou potencial, contra si próprio, contra outras pessoas ou contra um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha grande possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação.” (OMS, apud, Pinheiro, 2003, p.16).

Segundo Pinheiro, (2003) essa definição cunhada pela Organização Mundial de Saúde, associa a intencionalidade à prática do ato, independentemente do resultado produzido, sendo excluídos da definição os incidentes não intencionais:

A inclusão da palavra “poder” e da expressão “uso da força física” amplia a natureza de um ato violento e abrange atos que resultam de uma relação de poder, inclusive ameaças e intimidações, além de negligência. [...] A inclusão da palavra “poder” abre a possibilidade de desconsiderar as violações de direitos humanos, especialmente quanto aos direitos civis, que contemplem a omissão ou certas práticas de agentes estatais, por exemplo, tortura e as execuções sumárias. [...] permite também considerar as formas de violência que não acarretam necessariamente lesão ou morte, mas que oprimem as pessoas [...] Muitas formas de violência contra mulheres, crianças e idosos, por exemplo, podem resultar em graves problemas físicos, psicológicos e sociais, nem sempre levando à invalidez ou à morte. (p. 16)

De acordo com Zaluar (1999), a força torna-se violência quando ultrapassa um limite ou perturba acordos e regras que ordenam as relações, adquirindo assim uma carga negativa. Sendo assim, é a percepção do incômodo e do sofrimento que provoca, a percepção do limite que vai caracterizar um ato como violento, e isto vai variar cultural e historicamente.

Minayo (2006) refere-se à violência como múltipla, onde quem analisa os atos violentos descobre que eles se reportam a conflitos de autoridade, a lutas pelo poder e a vontade de domínio, de posse, de aniquilamento do outro ou de seus bens. Mas essas manifestações de violência são classificadas de acordo com regras sociais – mantidas por usos e costumes ou por aparatos legais – sendo rotuladas como aprovadas ou desaprovadas, lícitas ou ilícitas, há violências toleradas e há violências condenadas. Com a característica mutante, a violência designa, de acordo com diferentes momentos históricos, realidades bem diversificadas. Sendo assim, a violência não pode ser analisada nem tratada fora da sociedade que a produz em sua especificidade interna e em sua particularidade histórica. A autora ressalta ainda que a maior

dificuldade para conceituar a violência se deve ao fato de se tratar de um fenômeno da ordem do vivido, cujas manifestações provocam ou são provocadas por uma forte carga emocional de quem a comete, de quem a sofre e de quem a presencia. (p.13 e 14)

Por isso Michaud (1989) diz que é difícil rotular o que vem a ser violência e que a força só é classificada como violência a partir dos valores de uma dada sociedade e em determinados casos quando a norma muda, não há mais violência. Então a força empregada assume sua qualificação de violência em função de normas definidas que variam muito. O que é colocado por Pinheiro (2003) como sendo a distinção entre a violência de lesar e a intenção de “usar a violência”. Significa que algumas pessoas podem querer ferir outras, mas, com base em sua cultura (específica da sociedade onde se está inserida), talvez não percebam seus atos como violência. A violência é assim, culturalmente determinada.

Seguindo essa linha de raciocínio, Porto (2006) expõe que está acontecendo, atualmente no Brasil, uma resignificação da violência que agiria no sentido de nomear como violência processos e acontecimentos que passavam anteriormente por práticas corriqueiras de regulamentação das relações sociais. O que hoje é considerado procedimento legítimo, pode, a partir de mudanças de valores na sociedade, vir a se tornar desvio de conduta. A autora observa ainda que a volta ao estado democrático é parte de um amplo movimento de reivindicação por estado de direito e de práticas e procedimentos mais universalistas, sobretudo no âmbito dos procedimentos jurídicos, compatíveis com as características da modernidade.

A percepção negativa das formas de violência constitui um passo positivo alcançado pela humanidade:

[...] atribuir a um ato de exploração, de dominação, de agressão física, emocional ou moral o caráter negativo de violência significa um status superior da consciência social a respeito dos direitos dos indivíduos e de coletividades. Tal compreensão acompanha o progresso do espírito democrático. Pois é a partir do momento em que cada pessoa se considera e é considerada ‘cidadã’ que a sociedade reconhece seu direito à liberdade e à felicidade e que a violência passa a ser um fenômeno relacionado ao emprego ilegítimo da força física, moral ou política, contra a vontade do outro. (Domenach e Chesnais, apud, Minayo, 2006, p.16 e 17).

Os valores da sociedade moderna residem em grande parte no respeito aos direitos humanos, dessa forma as pessoas cobram mais respeito ao indivíduo. Michaud (1989) destaca

que a sociedade moderna trás novos valores e as pessoas desenvolvem uma maior sensibilidade e em consequência, maior rejeição à violência. E essa sensibilidade maior para com a violência tende a surgir através da evolução das incriminações. A relação entre autocontrole e as incriminações foi trabalhado por Misse (2008) que relata:

Desde que o enfrentamento físico (ou o recurso privado à força) foi expurgado da civilidade moderna e transformado num ilegalismo e num crime, a disjunção entre a acusação social e a incriminação se desenvolveu numa direção que fez emergir a representação de uma criminalidade registrada (ou os eventos incriminados). A representação social do que seja crime torna-se crescentemente tributária da letra da lei às expensas dos dispositivos legais de criminalização-incriminação, a ponto de se interpretar retrospectivamente, dada a expectativa de que cabe unicamente ao Estado a administração da justiça[...]. (p.19)

Elias (1993) trabalha com a ideia progressiva da civilização dos costumes que geraria uma diminuição da agressividade. Com um longo movimento de desenvolvimento histórico, ocorre uma mudança “civilizadora” que articula o autocontrole — internalização do comportamento socialmente aceito — e o monopólio de utilização da força física pelo Estado, alterando o grau de sensibilidade social que proporciona uma recusa à violência. Isso é reforçado por Misse (2008) na ideia da acusação social:

Um dos mecanismos fundamentais que permitiram – no Ocidente Moderno – o desenvolvimento da autorregulação das pulsões e interesses pelos próprios indivíduos (o que chamo de “normalização do individualismo”) foi a socialização da acusação social. Na medida em que a acusação social comporta, numa relação social, operadores de poder que podem instrumentalizar valores para fins privados, desenvolvem-se dispositivos de neutralização e domínio da acusação que permitiram a concentração dos meios de administração legítima da justiça no Estado. [...] A acusação social tem, ao menos, duas facetas: numa, a acusação é um ato subjetivo, que não ganhou exterioridade, e se dirige a si mesmo, seja para auto-acusar-se de um propósito ou ação, seja como uma acusação subjetiva, íntima, à conduta de outrem. Nesta faceta, a acusação cumpre uma função autorreguladora, que reforça a identidade normativa do sujeito da experiência através da vigilância exercida sobre seu autocontrole. Na outra faceta, a acusação é exteriorizada, ultrapassa a intimidade e ganha a esfera pública. Aqui ela pode se tornar também, e principalmente, um modo de operar o poder numa relação social, dependendo do modo como se desenvolverá. (p.13 e 14).

Na sociedade moderna, a violência perde seu caráter positivo. O Estado moderno — racional-legal — passa a ter o monopólio legítimo da força física e a violência deixa de ser considerada uma forma de ajustamento de tensões. A ação violenta passa a ser censurada e proibida e o Estado a reserva para si em nome da coletividade, ou do pacto que legitimamente assume representar de proteção aos cidadãos. O que era autoritário baseado na personalidade, passa a ser mais igualitário porque baseado em normas universais e impessoais.

Como foi traduzido por Castel (2005) em um problema para o Estado de ter que assegurar a proteção dos indivíduos, fundada no Estado de direito. Pois a busca da segurança total não é compatível como respeito absoluto das formas legais. Isso é representado no papel da polícia que deve estar dentro de um estatuto legal que respeite os direitos dos cidadãos. É fato que a sociedade moderna desenvolve exigências de respeito da liberdade e da autonomia dos indivíduos que só são possíveis nesse Estado de direito. “A existência de princípios constitucionais, a institucionalização da separação dos poderes, o cuidado de respeitar o direito no uso da força, inclusive da força pública, criam, indireta, mas necessariamente, as condições de uma certa insegurança”.

Ocorre então uma pacificação progressiva da sociedade, onde os costumes civilizaram-se. Michaud (1989) ressalta que a crescente exigência da população por mais segurança é devido a essa civilização dos costumes. E o fato de a opinião pública preocupar-se com uma crescente insegurança não tem necessariamente relação direta com o volume efetivo da criminalidade, mas sim com as normas a partir das quais são concebidos os fenômenos criminosos. As sociedades modernas estão acostumadas com uma segurança cada vez maior e isso não depende apenas dos números de criminalidade, mas também das representações que as pessoas constroem sobre a violência.

- ***Tipologias da Violência***

Sodré (2006) ressalta duas grandes modalidades de violência (estado de violência e violência anômica). A primeira modalidade é frequentemente ignorada, é a violência do poder instituído, dos órgãos burocráticos, do serviço público, sendo conhecida como violência institucional, violência invisível ou estado de violência; Essa forma de violência é uma condição contínua, uma condição estrutural que é imposta pela ordem do Estado, com seus aparelhos e articulações políticas. A segunda modalidade é a violência visível, a violência anômica, a violência entendida como ruptura pela força desordenada. É essa violência que dá lugar à delinquência, à marginalidade, aos ilegalismos, que vão diretamente contra a ordem social (homicídios, assaltos, massacres, etc.). Ainda de acordo com as duas modalidades de violência, o autor enfatiza:

[...] a violência social ocorre em todos os planos: no plano econômico, no plano político, no plano psicológico. Não há plano de existência que não seja estruturado pela violência social. Só que as narrativas de jornal, na mídia [...] a violência é só o ato, a violência nunca é o estado de violência. (p.37)

Bonamigo (2008) falando das diversas violências na contemporaneidade cita práticas consideradas violentas e agrupada em cinco tipos, de acordo com o Centro Internacional de Investigação e Informação para a Paz (CIIP):

- a) Violência coletiva: é produzida “[...] quando a sociedade coletivamente, ou por meio de grupos significativamente importantes, participa ativa e declaradamente da violência direta” (CIIP, 2002, p.33). Como exemplo, temos as práticas resultantes de uma guerra.
- b) Violência institucional ou estatal: refere-se a práticas resultantes de instituições legitimadas para o uso da força. Abrange as tecnologias de destruição e os processos armamentistas.
- c) Violência estrutural: é instituída dentro da estrutura social. Inclui as práticas, comumente denominadas de desigualdade social. Abarca tanto os recursos distribuídos desigualmente quanto o poder desigual de decisão sobre essa distribuição.
- d) Violência cultural: refere-se ao tipo exercido de forma individual ou coletiva através da utilização da diferença para inferiorizar ou desconhecer a identidade do outro. As práticas de discriminação contra indivíduos ou grupos, as violências de gênero e as ações contra o meio ambiente, são exemplos.

e) Violência individual: trata-se daquela que se manifesta de um modo interpessoal. São incluídos aqui "[...] os chamados fenômenos de segurança civil, tais como as violências anômica, doméstica e contra as crianças" (CIIP, 2002, p. 34), os fenômenos da violência comum (não organizada) e a organizada, como, por exemplo, o narcotráfico. (CIIP, apud, Bonamigo, 2008, p. 3)

Minayo (2006) propõe uma tipologia (que acompanha o Relatório Mundial da OMS, 2002), usada para classificar a violência e categorizar o fenômeno a partir de suas manifestações empíricas. As primeiras seriam as violências autoinflingidas, onde se incluem os comportamentos suicidas e os autoabusos; agressões a si próprio e automutilações. As segundas são as violências interpessoais, classificadas no âmbito intrafamiliar (ocorre entre os parceiros íntimos e entre os membros da família), considera-se que essa violência uma forma de comunicação entre as pessoas e, quando numa família se detecta um tipo de abuso, com frequência, ali existe uma inter-relação que expressa várias formas de violência; e as classificadas no âmbito comunitário (ocorre no ambiente social em geral, entre conhecidos e desconhecidos), consideram-se suas várias expressões, como violência juvenil, agressões físicas, estupros, ataques sexuais e as violências institucionais. E por fim, as violências coletivas, que são os atos violentos que acontecem nos âmbitos macrossociais, políticos e econômicos e caracterizam a dominação de grupos e do Estado (guerras, processos de aniquilamento de povos e nações por outros, ataques econômicos entre grupos e nações, motivados por interesses de dominação. (p.80 e 81)

Ainda sobre os diferentes tipos de violência, Bazon (2008) pontua que a violência estrutural é aquela relativa às condições de vida, geradas a partir de decisões histórico-econômicas e sociais, agindo essencialmente pela ausência ou precariedade de políticas públicas. A violência institucional refere-se a situações em que o indivíduo é vítima de discriminação e/ou situação vexatória, no contexto de alguma instituição pública, ou por omissão de alguma instituição em direitos essenciais. Outra forma denominada violência, criminal ou infracional, se revela pelas ações fora da lei socialmente reconhecida, envolvendo os indivíduos como vítimas e/ou agressores. Essa violência sempre remete o contexto de socialização em que o indivíduo se desenvolveu e, em última análise, a estrutura social, com suas contradições objetivas e subjetivas, referentes aos valores e às normas veiculados. (p. 324)

Minayo (1997) chama a atenção para o perigo de reduzir violência a crime e delinquência, e encarar como “criminosa potencial” a população mais carente e pobre, é que se passa a enxergar as diferenças sociais como portadora de violência e não se leva em conta a violência

estrutural, a violência do Estado e a cultural, que na maioria das vezes, aparecem naturalizadas. Não são apenas os problemas de natureza econômica, como a pobreza, que explicam a violência social, embora eles sejam elementos fundamentais de uma violência maior que é o próprio modo organizativo-cultural de determinado povo. (p.519 e 520)

A autora explica que a violência estrutural é difícil de ser quantificada porque ocorre, na maioria das vezes, sem a consciência explícita dos indivíduos. A violência estrutural se perpetua nos processos sócio-históricos, se repete e se naturaliza na cultura e é responsável por privilégios e formas de dominação. É aquela que incide sobre a condição de vida. E por ter um caráter de perenidade e se apresentar sem intervenção imediata dos indivíduos, essa forma de violência aparece como se não houvesse nela a intervenção dos que detêm o poder e a riqueza. Essa categoria da violência se refere aos processos sociais, políticos e econômicos, que reproduzem e intensificam as desigualdades sociais, de gênero, de etnia. A maioria dos tipos de violência tem sua base na violência estrutural. (Minayo, 2006, p.81)

Cruz Neto e Moreira (1999) reforçam essa ideia de naturalização da violência estrutural, onde argumentam que tal fato ocorre, por ser essa violência exercitada nas ações diárias de instituições consagradas por sua tradição e poder. Sendo assim, essa forma de violência não costuma ser contestada, sob o pretexto de desestabilização da ordem social. De modo geral, o senso comum nem chega a compreendê-la como uma manifestação de violência, mas sim como incompetência de governantes e responsáveis, ou até mesmo como uma maneira de gerenciar os conflitos sociais. (p.34 e 35) Agindo com este intuito, Boulding (1981) explicita:

[...] conceito de violência estrutural que oferece um marco à violência do comportamento, se aplica tanto às estruturas organizadas e institucionalizadas da família como aos sistemas econômicos, culturais e políticos que conduzem à opressão de determinadas pessoas a quem se negam vantagens da sociedade, tornando-as mais vulneráveis ao sofrimento e à morte. Essas estruturas determinam igualmente as práticas de socialização que levam os indivíduos a aceitar ou infligir sofrimentos, de acordo com o papel que desempenham. (Boulding, apud Cruz Neto e Moreira, 1999, p.36)

Minayo (2006) enfatiza que a violência dominante na consciência da sociedade contemporânea é a “criminal” e “delinquencial”. Isso porque esse tipo de violência fere a moral fundamental de todas as culturas. Existem no imaginário social atual, três definições de violências que abrangem o âmbito individual e coletivo:

[...] no centro de tudo, a 'violência física', que atinge diretamente a integridade corporal e que pode ser traduzida nos homicídios, agressões, violações, torturas, roubos a mão armada; a 'violência econômica', que consiste no desrespeito e apropriação, contra a vontade dos donos ou de forma agressiva, de algo de sua propriedade e de seus bens; e, por último, a 'violência moral e simbólica', aquela que trata da dominação cultural, ofendendo a dignidade e desrespeitando os direitos do outro. (Chesnais, apud, Minayo, 2006, p.14 e 15).

- ***A Violência Urbana***

Segundo Machado da Silva (2004) a violência urbana não é simples sinônimo de crime comum nem de violência em geral. A “violência urbana” é entendida pelo autor como um problema social e uma representação coletiva indicada por um complexo de práticas definidas como crime, cujo foco de atenção é o uso da força física que ameaça duas condições básicas do sentimento de segurança: a integridade física e a garantia patrimonial. “Violência urbana é a categoria do senso comum coletivamente construída para dar conta do fato de que faz parte da vida cotidiana um complexo de práticas do qual a força é o elemento aglutinador, responsável por sua articulação e relativa permanência ao longo do tempo. Trata-se antes, de uma construção simbólica que destaca e recorta aspectos das relações sociais que os agentes consideram relevantes, em função dos quais constroem o sentido e orientam as ações. Mas como toda representação, a violência urbana no mesmo movimento em que identifica relações de fato, aponta aos agentes modelos mais ou menos obrigatórios de conduta, contendo, portanto, uma dimensão prático-normativa institucionalizada. (p.57 e 58).

Ainda em referência à especificidade do termo, Ferraz (1994) expõe que a violência se manifesta nos comportamentos chamados criminosos e também naqueles que fazem parte da vida cotidiana das cidades e suas estruturas, como greve, destruição da propriedade privada e pública, etc. Assim como salientado por Misse (2002) onde a violência urbana diz respeito a uma multiplicidade de eventos (que nem sempre apontam para o significado mais forte da expressão violência) que parecem vinculados ao modo de vida das grandes metrópoles na modernidade. Esses eventos podem reunir na mesma denominação, motivações diversas: vandalismo, desordens públicas, motins, saques, ações criminosas individuais de diferentes tipos, inclusive as não-intencionais provocadas por negligência ou consumo de drogas.

Bauman (2001) e (2008) argumenta que o Estado não é mais capaz de cumprir a promessa de proteção aos cidadãos, nem de reafirmá-la responsabilmente, é obrigado a mudar a ênfase da “proteção contra o medo” dos perigos à segurança social para os perigos à segurança pessoal. O Estado então “rebaixa” a luta contra os medos para o domínio da “política de vida”, dirigida e administrada individualmente, que está emergindo junto com a condição “liquefeita” da condição humana moderna – e em particular na esteira da “individualização” das tarefas da vida que derivam dessa condição:

Quando a política pública abandona suas funções e a ‘política de vida’ assume, os problemas enfrentados pelos indivíduos *de jure* em seus esforços para se tornarem indivíduos *de facto* passam a ser não-aditivos e não-cumulativos, destituindo assim a esfera pública de toda substância que não seja a do lugar em que as aflições individuais são confessadas e expostas publicamente. Do mesmo modo, a individualização parece ser uma via de mão única [...]. (Bauman, 2001, p.47).

Caldeira (2000) reforça essa ideia expondo os dois novos modos de discriminação: a privatização da segurança e a reclusão de alguns grupos sociais em enclaves fortificados. Onde a privatização da segurança desafia o monopólio do uso legítimo da força pelo Estado. Como destacado por Machado da Silva (2004):

(...) A representação da violência urbana capta, simbolicamente, um âmbito da vida cotidiana em que ocorre a universalização da força como fundamento de um complexo orgânico de práticas que suspende — sem, entretanto, cancelá-la ou substituí-la integralmente — a tendência à monopolização da violência pelo Estado, generalizando e “desconcentrando” seu uso legitimado. (p.59).

Messeder Pereira (2000) relata que a violência urbana além de evidente e cotidiana representa também uma novidade em seus modos de manifestação. É uma violência que surpreende, que parece vir de toda parte, pode atingir os mais diferenciados segmentos sociais e acontecer em praticamente qualquer contexto, ganhando assim um ar assustador. Os poderes constituídos (Estado) parecem insuficientes ou impotentes para lidar com essa violência. Os membros da sociedade se sentem cada vez mais desprotegidos.

Essa modalidade da violência, a urbana (característica da modernidade), se apresenta com múltiplas formas e se tornam particularmente relevantes suas formas criminais e delinqüenciais. Chama a atenção as formas sofisticadas das redes de crime, produtoras de violência. (Minayo, 2006):

[...] a violência de cunho coletivo, tal como se expressa hoje nas grandes cidades brasileiras, constitui-se, primordialmente, como condição de manutenção de negócios ilegais, frequentemente de origem globalizada e que se beneficiam das facilidades geradas pelas revolucionárias transformações nos modos de produção de riqueza e dos aparatos técnico-informacionais e comunicacionais. [...] Assim, a promiscuidade entre legalidade-ilegalidade, o caráter altamente lucrativo dos crimes e sua organização em rede configuram os

fatores determinantes das formas contemporâneas de violência que, no Brasil, são responsáveis pelo aumento das mortes por homicídio e as taxas de criminalidade nos últimos 25 anos. (p.31 e 32).

Machado da Silva (2004) especifica uma forma de sociabilidade chamada de “sociabilidade violenta”, que é exclusiva da representação da violência urbana. De acordo com o autor, na sociabilidade violenta, os grupos não se organizam segundo referências à honra, ao familismo, à amizade, ou a contratos, negociações ou acordos, mas sim por uma cadeia de submissão formada pelo reconhecimento do desequilíbrio de força, cujas áreas mais desfavorecidas, principalmente as favelas, são as regiões mais diretamente afetadas. A força passa de meio de obtenção de interesses ao princípio de regulação das relações sociais estabelecidas. Como foi exemplificado por Stotz (2004):

Quando se analisam os dados relativos à mortalidade por causas externas de pessoas do sexo masculino, constata-se que o maior número é devido a agressões. [...] existe uma crença entre os especialistas de que as periferias das cidades nas quais a presença do poder público é fraca, o crime consegue instalar-se mais facilmente. Espaços “segregados”, áreas urbanas nas quais há uma carência de infraestrutura de equipamentos e serviços e baixa oferta de postos de trabalho. (p.2 e 3)

O principal grupo de risco, que aparece como vítimas em potencial recrutadas pelo crime, são os jovens das periferias. E essa entrada no mundo do crime se dá numa intensa situação de desigualdades, de falta de oportunidades (que todo cidadão deveria ter), e de total descrença nas possibilidades de acesso ao consumo, à cultura e ao reconhecimento social. Os jovens engajam nesses projetos visando *status* e o acesso a bens econômicos e ao consumo. Dessa forma, o mercado da violência passa a se configurar como uma escolha viável, numa conjuntura de crescente desemprego e exclusão social, cultural e moral. (Minayo, 2006, p.32 e 33). A violência que o jovem pobre e das periferias urbanas reproduz a partir de sua entrada no crime tem relação com a violência do não-reconhecimento que o acompanha:

Quando o tráfico oferece ao menino uma arma, dá a ele não apenas um instrumento de operação econômica, mas um instrumento de constituição subjetiva de afirmação de si mesmo, de recuperação de sua visibilidade, de imposição de sua presença social. (Soares, apud, Minayo, 2006, p.34).

Continuando, Machado da Silva (2004) postula que o que caracteriza a violência urbana, como qualquer construção simbólica, é o fato de que ela “constitui o que descreve”. Como categoria de entendimento e referência para modelos de conduta, a violência urbana está no centro de uma formação discursiva que expressa uma forma de vida constituída pelo uso da força física como princípio organizador das relações sociais. Por isso a noção de violência urbana não se refere a comportamentos isolados, mas à sua articulação como uma ordem social (que perturba o monopólio do Estado). Essa característica da violência, que embasa o sentimento de insegurança, permanece quer se venha a demonstrar ou não sua relação com o crescimento quantitativo do crime comum violento.

Feghali (2006) reforça essa abordagem da violência como fenômeno urbano, enfatizando que as pessoas vivem nas cidades e é no espaço urbano que tomam corpo as injustiças ou se exercita a cidadania. Sendo o lugar do cotidiano das relações humanas em suas diversas dimensões: do trabalho, do afeto, da cultura, da comunicação.

Pelo fato da violência estar tão presente na vida urbana, Galheigo (2008) observa que a violência sempre fez parte do real e do imaginário da humanidade, mas sua presença constante na vida contemporânea trás novos contornos que se manifestam na forma de ódio cristalizado, em atos violentos fortuitos, na banalização e espetacularização na mídia e na construção de um medo que ora aparece sob a forma de resignação ora, de angústia.

1.2. Sentimento de Insegurança

O sentimento de insegurança, resultante da violência urbana, apresentava um caráter mais concreto e mais visível nas sociedades que antecederam a sociedade moderna, isso porque nas sociedades mais antigas era comum a existência de guerras, de lutas internas, a possibilidade de fazer “justiça com as próprias mãos”, etc. Castel (2005) ressalta que se afastou dos indivíduos modernos aquela insegurança social permanente que resultava da vulnerabilidade das condições de vida:

[...] resultava da vulnerabilidade das condições e condenava outrora uma grande parte do povo a viver “ao Deus dará”, à mercê do mínimo acidente de percurso. Nossa vida não se desenrola mais do nascimento à morte sem redes de segurança. [...] o sentimento de insegurança não passa de um fantasma de ricos que teriam esquecido o preço do sangue e das lágrimas, e até que ponto a vida anterior era rude e cruel. [...] É preciso convir que enquanto as formas mais pesadas da violência e da decadência social foram amplamente estranguladas, a preocupação com a segurança é uma verdadeira preocupação popular, no sentido estrito do termo. (p.7 e 8).

O medo moderno pode ser situado em referência a dois processos: o da individualização, que desloca o medo biológico (medo da morte, medo de doença, etc.), para a esfera psicológica do indivíduo desafiado da antiga comunidade; e o da suavização dos costumes que fez retrair o crime de sangue e deu espaço ao roubo protagonizado pelas classes perigosas. O sentimento de insegurança é a expressão subjetiva da vulnerabilidade cada vez maior da estrutura social das sociedades complexas. (Fernandes e Carvalho, 2000).

A violência é capaz de propagar esse sentimento de insegurança com muito mais força na sociedade moderna, pela rapidez e facilidade de acesso à informação cotidiana sobre os crimes e outros eventos violentos. M. Gaviria (2008) explica o sentimento de medo das pessoas, como uma estratégia de controle social da violência, que é específica da vida moderna:

[...] sentimento aguçado ao terem conhecimento, divulgado pela mídia, do sofrimento vivenciado por vítimas de homicídios e reforçado com informações acerca da frequência com que a violência ocorre em

espaços públicos. Deste modo, o controle social e os sentimentos que o sustentam contribuem para a criação de uma “cultura do medo” [...] segundo a qual, as ameaças não são mais atribuídas às forças da natureza e a Deus, como foram no período pré-moderno, senão à modernização e ao progresso. [...] neste cenário social, os medos vêm dos homens, não de Deus e da natureza, como era antigamente, eles resultam de diversas situações. [...] (p. 93 e 94)

Bauman (2001) apresenta a vida moderna em caráter “líquido”⁵, todas as relações humanas são ligadas por laços frágeis e incertos, há um crescente desequilíbrio entre a liberdade e as garantias individuais:

A liberdade sem precedentes que nossa sociedade oferece aos seus membros chegou e com ela também uma impotência sem precedentes. A individualização que deixa o indivíduo livre para escolher, traz a insegurança. As exigências populares por mais segurança estão na “política do medo cotidiano”. O espectro arrepiante e apavorante das “ruas inseguras” mantém as pessoas longe dos espaços públicos. À medida que o impulso à uniformidade se intensifica, o mesmo acontece com o horror ao perigo representado pelos “estranhos no portão”. O perigo materializado pela companhia de estranhos é uma clássica profecia autocumprida. Torna-se cada vez mais fácil misturar a visão dos estranhos com os medos difusos da insegurança. A incerteza produzida pela incapacidade de ler e classificar uma situação produz na melhor das hipóteses, desconforto e confusão, e, na pior, um forte senso de perigo. (p. 122-127).

O sentimento de insegurança é considerado uma ofensa à ordem vigente e dificulta o convívio social, por assumir um caráter imprevisível. Michaud (1989) caracteriza a insegurança como imprevisibilidade da violência. O que implica dizer também que a sensação de insegurança é um problema para o Estado, pois este se encontra ameaçado em sua função maior que é o monopólio legítimo da força física.

Um dos aspectos marcantes da vida moderna contemporânea diz respeito à presença e à instituição do medo na sociedade. O que se relaciona ao ambiente de incertezas gerado pelas fragilidades (enfraquecimento do papel do Estado) e valorizado pelos indivíduos cada vez mais isolados e vulneráveis à ação do outro. O medo se torna um grande elemento cotidiano, instaurando novas práticas e novas angústias. (Bauman, 2001).

⁵ Os fluidos se movem facilmente. Eles “fluem”, “escorrem”, “esvaem-se”, “respingam”, “transbordam”, “vazam”, “inundam”, “borrifam”, “pingam”; são “filtrados”, “destilados”; diferentemente dos sólidos, não são facilmente contidos — contornam certos obstáculos, dissolvem outros e invadem ou inundam seu caminho. [...] A extraordinária mobilidade dos fluidos é o que os associa à ideia de “leveza”. [...] Associamos “leveza” ou “ausência de peso” à mobilidade e à inconstância [...]. Zygmunt Bauman (2001).

Esse sentimento de insegurança, que se encontra no auge das discussões sobre o aumento da violência, raramente repousa sobre a experiência direta da violência, ou seja, as pessoas não foram vítimas e nem mesmo tiveram contato com vítimas, mas experimentam esse sentimento. Michaud (1989) destaca que as relações dos indivíduos com os acontecimentos e os fatos, passam em parte pela experiência direta que eles têm, mas também (na grande maioria) pelos testemunhos e evidências indiretos que recebem. Essa evidência é transmitida em testemunhos orais, com as incertezas que o acompanham. Tendo sua origem nas conversas cotidianas, nas construções sobre a violência feitas pelos indivíduos no dia-a-dia. O que foi cunhado por Caldeira (2000) como sendo a fala do crime, onde “as narrativas cotidianas, comentários, conversas e até mesmo brincadeiras e piadas que têm o crime como tema contrapõem-se ao medo e à experiência de ser uma vítima do crime e, ao mesmo tempo, fazem o medo proliferar”. (p.9).

Jodelet (2001) expõe que a comunicação serve de válvula de escape, para liberar os sentimentos suscitados por situações coletivas mal-toleradas, como é o caso da violência. Assim a atuação do imaginário coletivo na comunicação é ilustrada pelo discurso sobre a insegurança. Aqui a autora faz referência a uma forma de padronização das falas que organizam o meio social no que se refere à violência urbana:

A atuação do imaginário coletivo na comunicação é também ilustrada pelo discurso sobre insegurança [...] Os relatos que as vítimas de agressão (roubos, ataques etc.) fazem do que lhes aconteceu seguem ao pé da letra um mesmo roteiro, retomado coletivamente, e permitem situar-se numa mesma categoria vitimada, forma de uma nova solidariedade social. (p.31).

O sentimento de insegurança, no caso da violência urbana, relaciona-se com o crime. A criminalidade e os problemas a ela relacionados são responsáveis por originar fortes perturbações da ordem social. O crime — divulgado nas falas cotidianas, na mídia, etc. — aumenta as desconfianças, o sentimento de medo nas pessoas, o que atrapalha a convivência social.

Assim como foi ressaltado por Minayo (2006) no que se refere ao desconforto causado pela violência, em que uma sensação de incômodo obriga todas as pessoas a refletirem, pelo menos em algum momento, sobre seu estado de contribuição ou, pelo menos, seu estado de potencial vítima, de onde se originam os anseios da insegurança:

No mundo em geral como aqui no país, os óbitos infligidos por outros ou autoinfligidos nos últimos anos se constituem em sério problema social e têm intensas repercussões na saúde pessoal e coletiva. Também os danos, as lesões, os traumas e as mortes causados por [...] violências correspondem a altos custos emocionais e sociais e com aparatos de segurança pública. Causam prejuízos econômicos por causa dos dias de ausência no trabalho, pelos danos mentais e emocionais incalculáveis que provocam nas vítimas e em suas famílias, e pelos anos de produtividade ou de vida perdidos. (p. 37)

De acordo com Bauman (2008), o Medo é algo incerto, difuso. O medo que nossa sociedade experimenta é um medo de “segundo grau”, que é social e culturalmente reciclado, um “medo derivado” que orienta os comportamentos, quer haja ou não uma ameaça presente. Esse medo derivado pode ser descrito como o sentimento de ser suscetível ao perigo, uma sensação de insegurança. De modo que “uma pessoa que tenha interiorizado uma visão de mundo que inclua a insegurança e a vulnerabilidade recorrerá rotineiramente, mesmo na ausência de ameaça genuína, às reações adequadas a um encontro imediato com o perigo; o medo derivado adquire a capacidade da autopropulsão.” (pg.9).

Bauman (2008) afirma ainda que são de três tipos os perigos dos quais se têm medo. Alguns ameaçam o corpo e as propriedades. Outros, de natureza mais geral, ameaçam a durabilidade da ordem social e a confiabilidade na mesma, da qual depende a segurança do sustento (emprego, renda). O terceiro tipo de perigo diz respeito aos que ameaçam a hierarquia social, a identidade, ou seja, o lugar da pessoa no mundo. Contudo, na consciência das pessoas, “o medo derivado” é facilmente desacoplado dos perigos que o causam. De modo que, as reações destinadas a combater o medo, podem ser dirigidas para alvos realmente distantes dos perigos de fato responsáveis pelos anseios e temores dos indivíduos. Milagros López considera o medo como parte de nossa natureza, mas considera seus objetos como historicamente determinados, assim como as formas de organização social para combatê-lo. (Maria Milagros López, 1988, apud, Sanches Teixeira e Silveira Porto, 1998, p. 55).

Para Roché, podemos definir o medo ou como um estado psíquico passageiro ligado a um risco, ou como um medo difuso, que permanece para lá dos acontecimentos que o provocaram. É, com este segundo medo, que se associa a sensação de angústia, ou de ansiedade sem objeto, que se vai construindo o sentimento de insegurança. (Roché, apud Sá, 2000, p.1).

Existe um medo específico que se relaciona à violência, o “medo da criminalidade”, que vem à tona na possibilidade de um perigo, mas que tem suas raízes em experiências, vividas ou

apreendidas através de relatos, que alimentam esse sentimento. Então, em uma determinada situação, o sujeito pode se sentir ameaçado e esse medo entra em ação, mesmo que a violência não tenha sido concretizada ou não chegue a se concretizar. É o sentimento que toma conta, por exemplo, de uma pessoa que esteja em um ambiente fechado (bar, boate, etc.), onde começa uma briga e alguém saca uma arma de fogo, as ações que se seguem são impulsionadas por esse “medo da criminalidade”, em que a pessoa vai ter uma reação biológica e vai buscar mentalmente atitudes para fugir daquele perigo, como foi pontuado por Cornelli (2003):

[...] um indivíduo experimenta o medo da criminalidade quando, numa certa situação, percebe estar em perigo, porque se sente ameaçado pelo comportamento do outro e, portanto, reage, aumentando o batimento cardíaco e a pressão sanguínea, enfraquecendo a respiração e enrijecendo os músculos. Enquanto isso, os sentidos estão em alerta e a mente se concentra em rememorar episódios semelhantes, com a finalidade de encontrar soluções e comportamentos úteis para evitar o perigo. (p.54)

Segundo Bauman (2008) a promessa moderna de evitar ou derrotar uma a uma todas as ameaças humanas foi até certo ponto cumprida. O que, no entanto, deixou de se materializar é a expectativa de liberdade em relação aos medos nascidos da insegurança e por esta alimentados. E nossa “obsessão com segurança”, assim como nossa intolerância a qualquer brecha no seu fortalecimento, que se torna a fonte autorrenovável e provavelmente inexaurível de nossa ansiedade e de nosso medo. O medo nos estimula a assumir uma ação defensiva, e isso confere proximidade e credibilidade às ameaças de que ele presumivelmente emana.

As noções de segurança e de vida comunitária foram substituídas pelo sentimento de insegurança e pelo isolamento que o medo impõe. O outro deixa de ser visto como parceiro ou parceira em potencial; o desconhecido é encarado como ameaça. O sentimento de insegurança transforma e desfigura a vida em nossas cidades. De lugares de encontro, de troca, comunidade, participação coletiva, as moradias e os espaços públicos transformam-se em palco do horror, do pânico e do medo. De potenciais cidadãos, passamos a ser consumidores do medo. (Pinheiro e Almeida, 2003, p.8 e 9)

A insegurança tem ganhado tanto destaque na vida moderna, também pelo interesse de pessoas em promover esse sentimento visando o lucro, pois são vários os grupos interessados no mercado da violência. Inúmeras empresas estão engajadas em atividades de segurança privada, que oferece serviços de segurança pessoal e patrimonial. Essas empresas vêm proliferando no

mercado e a demanda continua crescendo. Isso se dá pelo grau atingido pelo sentimento de insegurança na nossa sociedade e ainda, pelo descrédito nas instituições de segurança pública. Essas empresas oferecem uma segurança (tão sonhada nos tempos atuais), prometendo o paraíso e a paz, longe do caos, das ruas inseguras, do medo de chegar em casa a noite, dos estranhos batendo à porta. Utilizando-se de vários aparatos, constroem dispositivos técnicos (colocados em casas e condomínios), segregam pessoas, e modificam a arquitetura das cidades. Alimentando relações conflituosas entre os menos favorecidos, que se sentem à mercê da violência social e os ricos que os tratam como se fossem criminosos em potencial, criando cada vez mais barreiras para evitar o contato. (Minayo, 2006, p.38 e 39)

Na modernidade, a violência se torna reveladora da desordem e da diferença que ela ameaça introduzir. Pode tomar a forma de uma doença da sociedade que aprisiona o indivíduo num estado de insegurança permanente. Sendo assim, o indivíduo tem a necessidade de representar a insegurança, atribuir significados comuns a situações, objetos e pessoas que causam medo. A representação é então, uma forma de controlar, antecipar e conhecer o medo. Através da representação, esse sentimento é partilhado e socializado, mas sendo ao mesmo tempo, ampliado e estendido. (Sanches Teixeira e Silveira Porto, 1998, p. 55)

Pode-se dizer que a variabilidade moderna de insegurança é marcada pelo medo principalmente da maleficência humana e dos malfeitores humanos, em que a questão da violência urbana ganha destaque. E tendo assolado o mundo do cotidiano das pessoas, o medo se torna capaz de impulsionar e se intensificar por si mesmo.

1.3. As representações sociais e a comunicação da violência

- ***As Representações Sociais***

A representação é uma forma de conhecimento com um objetivo prático e que contribui para a construção de uma realidade comum a um grupo social, sendo elaborada e partilhada socialmente. Portanto, trata-se de um conhecimento prático, que dá sentido aos eventos que nos são normais (eventos cotidianos, corriqueiros) apresentando uma maneira de interpretar e pensar a realidade cotidiana.

Para Moscovici (2001), o verdadeiro mentor do conceito é Durkheim, que trabalha com a ideia das representações coletivas. Durkheim foi o primeiro a propor a expressão “representação coletiva” para designar a especificidade do pensamento social sobre o individual. As representações coletivas são, para este autor, sinal do primado do social sobre o individual, da superação deste por aquele. A representação é tida como homogênea e vivida por todos os membros de um grupo, ela é coletiva e também porque perdura pelas gerações e exerce uma coerção sobre os indivíduos. Uma vez que existe entre as representações individuais e coletivas grande distância, não podendo a segunda se reduzir à primeira, e mesmo que esta última exerça influência sobre as representações individuais, estas são incapazes de fazer o caminho inverso. As representações coletivas uma vez formadas adquirem certa autonomia, combinam-se e transformam-se segundo regras que lhes são próprias, sendo, portanto, infinitamente mais ricas e mais complexas que a do indivíduo.

Segundo Duveen (2003), Moscovici reconheceu uma dívida duradoura ao trabalho de Durkheim no que se refere às representações. Para o primeiro, a preferência pelo termo “social” enfatiza a qualidade dinâmica das representações, contra o caráter fixo ou estático que elas tinham na teoria de Durkheim. Essas diferenças foram apontadas por Duveen que afirma:

Enquanto Durkheim vê as representações coletivas como formas estáveis de compreensão coletiva, com o poder de obrigar que pode servir para integrar a sociedade como um todo. Moscovici esteve mais interessado em explorar a variação e a diversidade das ideias coletivas nas sociedades modernas. Essa

própria diversidade reflete a falta de homogeneidade dentro das sociedades modernas, em que as diferenças refletem uma distribuição desigual de poder e geram uma heterogeneidade de representações. (p.15).

Em relação às diferenças entre as representações coletivas e as representações sociais, Moscovici (2003) sintetizou:

[...] se, no sentido clássico, as representações coletivas se constituem em um instrumento explanatório e se referem a uma classe geral de ideias e crenças (ciência, mito, religião, etc.), para nós, são fenômenos que necessitam ser descritos e explicados. São fenômenos específicos que estão relacionados com um modo particular de compreender e de se comunicar — um modo que cria tanto a realidade como o senso comum. É para enfatizar essa distinção que eu uso o termo “social” em vez de “coletivo”. (p.49).

Para Moscovici, as representações são do tipo psicossociológico. De um lado, associam-se a como os indivíduos aprendem os fatos do cotidiano (na forma de conhecimentos espontâneos, ingênuos ou de senso comum); de outro, é um conhecimento socialmente elaborado e compartilhado por todo o grupo social.

Para Jodelet (2001) as representações sociais são uma forma de conhecimento socialmente elaborada e partilhada, com um objetivo prático, e que contribui para a construção de uma realidade comum a um conjunto social. Ela é o processo pelo qual se estabelece a relação entre o mundo e as coisas. (p.22). Completando essa ideia, Jovchelovitch (2000) expõe que as representações reconstróem a realidade de forma autônoma e criativa e constituem, em última instância, o trabalho do psiquismo humano. Elas representam, por excelência, o espaço do sujeito social, trabalhando para dar sentido, interpretar e construir o mundo em que vive. Elas são nesse sentido, uma relação com o ausente e um meio de evocar o possível. (p.41).

Representar significa se reportar a um objeto, a uma pessoa ou a uma situação. Nesse sentido, Jodelet (2001) explicita que a relação da representação social com seu objeto é de simbolização (substituindo o objeto) e de interpretação (conferindo-lhe significações). A representação servindo para agir sobre o mundo e o outro. Moscovici (2001) expõe que um símbolo representa outra coisa diferente de si mesmo, ou seja, é uma ideia sobre um objeto compartilhada por homens, independente do próprio objeto. Sendo assim, as nossas imagens do mundo social são um reflexo dos eventos do mundo social, mas os próprios eventos do mundo social podem ser reflexos e produtos de nossas imagens do mundo social. Com isso, as emoções e

os afetos são estimulados pelos símbolos inscritos na tradição, nos emblemas repetidos por cada um.

Jovchelovitch (2000) chama a atenção para a ambiguidade existente na relação entre o conceito de representações sociais e atividade representacional. O estudo das representações individuais carrega o fantasma do cognitivismo e sua perspectiva individualista. Nas teorias cognitivas clássicas, a representação é uma mera reflexão do mundo externo na mente, ou uma marca da mente que é reproduzida no mundo externo. Existe, porém, um outro fantasma que continua a assombrar o estudo da representação: a teoria psicanalítica do símbolo. A teoria das representações sociais não pode prescindir de uma teoria sobre a atividade simbólica. De acordo com Moscovici (1981), as representações sociais são formas de saber social que abarcam duas faces, tão interligadas como os dois lados de uma moeda: o lado figurativo, e o lado simbólico. O aspecto da imagem, o lado figurativo da representação, é inseparável de seu aspecto significativo.

Fazendo referência aos símbolos, Winnicott (1967), ressalta que eles pressupõem a capacidade de evocar a presença apesar da ausência. Visto que o aspecto essencial de todo o símbolo é que eles representam uma outra coisa que não está presente. Criando assim o objeto representado, construindo uma realidade nova a partir da realidade já existente. Símbolos fundem sujeito e objeto porque são a expressão da relação entre estes dois. Eles possibilitam uma variação infinita e ao mesmo tempo são referenciais. E a essência da atividade simbólica, para esse autor, é a atividade do espaço potencial, o reconhecimento de uma realidade compartilhada. No espaço potencial, as pessoas não estão nem no mundo da fantasia, nem no mundo da realidade compartilhada, mas em um terceiro lugar que pertence aos dois ao mesmo tempo. (Winnicott, apud, Jovchelovitch, 2000, p. 73 e 74).

Piaget (1969) também analisou o problema do símbolo e enfatizou ser inútil considerar uma dimensão inconsciente para os afetos e uma dimensão consciente para o pensamento e a vida intelectual, já que o “inconsciente está em todo lugar, e há um inconsciente tanto intelectual como afetivo”. O autor ressalta ainda que o mais elementar dos símbolos é ao mesmo tempo consciente e inconsciente. (Piaget, apud, Jovchelovitch, 2000, p. 77).

Sendo assim, temos que o campo das representações sociais abarca aspectos ligados ao inconsciente e ao consciente, buscando apoio na emoção e na cognição para a representação da realidade. Em qualquer representação social, mesmo na mais elementar, é o processo de elaboração cognitiva e simbólica que estabelece os comportamentos, os saberes, as

representações que circulam na sociedade, ganhando assim um papel e um poder de eficácia específicos.

Sobre esse duplo processo – cognitivo e simbólico – de elaboração das representações sociais no cotidiano dos indivíduos, Jovchelovitch (2000) ressalta:

A experiência do dia-a-dia envolve a representação – em modos vários – do mundo que está lá fora, quando a privacidade do mundo “de dentro” é deixada para trás. Quando a porta do mundo privado se fecha, uma outra porta se abre, e entramos em um outro espaço, que contém não somente características físicas e concretas, mas também uma diversidade enorme de significados e códigos simbólicos. Este espaço impõe suas demandas: ele não só precisa ser entendido e decodificado; ele ao mesmo tempo chama o sujeito a uma série de respostas e lhe impõe uma série de prescrições. Em suma, o mundo lá fora nos obriga a utilizar o conjunto de significados que encontramos durante a socialização e, dessa maneira, ele cria o campo de exercício da individualidade e da sociabilidade. [...] O caráter significante e imaginante das representações sociais, expressa os trabalhos da psique em relação ao mundo. (p. 23 e 24).

- ***A comunicação e o papel das representações nas relações sociais***

As representações sociais são as construções feitas pelas pessoas no convívio diário e que ajudam a organizar a vida social. Jodelet (2001) destaca que as representações circulam nos discursos, — como as falas do crime — e são exibidas em mensagens e imagens nos meios de comunicação e assim, cristalizadas em condutas. É dessa forma, um conhecimento que orienta condutas, tem sentido prático e contribui para criar e modificar a realidade da qual se fala, onde a comunicação tem papel primordial:

[...] Eis por que as representações são sociais e tão importantes na vida cotidiana. Elas nos guiam no modo de nomear e definir conjuntamente os diferentes aspectos da realidade diária, no modo de interpretar esses aspectos, tomar decisões [...] Elas circulam nos discursos, são trazidas pelas palavras e veiculadas em mensagens e imagens midiáticas, cristalizadas em condutas e em organizações materiais e espaciais. (Jodelet, 2001, p.17 e 18).

De acordo com Moscovici (2001) e (2003), as representações sociais são conjuntos de crenças e ideias que têm uma coerência própria, testemunhada por sua sobrevivência e que só se explicam a partir do pensamento coletivo. Variando de acordo com a sociedade em que nascem e são moldadas. Pode-se afirmar que as representações são entidades sociais, com uma vida própria, comunicando-se entre elas, opondo-se mutuamente e mudando em harmonia com o curso da vida.

Ainda para Moscovici (2003), as representações sociais possuem duas funções essenciais:

a) Em primeiro lugar, elas convencionalizam os objetos, pessoas ou acontecimentos que encontram. Elas lhes dão uma forma definitiva, as localizam em uma determinada categoria e gradualmente as colocam como um modelo de determinado tipo, distinto e partilhado por um grupo de pessoas. b) Em segundo lugar, representações são prescritivas, isto é, elas se impõem sobre nós com uma força irresistível. Essa força é uma combinação de uma estrutura que está presente antes mesmo que nós comecemos a pensar e de uma tradição que decreta o que deve ser pensado. (p.34 e 36).

Duveen (2003) ressalta que as representações são sempre um produto da interação e comunicação e elas tomam sua forma, como uma consequência do equilíbrio dos processos de

influência social. Afirma ainda que há uma relação sutil entre representações e influências comunicativas, que Moscovici identifica, quando define a representação social como:

Um sistema de valores, ideias e práticas, com uma dupla função: primeiro, estabelecer uma ordem que possibilitará às pessoas orientar-se em seu mundo material e social e controlá-lo; e, em segundo lugar, possibilitar que a comunicação seja possível entre os membros de uma comunidade, fornecendo-lhes um código para nomear e classificar, sem ambiguidade, os vários aspectos de seu mundo e da sua história individual e social (1976: xiii). (Duveen, 2003; p.21).

Jovchelovitch (2000) ressalta que a análise das representações sociais deve concentrar-se sobre aqueles processos de comunicação social, que não apenas as produzem, mas que também lhe conferem uma estrutura peculiar. A comunicação se constitui como mediação entre um mundo (realidade social) feito de mundos infinitamente distintos (mundo individual, subjetivo). As representações são um espaço de fabricação comum, onde cada um vai além das dimensões da individualidade para entrar na dimensão do comum aos outros, à coletividade. Elas expressam o espaço do sujeito, em relação às diferenças existentes no mundo, lutando para dar sentido, interpretar e construir o mundo em que vivem. (p.80 e 81).

As sociedades funcionam com base em representações sociais compartilhadas por seus membros. Mas a representação faz parte da realidade social na qual se vive, ou seja, ela é compartilhada por um grupo específico. Diferentes indivíduos, vivendo diferentes realidades sociais — classe social distinta, condições materiais de existência diversificadas — representam um mesmo objeto ou uma mesma situação de modo distinto. Contribuindo para essa reflexão, Jodelet (2001) indica que as definições partilhadas pelos membros de um mesmo grupo constroem uma visão consensual da realidade para esse grupo. Essa visão é específica desse grupo e, portanto, pode entrar em conflito com a de outros grupos, sendo um guia para as ações e trocas cotidianas:

Reconhece-se que as representações sociais – enquanto sistemas de interpretação que regem nossa relação com o mundo e com os outros – orientam e organizam as condutas e as comunicações sociais. [...] Como fenômenos cognitivos, envolvem a pertença social dos indivíduos com as implicações afetivas e normativas, com as interiorizações de experiências, práticas, modelos de condutas e pensamento, socialmente inculcados ou transmitidos pela comunicação social, que a ela estão ligadas. (Jodelet, 2001, p.22).

Moscovici (2003) diz que toda a realidade é reapropriada pelo indivíduo ou pelo grupo, e integrada ao seu sistema de valores, onde é modificada dependendo de sua história e do contexto social e ideológico que o cerca:

[...] existe uma necessidade contínua de re-constituir o “senso comum” ou a forma de compreensão que cria o substrato das imagens e sentidos, sem a qual nenhuma coletividade pode operar. Do mesmo modo, nossas coletividades hoje não poderiam funcionar se não se criassem representações sociais baseadas no tronco das teorias e ideologias que elas transformam em realidades compartilhadas, relacionadas com interações entre pessoas que, então, passam a constituir uma categoria de fenômenos à parte. (p.48).

O lugar que a representação social ganha vida é na comunicação. É no processo de interação social, onde predomina a linguagem, que se dá a disseminação desse saber. São nos discursos e falas cotidianos que são construídas as representações sobre a realidade social. Sendo a interação o principal meio pelo qual os indivíduos estabelecem contatos, expõem seus pontos de vista e suas respectivas realidades. Jodelet (2001) destaca a importância da comunicação nos fenômenos representativos:

Primeiro, ela é o vetor de transmissão da linguagem, portadora em si mesma de representações. Em seguida, ela incide sobre os aspectos estruturais e formais do pensamento social, à medida que engaja processos de interação social, influência, consenso ou dissenso e polêmica. Finalmente, ela contribui para forjar representações que, apoiadas numa energética social, são pertinentes para a vida prática e afetiva dos grupos. Energética e pertinência sociais que explicam, juntamente com o poder performático das palavras e dos discursos, a força com a qual as representações instauram versões da realidade, comuns e partilhadas. (p. 32).

Moscovici (2001) afirma que cada vez que um saber é gerado e comunicado, torna-se parte da vida coletiva e passa a nos dizer respeito. Considera-se que ao tornar-se interior, e para que seja interiorizado, o conhecimento penetra no “mundo da conversação”. Segundo o autor, essa interiorização do conhecimento faz com que as informações sejam transmitidas e os costumes do grupo corroborados, e assim, as representações sociais determinam o universo das comunicações possíveis, dos valores ou das ideias presentes nas visões compartilhadas pelos grupos, regendo as condutas desejadas ou admitidas. Em relação a conversação e aos seus espaços de disseminação, Moscovici afirma (2003) :

Na maioria dos locais públicos de encontro, esses políticos amadores, doutores, educadores, sociólogos, astrônomos, etc. podem ser encontrados expressando suas opiniões, revelando seus pontos de vista e construindo a lei. [...] Esses mundos são institucionalizados nos clubes, associações e bares de hoje, como eles foram nos “salões” e academias do passado. O que eles fazem prosperar é a arte declinante da conversação. É isso que os mantém em andamento e que encoraja relações sociais que, de outro modo, definhariam. Em longo prazo, a conversação (os discursos) cria nós de estabilidade e recorrência, uma base comum de significância entre seus praticantes. As regras dessa arte mantêm todo um complexo de ambiguidades e convenções, sem o qual a vida social não poderia existir. Elas capacitam as pessoas a compartilharem um estoque implícito de imagens e de ideias que são consideradas certas e mutuamente aceitas. O pensar é feito em voz alta. Ele se torna uma atividade ruidosa, pública, que satisfaz a necessidade de comunicação e com isso mantém e consolida o grupo, enquanto comunica a característica que cada membro exige dele. Se nós pensamos antes de falar e falamos para nos ajudarmos a pensar, nós também falamos para fornecer uma realidade sonora à pressão interior dessas conversações, através das quais e nas quais nós nos ligamos aos outros. (p.50 e 51).

Temos, portanto, que as representações sociais são formas de conhecimento que permitem entender os fenômenos sociais, de forma distinta do conhecimento científico. Jodelet (2001) indica que se trata de um conhecimento “outro”, diferente da ciência, mas que é adaptado à ação sobre o mundo e mesmo corroborado por ela. Entretanto, é tido como um objeto de estudo tão legítimo quanto o científico, devido à sua importância na vida social e à elucidação possibilitadora dos processos cognitivos e das interações sociais. Da mesma forma, Windisch (2001) expõe que a representação social faz menção ao falar cotidiano, ao pensamento social corrente e que, portanto, obedece a outras lógicas diferentes das empregadas no pensamento erudito. Essas outras lógicas, longe de serem simplistas, são na realidade, mais complexas que a lógica formal e dedutiva.

Continuando a discussão, Moscovici (1978), (2001) e (2003) refere-se às representações como estando no domínio do comum, revelando uma outra estrutura e qualidades psíquicas particulares. Na ciência, o que aparece como sistema de noções e de imagens, se encontra, nas representações, associado numa rede mais ou menos extensa, porém coerente. Ambas, a seu modo, representam um aspecto real da relação entre nossos mundos internos e externos. O autor define que a representação social é uma modalidade de conhecimento particular que tem por função a elaboração de comportamentos e a comunicação entre os indivíduos. A representação social não reproduz um saber pertencente ao meio científico, mas o reelabora segundo a sua

própria conveniência e de acordo com os seus meios. Assim sendo, as representações sociais são fenômenos que estão ligados com uma forma especial de adquirir e comunicar conhecimento, uma forma dinâmica que cria realidades e senso comum.

Duveen (2003) ressalta que o fenômeno das representações está ligado aos processos sociais implicados com diferenças na sociedade. Mais frequentemente, as representações sociais emergem a partir de pontos duradouros de conflito, dentro das estruturas representacionais da própria cultura, como na tensão entre o reconhecimento formal da universalidade dos “direitos do homem”, e sua negação a grupos específicos dentro da sociedade.

E como afirmado por Moscovici (2003), em qualquer sociedade há pontos de tensão, conflito e é em torno desses pontos de clivagem no sistema representacional da cultura que novas representações se formam. Pois nesses pontos de clivagem há uma falta de sentido, colocando em ação algum tipo de trabalho representacional para familiarizar o não-familiar, e assim restabelecer um sentido de estabilidade. De forma que uma representação sempre parte de alguém e é elaborada sobre alguma coisa. Sempre e em todo o lugar, quando nós encontramos pessoas ou coisas e nos familiarizamos com elas, tais representações estão presentes. É característica específica das representações sociais que elas corporificam ideias em experiências coletivas e interações em comportamento e no processo de interação os indivíduos sensibilizam-se para o que lhes é estranho e se apropriam dos elementos que lhes convém.

Jovchelovitch (2000) relata que as representações sociais desenvolvem-se e adquirem existência concreta na vida pública, tornando-se por sua vez constitutivas da vida pública (uma relação dialética). Os locais públicos destinados às discussões – cafés, salões, clubes literários, academias, etc. – são lugares importantes para tal fenômeno, e o diálogo é considerado o meio essencial para sua formação e transformação. Os meios de comunicação em massa aparecem como os principais mediadores contemporâneos das representações sociais. (p.82).

As representações sociais que são construídas acerca da violência expressam os valores e crenças que determinado grupo constrói acerca desse fato. Porto (2006) ressalta que as representações sociais podem ser um caminho fértil para a apreensão dessas crenças e valores sobre a violência, os quais demandariam, por sua vez, serem apreendidos e analisados em sua condição de princípios orientadores da conduta. Caldeira (2000) afirma que a violência sempre apresenta problemas de significação. E na sociedade moderna, a experiência da violência rompe o

significado, uma ruptura que a narração cotidiana tenta contrabalançar. Mas por outro lado, essas narrativas também podem fazer a violência proliferar.

Dessa forma, as representações sociais são de suma importância para o estudo da violência e dos medos, emoções e sentimentos que ela suscita. Pois as representações nos permitem compreender a violência a partir das relações que os sujeitos estabelecem com os outros e com todo o mundo que é configurado em torno da violência. É ainda pelas representações que se revelam as formas como os sujeitos interiorizam as experiências sociais da violência e a partir destas, elaboram suas interpretações.

1.4. As representações sociais da violência e a construção do “outro” – estigmatizado, estranho, estereotipado

Os grupos sociais criam formas de representar o mundo em que vivem e sua relação com ele, assim como também sua relação com os “outros”. Jovchelovitch (1995) aponta que as representações sociais enquanto fenômenos psicossociais estão necessariamente radicadas no espaço público e nos processos através dos quais o ser humano desenvolve uma identidade, cria símbolos e se abre para a diversidade de um mundo de outros.

Os indivíduos que compartilham a partir de uma mesma condição social (valores, modos de vida, ideologias, gostos ou desejos) estabelecem uma relação com o mundo que produz efeitos sobre o modo de conceber a realidade social. Já que partilhar formas de pensar, agir, e mesmo a linguagem, a forma de se comunicar e interpretar a realidade, é também afirmar um vínculo social, uma identidade social. O sistema de interpretação tem a função de mediação entre o indivíduo e o seu meio e entre os membros de um mesmo grupo. Torna-se capaz de resolver e exprimir problemas comuns, resultando numa linguagem (código) comum, servindo assim, para classificar os indivíduos e, a partir daí, os outros grupos serão avaliados e posicionados. Jovchelovitch (1995) expõe que as representações exprimem os processos por meio dos quais um grupo produz o sistema de saberes que lhe confere uma identidade social, uma forma de encarar o cotidiano e uma forma de interagir com os objetos (incluindo os outros grupos) que o rodeiam.

Dessa forma, a realidade é construída pelos diferentes grupos e pelas práticas adotadas por estes que buscam fazer reconhecer uma identidade social, e assim exibir uma maneira própria de ser no mundo, o que significa ocupar determinada posição.

Jodelet (2001) ressalta que compartilhar valores serve à afirmação simbólica de uma unidade e de uma pertença a um grupo. Com as implicações afetivas e normativas, com as interiorizações de experiências, práticas, modelos de condutas e pensamento, socialmente inculcados. Essa adesão coletiva contribui para o estabelecimento e o reforço do vínculo social.

No que concerne à identidade, Bauman (2005), destaca um anseio dos indivíduos, nas sociedades contemporâneas, por sua busca. Os indivíduos buscam desesperadamente por um “nós” a quem possam pedir acesso. E esse desejo por identidade vem do desejo de segurança. Visto que a identificação também é um fator poderoso na estratificação, uma de suas dimensões

mais decisivas e fortemente diferenciadoras. As pressões de outras identidades, maquinadas e impostas – estereótipos, estigmas, rótulos – promovidas pelos outros, são enfrentadas e caso se vença, essas identidades pejorativas, são repelidas.

No processo de constituição das identidades sociais, reporta-se à maneira pela qual os grupos sociais organizam o seu mundo, à representação que estabelece um sentido para a realidade. Sendo assim, as identidades, assim como as representações, se constituem como sistemas simbólicos, como modalidades particulares de fundação de sentido para a realidade. Na produção das identidades sociais, um determinado conjunto de regras, crenças e comportamentos é alçado à condição de norma de conduta. A partir dessa identidade regularizada é que são medidas as outras identidades, às quais se atribui uma carga de negatividade, o que as converte em diferença, em um comportamento estranho, exótico e não familiarizado. Isso significa que no contexto de fixação das identidades sociais, estão presentes os processos de estigmatização, de atribuição de rótulos depreciativos, pois é por intermédio deles que determinado grupo se reconhece como portador de valores humanos elevados (depositário da norma de conduta moral), como também reforça a capacidade de discriminar. (Ventura da Silva, 2004).

As representações ao conceberem o mundo, os objetos e as coisas cotidianas de forma inteligível para os sujeitos, são capazes de definir respectivamente a identidade dos mesmos. A criação dessa identidade social referente a um grupo específico faz com que esses indivíduos pertencentes a tal grupo, vejam os demais — aqueles que pertencem a outros grupos diferentes — de forma distorcida e por vezes pejorativa. Isso porque nas representações sociais que esses grupos constroem para afirmar sua identidade como a melhor ou a correta, é necessária a comparação com o “outro” que deve ser considerado como inferior. Goffman (1988) esclarece que um atributo que estigmatiza alguém pode confirmar a normalidade de outrem. Continuando essa reflexão, Elias (2000) afirma que a exclusão e estigmatização de um grupo por outro, são armas poderosas para que este último preserve sua identidade e afirme sua superioridade, mantendo os outros firmemente em seu lugar.

Cada grupo (inserido de forma diferente na camada social) vive dentro de um mundo fechado e tenta reproduzir nos outros comportamentos que confirmem as ideias preconcebidas que fazem deles. Sendo assim, os preconceitos são dificilmente dissipados e os estereótipos não são esquecidos. Bauman (2005) ressalta que esses indivíduos que foram taxados com estigmas e preconceitos, são aqueles que tiveram acesso negado à escolha da identidade, que não têm o

direito de manifestar as suas escolhas e que se veem oprimidos por identidades aplicadas e impostas por outros. Identidades que eles próprios ressentem, mas não têm permissão de abandonar e, portanto, não conseguem se livrar. São identidades que anulam, estereotipam, humilham, desumanizam, etc. (p.44).

Um estigma relacionado à violência é o que coloca os pobres como sendo criminosos e os principais disseminadores da violência. É a correlação feita entre crime e pobreza, que de acordo com Misse (1995) parte de uma expectativa de comportamento racional de tipo utilitarista, pelo qual a privação relativa de determinados bens, decorrentes de problemas de desorganização do sistema social, agiria como motivação suficiente para que indivíduos buscassem de outra forma esses bens, através do comportamento desviante. Velho (1996) afirma que a negociação da realidade, a partir das diferenças, é consequência do sistema de interações sociais sempre heterogêneo e com potencial de conflito.

Bauman (2005) trabalha com o conceito de “subclasse”, que ele descreve como sendo o espaço mais desprezível, onde são empurradas as pessoas que têm negado o seu direito de reivindicar uma identidade distinta dessa classificação imposta. Os indivíduos denominados de subclasse são banidos para fora daquele conjunto no interior do qual as identidades podem ser reivindicadas e respeitadas. Para o indivíduo que foi destinado à subclasse, qualquer outra identidade desejada é negada. O significado da identidade de subclasse é a ausência de identidade, as pessoas dessa categoria são excluídas do espaço social em que as identidades são buscadas, construídas, confirmadas ou refutadas. (p.46).

Essa correlação “crime e pobreza” ressalta o tratamento discriminatório que é dado às pessoas que detém uma condição social inferior e isso está presente nas representações sociais construídas pela sociedade brasileira como um todo. Velho (1996) argumenta que a incapacidade específica do poder público em atender às necessidades básicas de uma população pobre, acentua ainda mais esse quadro, agravado pela evidente convivência da polícia com a criminalidade. Dessa forma, a categorização do desvio social não pode ser concebida como uma realidade em si mesma, mas como o resultado de uma relação de poder exercida sobre aqueles que veem recair sobre si a acusação de estar, por meio da adesão a um comportamento tido como indigno e deplorável, violando as normas legítimas de convívio social, o que ignora os descasos políticos da problemática da identidade.

A categorização é o instrumento intelectual do qual se valem as representações sociais para esquadrihar a realidade, conferindo nesse movimento uma identidade àqueles que categorizam. Construídas por tal estranhamento, as identidades denunciam o quanto o conflito é um fenômeno impossível de extinguir da experiência social. Do mesmo modo que as identidades brotam do conflito, as representações permitem a expressão desse conflito por meio de um sistema de pensamento mais ou menos integrado. (Ventura da Silva, 2004, p. 27 e 28)

As representações sociais sobre violência contêm estigmas que são propagados na vida social através dos discursos do dia-a-dia e da divulgação na mídia. Messeder Pereira (2000) defende que a violência está presente no comportamento dos segmentos sociais significativos (e não apenas aqueles de baixa renda), as “explosões de violência” são frequentes e sua veiculação na mídia se torna constante. Como fica claro no recorte de notícias sobre violência veiculadas na mídia e que marcam o imaginário social:

Somente nos últimos tempos, vários episódios amplamente noticiados chocaram a opinião pública, ganhando, inclusive, as páginas do noticiário internacional: o assassinato de *meninos de rua* na Candelária, no Rio de Janeiro; o espancamento até a morte, por uma gangue de lutadores amadores, de um jovem de Brasília; a chacina dos Ianomâmis pelos garimpeiros [...] chacina de Vigário Geral, quando policiais militares, em aparente atitude de vingança, investiram contra uma comunidade, ou do massacre de Carandiru, quando prisioneiros foram cruel e friamente assassinados no interior do próprio presídio. (Messeder, 2000, p.124).

De acordo com Jovchelovitch (2000), a mediação dos meios de comunicação em massa produz um deslocamento na experiência social. Ao tornar-se a forma mais difundida de comunicação de massa, informam e formam a opinião pública. Eles o fazem de tal forma que a informação e as representações por ela formadas, substituem toda e qualquer experiência na esfera pública. (p.86).

Isso fica claro também na apresentação de Caldeira (2000) onde a fala do crime constrói sua reordenação simbólica do mundo e elabora preconceitos, naturalizando a percepção de certos grupos como perigosos. Essas narrativas cotidianas, de modo simplista, dividem o mundo entre o bem e o mal e tornam criminosas certas categorias sociais. Produzem um certo tipo de significação, sendo intolerantes e marcadas por estereótipos.

Cabe ressaltar que os estereótipos são uma poderosa lente através da qual a violência é interpretada. Eles não são meras invenções, possuem um substrato concreto na exclusão sistemática daqueles que são estigmatizados e, portanto, expulsos na prática da comunidade de direitos. Os estereótipos contribuem para classificar os cidadãos em diferentes estratos, ou seja, entre os merecedores de respeito e os que podem ser tratados com descaso em relação aos estatutos legais estabelecidos. Santos (2001) ressalta que um ser socialmente morto não tem valor para continuar vivendo segundo uma parte significativa da sociedade brasileira.

Na nossa sociedade marcada por representações sociais da violência que têm alta propagação nos meios de comunicação e dessa forma, aumentam o sentimento de insegurança das pessoas, cada vez mais criam-se estigmas para apontar o lugar do medo. Michaud (1989) sustenta que o que passa a valer como referência não são tanto as violências efetivas, mas sim o que delas ficamos sabendo. O que conta não é a realidade vivida, mas o que ficamos sabendo e o que a mídia deixa ver. Como foi afirmado por Bauman (2003) que relata que “dada a intensidade do medo, se não existissem estranhos eles teriam que ser inventados”. E eles são inventados, ou construídos, diariamente e assim, as ansiedades esparsas e flutuantes ganham um núcleo sólido. Pois as diferenças na sociedade deixam pontos vazios, espaços vazios em que predominam a ausência do sentido que é um ponto onde aparece o não-familiar e buscam-se as representações através de estereótipos para familiarizar o desconhecido, o medo que é difuso:

Os espaços vazios são antes de mais nada vazios de significado. Não que sejam sem significado porque são vazios: é porque não têm significados, nem se acredita que possam tê-lo, que são vistos como vazios (melhor seria dizer não-vistos). Nesses lugares que resistem ao significado, a questão de negociar diferenças nunca surge: não há com quem negociá-la. O modo como os espaços vazios lidam com a diferença é radical numa medida que outros tipos de lugares projetados para repelir ou atenuar o impacto de estranhos não podem acompanhar. (Bauman, 2001, p.120).

As representações sociais constituem para nós um tipo de realidade. E a realidade é, para a pessoa, em grande parte, determinada por aquilo que é socialmente aceito como realidade. É dessa forma que são construídos os estigmatizados da sociedade. Moscovici (2003) afirma que mesmo quando uma pessoa, objeto ou situação não se adequam exatamente ao modelo, nós o

forçamos a assumir determinada forma, entrar em determinada categoria, na realidade, a se tornar idêntico aos outros, sob pena de não ser nem compreendido, nem decodificado.

Os estranhos, aqueles que não são familiares ao grupo e, portanto, não podem ser compreendidos, causam uma sensação ruim de ausência de sentido, um sentimento de insegurança frente ao desconhecido. Isso é esclarecido por Moscovici (2003) que indica que algo parece ser visível, sem o ser. Ser semelhante, embora sendo diferente, ser acessível e, no entanto ser inacessível. O não-familiar atrai e intriga as pessoas e comunidades enquanto, ao mesmo tempo, as alarma, as obriga a tornar explícitos os pressupostos implícitos que são básicos ao consenso. A tensão básica entre o familiar e o não-familiar está sempre estabelecida, em nossos universos consensuais, em favor do primeiro. Antes mesmo de ver e ouvir a pessoa, nós somos capazes de julgá-la, classificá-la e criar uma imagem dela.

O medo do que é inacessível, do que é estranho está profundamente arraigado. Isso se deve ao fato do medo de perder os marcos referenciais, um sentido que propicia a compreensão mútua. Quando a alteridade nos é apresentada exatamente da maneira que não deveria ser, nós a rejeitamos, porque ela ameaça a ordem estabelecida.

Bauman (1999), (2001) e (2008) ressalta que os “indefiníveis” põem fim ao poder ordenador da oposição e impossibilitam o conhecimento da ação. Expõem toda a fragilidade, fluidez e incertezas da vida moderna. Passamos então a uma tarefa de enquadrar os indefiníveis, num esforço de definir com precisão. O estranho é considerado como o principal representante da família dos indefiníveis. O estranho é uma ameaça à possibilidade de socialização, ele é um desafio à confiabilidade. O estranho possui uma natureza híbrida:

O estranho entra no mundo real e se estabelece aqui, tornando-se assim relevante –; ao contrário daqueles meramente 'não familiares' –; quer seja amigo ou não. Ele entrou no mundo da vida sem ser convidado, com isso lançando-me para o lado receptor da sua iniciativa, transformando-me no objeto da ação de que ele é o sujeito –; tudo isso, lembremos, é marca notória do inimigo. Mas ao contrário de outros inimigos 'sinceros', este não é mantido a uma distância segura nem do outro lado da linha de batalha. Pior ainda, ele reivindica o direito de ser um objeto de responsabilidade –; o bem conhecido atributo do amigo (BAUMAN, 1999, p. 68-69).

O perigo corporificado na figura do estranho deve ser facilmente assinalado. Isso pode ser conseguido através da representação social de suas características exteriores, visíveis e fáceis de

identificar como sinais de qualidades ocultas e por esse motivo abomináveis e perigosas. Segundo Bauman, trata-se da instituição social do estigma analisada por Erving Goffman. O estigma aparece como uma arma poderosa na defesa contra a desconfortável e aterrorizante ambiguidade do estranho.

Na construção dos estigmas, que são construções sociais criadas na tentativa de representar alguma situação social, o grupo criador das representações deve ser ressaltado e os demais diminuídos. Goffman (1988) expõe que construímos uma teoria do estigma, uma ideologia para explicar a inferioridade de alguém. De acordo com Elias (2000), a autoimagem normal dos grupos que, em termos do seu diferencial de poder, são socialmente superiores a outros grupos interdependentes, é a de humanamente superiores. Bauman (1999) refletindo sobre o estigma:

O conceito [de estigma] pode ser aplicado mais amplamente a todos os casos quando uma característica observável –; documentada e indiscutível –; de certa categoria de pessoas é primeiro salientada à atenção pública e então interpretada como um sinal visível de uma falha oculta, iniquidade ou torpeza moral (p. 77).

Bauman (2003) relata que a difusão do medo, acompanhada de um desconhecimento do outro tendem a criar discriminações e ajudam a propagar os estigmas. De forma que a insegurança é expressa na possibilidade do encontro com o “outro”.

No encontro de estranhos não há uma retomada a partir do ponto em que o último encontro acabou, nem troca de informações sobre as tentativas, atribuições ou alegrias desse intervalo, nem lembranças compartilhadas: nada em que se apoiar ou que sirva de guia para o presente encontro. (Bauman, 2001, p.111).

Em muitos casos, a estigmatização de um grupo por outro, não remete a questões de diferenças como nacionalidade, etnia, cor ou raça, e mesmo ao tipo de ocupação social, renda, nível educacional. Veem-se grupos estigmatizando outros, não por suas qualidades individuais de pessoas, mas por eles pertencerem a um grupo coletivamente considerado diferente e inferior ao próprio grupo. Afixar o rótulo de valor humano inferior a outro grupo é uma das armas usadas pelos grupos superiores nas disputas pelo poder, como meio de manter sua superioridade social.

(Elias, 2000). Como apresentado por Bauman (1999), o conflito aparece agora entre conhecidos/estranhos:

Existem amigos e inimigos. E existem estranhos. [...] Contra este confortável antagonismo, contra essa colisão conflituosa de amigos e inimigos, rebela-se o estranho. A ameaça que ele carrega é mais terrível que a ameaça que se pode temer do inimigo. O estranho ameaça a própria sociação, a própria possibilidade de sociação. Ele desmascara a oposição entre amigos e inimigos [...] Como essa oposição é o fundamento no qual se assenta toda a vida social e todas as diferenças que a constroem e sustentam, o estranho solapa a própria vida social. E tudo isso porque o estranho não é nem amigo e nem inimigo – e porque pode ser ambos. E porque não sabemos e nem temos como saber qual é o caso. (p. 62 e 64).

De acordo com Bauman (2003), compartilhar o estigma e a humilhação pública não faz irmãos os sofrendores, antes alimenta o desprezo e o ódio. Uma pessoa estigmatizada pode gostar ou não de outra portadora do estigma, mas algo que provavelmente não acontecerá entre indivíduos estigmatizados é que desenvolvam respeito mútuo.

Pessoas ou grupos estigmatizados apresentam, em sua maioria, tendência a aceitar o rótulo. Por não conseguirem ir contra, por encontrarem barreiras impostas pelo grupo para se comportarem de modo diferente. Elias (2000) indica isso quando afirma que dê-se a um grupo uma reputação ruim e é provável que ele corresponda a essa expectativa. Isso pode ser refletido em déficits intelectuais e afetivos específicos. Neste sentido, Goffman (1988) expõe que apesar de uma considerável liberdade, o indivíduo constrói a imagem que tem de si próprio a partir do mesmo material do qual as outras pessoas já construíram a sua identificação pessoal e social.

Essas identidades pessoais minoritárias podem implicar um retraimento social em enclaves como guetos. Bauman (2003) afirma que o que se busca é o retorno a comunidade, um lugar seguro longe do diferente. Comunidade significa mesmice, e a mesmice significa a ausência do “outro”, um outro que teima em ser diferente, e por isso capaz de causar surpresas desagradáveis e prejuízos. A comunidade é a busca pela boa sociedade de outrora, a realização de um sonho de segurança, longe do estranho:

A comunidade que procuram é um ambiente seguro sem ladrões e à prova de intrusos. Comunidade quer dizer isolamento, separação, muros protetores e portões vigiados. [...] A comunidade [...] é, antes e acima de tudo, senão apenas, um território vigiado de perto, onde aqueles que fazem algo que desagrada aos outros provocam seu ressentimento e são por isso prontamente punidos e postos na linha – enquanto os

desocupados, vagabundos e outros intrusos que “não fazem parte” são impedidos de entrar ou, então, cercados e expulsos. (Bauman 2001, p.103 e 108).

Jovchelovitch (2000) chama a atenção para o fato de que o comportamento individualista, pautado na negação das interações sociais, na negação do “outro”, visto como diferente, prejudica a vida pública e também a própria condição do “eu”, como foi explicitado por Sennet:

[...] aquela parte vital da vida individual que reside fora do círculo familiar se perdeu e os outros seres humanos que encontramos nas ruas tornaram-se ou estranhos, ou uma ameaça. O silêncio substitui a conversa e a observação substitui a participação como a única forma na qual podemos experienciar a vida pública. Como resultado, temos uma vida privada fora de foco, cada vez mais determinada por formas narcisistas de intimidade. [...] o mundo público é suplantado pela primazia de um psiquismo privado que leva à deteriorização tanto do indivíduo como da sociedade. (Sennet, 1977, apud, Jovchelovitch, 2000, p. 64).

1.5. Considerações sobre a cidade de Goiânia

Goiânia é uma cidade que foi planejada e construída para ser a capital do Estado de Goiás. Em 1935, Pedro Ludovico foi eleito, indiretamente, governador do Estado pela Assembleia Legislativa, com a proposta de construir Goiânia. A cidade foi idealizada para ser o marco da modernidade no Estado de Goiás. O crescimento populacional de Goiás, nesse período, se dá em grande parte pela construção de Goiânia. A cidade de Goiânia surgiu a partir de uma demanda política e econômica, onde buscava-se articular as regiões produtivas do Estado. O processo de formação da cidade é contínuo, sendo assim, Goiânia apresentou a cada mudança conjuntural uma nova forma e estrutura. No processo de formação Bernardes (1998) ressalta:

Goiânia, desde a sua concepção e gestação, resulta de um projeto político marcado sobretudo pela intervenção do Estado, o qual trouxe em seu bojo a utopia do desenvolvimento e da modernidade. Preocupado com o estabelecimento de programas de mudança social baseados em um poder político contraposto à “velha ordem oligárquica” e dirigido para novos tipos de relações sociais, hábitos e costumes, o Estado busca através da intervenção “racional” no espaço urbano, alcançar patamares de modernidade necessários à configuração dessa nova ordem. [...] a modernidade é entendida pelos grupos de poder como sinônimo de progresso em suas relações com o poder local. Na década de 30 em Goiás a utopia do desenvolvimento e da modernidade não apenas incorporava desejos utópicos, mas representava principalmente os anseios de grupos políticos no sentido de buscar respostas para uma realidade que se contrapunha às condições de “decadência e de atraso”, que estigmatizavam o Estado (p. 43).

Bernardes (1998) sustenta que a construção de Goiânia pode ser creditada à necessidade antecipatória de orientação para o futuro, tendo em vista os parâmetros de desenvolvimento socioeconômico, político, demográfico e cultural do Estado à época. O que sinaliza para os novos tempos de crescimento econômico e populacional. Estava contida na representação da modernidade a oposição ao passado de semi-isolamento, de penúria, de exclusivo domínio oligárquico, de alta indiferenciação e baixo dinamismo sociocultural. Presenciam-se ainda na conformação de Goiânia elementos representativos do mais moderno urbanismo que se praticou neste século – um modelo de planejamento total, traçado em asterisco, zoneamento, cinturão verde, faixas protetoras, carta de risco, legislação e planos urbanísticos.

A respeito de toda idealização e projeto urbanístico para sua construção, Goiânia não escapou às contradições. Goiânia foi planejada para comportar 50 mil habitantes. Em 2000, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a capital chegou a 1.093.007 habitantes, superando, em muito, as expectativas populacionais de seus idealizadores. A cidade sofreu na década de 50 um aumento significativo dos fluxos migratórios, paralelamente ao abandono de seu plano original pelos gestores da cidade. Bernardes (1998) ressalta que mesmo cidades planejadas, como Goiânia, não têm uma consolidação linear, em processo de que fazem parte contradições orientadas para alterar seus conteúdos e formas e ressignificar seus espaços. As primeiras invasões urbanas em Goiânia datam do início de sua construção. Dessa forma, o processo de urbanização da capital realizou-se em um ambiente conflitivo, no qual o Estado foi, progressivamente, privatizando a expansão urbana de Goiânia e o que se verifica hoje é a constituição de uma região metropolitana com inúmeros problemas.

Pastore (1984) explicita três etapas de formação do espaço urbano de Goiânia. O primeiro que vai de 1933 a 1947, compreende um período de forte controle social exercido pelo Estado para o cumprimento do plano piloto, resguardando assim a racionalidade do planejamento. O segundo período estendeu-se de 1947, quando foi aprovado um novo código de edificações para a cidade, até 1968, quando nela começaram a surgir os conjuntos habitacionais financiados pelo BNH e pela COHAB. O ponto distintivo da nova lei efetivou-se a partir de 1950, quando se extinguiu a obrigatoriedade da montagem de infraestrutura nos loteamentos e passou-se a permitir o parcelamento privado. Ocorre assim uma diferenciação nos padrões de parcelamento: de um lado surgem loteamentos visando um mercado de alta renda, e de outro, loteamentos destinados às populações de renda média e baixa. Tal período é marcado, dessa forma, por um caráter de segregação acoplado à nova forma de parcelamento do solo na cidade.

O terceiro período coincidiu com o início da década de 1970 e ganhou destaque pelo fortalecimento da indústria da construção civil. Esse período marcou a lógica do parcelamento do solo em Goiânia. Segundo Pastore, o sentido de aumento de loteamentos em Goiânia foi a formação de espaços segregados, haja vista a ausência de infraestrutura urbana, a carência de seus moradores e a distância e dificuldades de acesso ao centro da cidade.

Completando a ideia de Pastore, Chaves (1985) ressalta dois períodos — entre 1933 e 1984 — que compreendem o processo de formação do espaço urbano de Goiânia. O primeiro, (1933 a 1950), foi denominado de “o Estado na construção do espaço”, ou seja, a ação do Estado

na construção de infraestrutura básica; e o segundo, a partir de 1950, a autora denominou de “privatização do espaço e conflitos urbanos”. Este segundo período se divide em duas fases: A primeira fase (1950-1964) encerra em Goiânia a proliferação desordenada de loteamentos, através da elaboração de um novo plano diretor. A segunda fase (1964-1975) marca a inserção do setor financeiro na construção do espaço urbano, o que reforçou o contingente populacional de Goiânia e onde inicia-se a criação de favelas. A autora revela ainda, o perfil repressor do Estado, fundamentado nas ações de destruição das favelas e de realocação da população para lugares de fácil controle, sob seu domínio. O Estado regulariza a materialização da sociedade no espaço, se existem diferenças e hierarquias, o espaço irá expressá-las. Goiânia, por se tratar de uma capital planejada, teve uma atuação mais acentuada do Estado na formação do seu espaço urbano.

Moraes (1991) foi outro autor que refletiu sobre o processo de formação do espaço urbano de Goiânia e destacou que os agentes produtores desse espaço foram dois: o mercado imobiliário empreendedor e o Estado. Onde o primeiro grupo — proprietários de terras, construtores, financiadores — tentam garantir seus lucros através do mercado de terras em Goiânia e para isso pressionam o Estado. A expansão imobiliária segundo Moraes (1991) se baseia em quatro fases. A primeira (1933-1950) seria a “fase de criação do lugar”, onde a criação do espaço urbano tem que manter-se dentro das determinações do Plano Piloto da Cidade. A segunda (1950-1964) é a “fase de ampliação do espaço”, marcada pela ação dos proprietários de terras no parcelamento do solo. A terceira (1964-1975) é a “fase da concentração de lugares no espaço”, destacando o favorecimento do capital financeiro e uma maior instrumentalização do planejamento da cidade. A quarta fase (inicia-se em 1975) denominada “expansão urbana”, marca a integração do aglomerado urbano de Goiânia pela realização de projetos de transporte coletivo e pela inserção de planos de lazer e de meio ambiente no planejamento. Além disso, nessa última fase, o Estado adota um discurso de defesa dos menos favorecidos, através de programas sociais, mas ao mesmo tempo se articula com a produção imobiliária.

Bernardes (1998) expõe um recorte para o entendimento da modernidade do projeto de Goiânia o período compreendido entre 1933 a 1942. A cidade segmentava-se de acordo com o zoneamento projetado, caracterizando espaços definidos e especializados a partir de funções distintas. A ideia de construir uma cidade moderna tratava-se além da atribuição simbólica do poder, de uma mudança qualitativa do espaço, articular economicamente as regiões sul e sudoeste, que despontavam rumo aos mercados mais dinâmicos do país, além de incrementar o

povoamento, como fator de integração em direção ao oeste. Diferentemente das cidades nascidas espontaneamente, Goiânia é criada, em primeiro plano, através do traçado, do arruamento, da definição dos espaços e zoneamento, do volume e da dimensão dos edifícios, enfim, dos elementos definidores da sociabilidade na cidade. Mas o urbanista não demonstrava estar interessado na incorporação das diferenças de classes sociais, que eram percebidas nas suas diferenças e não nos seus antagonismos. O processo de exclusão, ou de segregação espacial a que são submetidas parcelas de moradores de uma cidade, está relacionado ao contexto socioeconômico e histórico da sociedade.

Com a intenção de uma reflexão crítica do planejamento e utilização do solo de Goiânia, Moysés (2001) propõe um recorte temporal em três períodos. O primeiro (1933-1950) trata-se da afirmação do plano original. O segundo (1951-1979) foi denominado de “do sonho ao pesadelo”, marcado pela perda de controle da urbanização pelo poder público. O terceiro período (1980-1992) é considerado pelo autor de “urbanização às avessas”, tomada pelo reflexo do momento anterior que levou a cidade à visibilidade das contradições sociais na formação das imensas favelas, na região Noroeste. De acordo com Moysés, houve uma segregação sócio-espacial de um número elevado de pessoas em condições precárias, descartando a hipótese de um planejamento urbano adequado voltado para a população mais pobre.

Ribeiro⁶ explicando o termo Segregação Residencial, diz que tal termo adota a ideia de separação e de exclusão de determinados grupos sociais do conjunto da sociedade, nas quais ocorre a ausência de relações que vinculem estes grupos com o conjunto social. Mas a utilização do termo segregação como conceito depende da visão teórica que adotamos para explicar as relações sociais e a compreensão da distinção entre diferenciação, segmentação e segregação. A diferenciação social tem a ver com a crescente especialização de tarefas decorrente do aumento da divisão social do trabalho. Ela gera diferenças de atributos, de recursos, de poder e de status que se constituem nas bases materiais da formação de categorias sociais. Observamos tendências a que estas categorias sociais busquem localizações específicas na cidade, criando a divisão social do território.

A estrutura socioespacial adentra as paisagens da cidade, cria uma espécie de caos, e ao mudar o espaço, coloca a vida dos cidadãos frente a esta espacialidade. Outra realidade não

⁶ Ribeiro, Luiz César Q. Segregação residencial e políticas públicas – Texto retirado do material disponível no curso do Eduardo – Tipologias.

prevista no plano diretor de Goiânia foram as cidades que se aglomeraram e deram início a “Grande Goiânia”. Inicialmente o chamado entorno que depois foi transformado em Região Metropolitana de Goiânia, que atingiu crescimento maior que o da própria capital.

Criada pela Lei Complementar nº. 027 de 30 de dezembro de 1999, a Região Metropolitana de Goiânia⁷ (RMG) engloba onze municípios, incluindo Goiânia, o que a lei denomina de “Grande Goiânia”. Foi também criada a Região de Desenvolvimento Integrado de Goiânia⁸ (RDIG), que inclui mais nove municípios do aglomerado urbano da capital, podendo ser considerado como “colar metropolitano”. A RMG tem por objetivos principais "integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum dos municípios" que a integram. O espaço metropolitano institucionalizado originalmente, ou seja, RMG + RDIG é constituído por vinte municípios⁹. Moysés (2004) expõe que:

O espaço urbano de Goiânia e de alguns municípios de sua região metropolitana evidencia a existência de uma cidade fracionada, fragmentada. Assim podemos dizer que, de um lado, existe a *cidade legal* e de outro, a *cidade ilegal* ou *não-cidade*. Ambas expressam a cidade concreta, real, flexível, que se metamorfoseia por obra e vontade dos homens. *Legal* é a cidade dos loteamentos e das edificações regulares, aprovados segundo a legislação vigente. [...] *Ilegal*, a construída à margem da lei, das instituições, por razões econômicas e sociais dos excluídos ou incluídos. Essa cidade ilegal só aparece publicamente quando ocorrem calamidades públicas, como enchentes, epidemias, ou através de reivindicações por melhores condições de vida, o que possibilita a visibilidade de suas entranhas e da deterioração de seus espaços e as condições precárias em que seus moradores vivem. Ambas existem, “convivem” e desconfiam uma da outra. No entanto entre elas há “muitos muros”. (p.195-196).

É preciso enfatizar ainda, que o espaço urbano, através do meio técnico-científico – dos atrativos de consumo do capitalismo – trouxe consigo diversos desejos, que acabam por agravar a

⁷ Fica criada a Região Metropolitana de Goiânia (RMG) “grande Goiânia” na forma prevista no artigo 4º, inciso I, alínea “a”, e nos arts. 90 e 91 da Constituição do Estado de Goiás, compreendida pelos Municípios de: Goiânia, Abadia de Goiás, Aparecida de Goiânia, Aragoiânia, Bela Vista de Goiás, Goianópolis, Goianira, Hidrolândia, Nerópolis, Santo Antonio de Goiás, Senador Canedo e Trindade. (Sítio do Observatório: <http://www.observatoriodasmetrololes.ufrj.br>).

⁸ No inciso II do mesmo artigo, fica instituída a Região de Desenvolvimento Integrado de Goiânia (RDIG), composta pelos seguintes Municípios: Aragoiânia, Bela Vista, Bonfinópolis, Brazabrantes, Caldazinha, Caturai, Goianópolis, Goianira, Guapó, Hidrolândia, Inhumas, Nova Veneza, Santo Antônio de Goiás, Senador Canedo, Teresópolis de Goiás e Trindade.

⁹ Dados retirados do Site do Observatório das Metrôloles: <http://www.observatoriodasmetrôloles.ufrj.br> Acessado em 16/12/2008.

segregação, de maneira que a violência explode por meio das relações de poder que disputam os territórios metropolitanos. O fato é que as relações humanas produzem e reproduzem novos espaços na cidade. Trata-se assim, de um espaço definido em função das relações sociais que o moldam. A modernização – com seus avanços tecnológicos – produz profundas consequências no mercado de trabalho o que agrava o desemprego, a falta de moradia, e principalmente, a marginalização da população economicamente ativa que não possui qualificações compatíveis com as novas exigências do mercado de trabalho, principalmente nos grandes centros urbanos, como é o caso de Goiânia. (Jesus Júnior, 2005).

O que resulta disso é a periferização da população, a crescente marginalização, o descaso público e a sua dificuldade em manter uma política pública democrática nas cidades, além do temor psicológico gerado pela insegurança, uma característica cada vez mais presente nas cidades. Dessa forma, o espaço da cidade fragmenta-se e cunha uma sociodiversidade espacial que define, numa mesma cidade, tempos, ritmos, fluxos e movimentos diferenciados. (Jesus Júnior, 2005).

Essa periferização da população faz expandir o sentimento de insegurança, pois é vista sempre como aumento da criminalidade, através dos estigmas que são diariamente construídos para classificar como perigosos os moradores das periferias. E dessa forma, atrapalhando a convivência social, pois alguns lugares da cidade deixam de ser frequentados por esse medo do crime. Isso faz com que a cidade aos poucos perca alguma de suas funções de ocupação dos espaços destinados a interação, ao lazer, etc. As periferias e os lugares estereotipados como perigosos, passam a significar apenas o lugar do “outro”, o lugar da diferença e que, portanto, deve ser evitado. É na utilização social do espaço, que ele vai se construindo e construindo as relações afetivas, as identidades, mas sem sua utilização, é possível enxergar as hierarquias que demarcam o limite, as desigualdades exaltadas e a exclusão social construída cotidianamente. Sendo assim, os espaços da cidade representam a situação socioeconômica dos grupos que os ocupam e as imagens elaboradas por grupos que pertencem a outros espaços.

Capítulo 2

Metodologia

2.1. Sobre a metodologia adotada

A metodologia a ser utilizada na proposta investigação baseia-se em uma análise tanto quantitativa como qualitativa. Reverberando as considerações de Moscovici que exige como condição de estudo sobre os fenômenos da representação social, que se tenha definido o “objeto” que é representado, e o grupo que o representa. Nesse sentido enfatizo dois recortes: O primeiro, o “objeto” que desejo apreender são as representações sociais da violência urbana. E o segundo, que são os grupos nos quais pretendo investigar tais representações sociais, são os moradores situados na estrutura socioterritorial definidas como Tipo Médio Superior e Tipo Operário¹⁰. As representações sociais da violência são aqui consideradas sistemas de interpretação e significação, através dos quais a população goianiense (desses dois estratos sociais) pensa a violência, elaborando discursos que se transformam em práticas e condutas cotidianas. De acordo com Porto (1999) violência real e representação da violência como forma de manifestação de exclusão, simbólica e material, são fenômenos interdependentes e se constituem em fatores orientadores da ação.

A teoria das representações sociais é de extrema importância para se entender como a violência urbana é vista e vivida por diferentes estratos da população, pois são as experiências compartilhadas, através do contato próximo – parentes, vizinhos, etc. – ou de relatos distantes, aqui pode-se citar o exemplo da mídia, que criam formas de viver as diferentes situações cotidianas, esperando assim, evitar situações “violentas”. As representações orientam as condutas, servindo assim, para compreender melhor o fenômeno do sentimento de insegurança e da criminalização. Levando em consideração que as representações sociais constroem formas de sociabilidade conforme foi exposto por Porto (1999):

Sociabilidades que se estruturam em razão, portanto, da existência de solidariedades, mas também a partir e em função de sua ausência. É o caso de sociabilidades estruturadas na e pela violência, quase como resposta a carências, ausências, falhas, rupturas — aspectos que são, todos eles, fruto da explosão de múltiplas

¹⁰ Nas áreas identificadas como tipo Médio Superior concentram-se as categorias médias e relativamente superiores (profissionais de escritório e artista e similares, mas com uma tendência a reforçar o peso nas categorias superiores como professores de nível superior e profissionais empregados de nível superior). O tipo Operário caracteriza-se pela forte presença das categorias de prestadores de serviços especializados e não-especializados, ao mesmo tempo, que possuem grande participação nas categorias operários da indústria tradicional e operários da construção civil.

lógicas de ação, recurso disponível no rol de muitos outros possíveis. Aspectos vivenciados, todos eles, como característica e condição da sociedade contemporânea, a qual envolve risco e insegurança, conteúdos implícita e explicitamente, presentes nas representações sociais.

As representações sociais da violência que são cotidianamente construídas e expostas nos diversos meios de comunicação servem para ordenar o mundo social e também as condutas. Elas exercem, através do medo e do sentimento de insegurança que transmitem, influências no modo como os indivíduos se relacionam com o seu grupo e com os outros grupos, nas trocas cotidianas.

Levando em consideração a variação e dimensão do objeto “as representações sociais da violência urbana” e as características epistemológicas desse fenômeno, faz-se necessário ao estudo, um recorte mais preciso do tema. Dentre as condições epistemológicas que pedem maior recorte temos que “as representações sociais se organizam de maneira muito diversa, segundo as classes, culturas e grupos que constituem tantos objetos de opinião quantas classes e culturas existem”. (Moscovici, 1978, p.67). E ainda Elias (1994) que relata que estamos inseridos (desde o nascimento) num complexo funcional de estrutura bem definida, de acordo com o qual somos moldados, e onde até mesmo nossa liberdade de escolha perpassa pela posição do grupo em que nascemos e crescemos. Dessa forma, entendo que os indivíduos pertencentes a diferentes estruturas sociais, que constituem grupos distintos, constroem representações sociais diversas sobre o tema da violência.

Refletindo sobre a necessidade dos recortes que ajudam na análise desses grupos de forma relacional temos, partindo da proposta de Bourdieu (1996), em sua definição de espaço social, que seria um espaço que se configura de modo que os grupos que ai se encontra estão distribuídos em função de sua posição social, que é definida a partir das diversas distribuições de capitais – econômico, social e cultural. Pensado o espaço social temos que “a noção de distância social coagulada das distâncias físicas é entendida como manifestação dos poderes das classes sociais em se apropriarem da cidade como recurso”. (Ribeiro, 2005, p.10)

Segundo Bourdieu (1996), a ideia de diferença, de separação, está no fundamento da própria noção de espaço, conjunto de posições distintas e coexistentes, exteriores umas às outras, definidas umas em relação às outras, por sua exterioridade mútua e por relações de proximidade, de vizinhança ou de distanciamento e, também, por relações de ordem:

[...] um espaço de tomada de posição pela intermediação do espaço de disposições (ou do habitus); ou, em outros termos, ao sistema de separações diferenciais, que definem as diferentes posições nos dois sistemas principais do espaço social, corresponde um sistema de separações diferenciais nas propriedades dos agentes (ou de classes construídas com agentes), isto é, em suas práticas e nos bens que possuem. A cada classe de posições corresponde uma classe de habitus (ou de gostos) produzidos pelos condicionamentos sociais associados à condição correspondente e, pela intermediação desses habitus e de suas capacidades geradoras, um conjunto sistemático de bens e de propriedades, vinculadas entre si por uma afinidade de estilo. (Bourdieu, 1996, p. 21).

Tal como argumenta Bourdieu, o espaço é um lugar marcado pelas relações de poder que por meio das categorias sociais de percepção, dos princípios de divisão, as diferenças nas práticas, nos bens possuídos, nas opiniões expressas tornam-se diferenças simbólicas e constituem uma verdadeira linguagem. Partindo dessa reflexão Ribeiro (2005) sustenta que a diferenciação social relaciona-se com a crescente especialização das tarefas, pensando que diferentes especializações exigem investimentos de capitais de diferentes tipos, e que retornam aos indivíduos com “lucros” diferenciados, gerando hierarquias de poder e de status, modelos diversos de apropriação do espaço, diferenças de preferências em matéria de vizinhança, etc.

O mundo social pode ser representado desse modo, na forma de um espaço construído a partir de princípios de diferenciação ou de distribuição capazes de conferir ao seu detentor, força e poder. O espaço social é assim, um espaço de diferenças, um campo de forças, no qual os indivíduos ocupam diferentes posições segundo o capital acumulado no curso de suas vidas, o que conduz a relações de dominação que se estabelecem sobre a base da distribuição desigual dos capitais¹¹.

Como o espaço social encontra-se inscrito ao mesmo tempo nas estruturas espaciais e nas estruturas mentais, e estas últimas são o produto da incorporação das primeiras, temos que os indivíduos constroem suas representações sociais da violência em relação ao espaço em que

¹¹ O conceito de capital – etimologicamente o mesmo que o cabedal ou conjunto de bens – é complexo. Além do *Capital Econômico*, que compreende a riqueza material, o dinheiro. Bourdieu considera: O *Capital Cultural*, que compreende o conhecimento, as habilidades, as informações, etc., correspondente ao conjunto de qualificações intelectuais produzidas e transmitidas pela família, e pelas instituições escolares, sob três formas: o estado incorporado, como disposição durável do corpo (por exemplo, a forma de se apresentar em público); o estado objetivo, como a posse de bens culturais (por exemplo, a posse de obras de arte); o estado institucionalizado, sancionado pelas instituições, como os títulos acadêmicos. O *Capital Social*, correspondente ao conjunto de acessos sociais, que compreende o relacionamento e a rede de contatos. O *Capital Simbólico*, correspondente ao conjunto de rituais de reconhecimento social, e que compreende o prestígio, a honra, etc. O capital simbólico é uma síntese dos demais (cultural, econômico e social).

ocupam. Dessa forma, o espaço social é a realidade primeira e última, já que comanda até as representações que os agentes sociais podem ter dele. Neste sentido, coloca-se nitidamente a questão do distanciamento e da oposição entre os diferentes sociais de acordo com suas capacidades de apropriação do capital.

2.2. Pesquisa Quantitativa

No que tange à análise quantitativa, a investigação foi feita no banco de dados da pesquisa sobre vitimização e sentimento de insegurança realizada na cidade de Goiânia em 2007. Esta pesquisa teve como objetivo a realização de um *survey* entre moradores de diversas áreas da cidade previamente selecionadas.

A escolha das áreas teve como base o estudo desenvolvido pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPPUR/UFRJ) para as regiões metropolitanas do Brasil (Observatório das Metrôpoles)¹², que tem como um de seus objetivos, o desenvolvimento e a difusão de metodologias de análise social do espaço que possam identificar e mensurar as conexões dos processos sócio-territoriais de divisão, segmentação e segregação residencial com os mecanismos de reprodução das desigualdades sociais e a pobreza urbana nas áreas metropolitanas. Para construir as tipologias sócio-territoriais, identifica-se a relação entre as ocupações das pessoas e as condições do seu exercício com a estrutura social.

Foram desenvolvidas tipologias que têm por objetivo perceber o modo como o espaço social urbano se organiza. A metodologia, apoiada em Bourdieu, considera o capital – econômico, cultural, social e simbólico – na definição dos tipos. De acordo com Ribeiro e Lago (2000) procura-se assim fugir das conhecidas dificuldades teóricas e metodológicas inerentes ao uso de sistemas de classificação baseados em apenas uma única escala, utilizando uma concepção em várias dimensões da estruturação do espaço social, que permite buscar uma compreensão mais fina das eventuais diferenças de posições sociais de grupos ocupacionais. Este procedimento permitiu construir uma “topografia” do espaço social enquanto um mapa no qual as proximidades e distâncias entre as ocupações revelassem estruturas de propriedades similares ou diferentes.

¹² O Observatório das Metrôpoles é um grupo que funciona em rede, reunindo pesquisadores de instituições dos campos universitário, governamental e não-governamental. As equipes reunidas vêm trabalhando sobre 11 metrôpoles e uma aglomeração urbana - Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre, Belo Horizonte, Curitiba, Goiânia, Recife, Salvador, Natal, Fortaleza, Belém e a aglomeração urbana de Maringá -- identificando as tendências convergentes e divergentes entre as metrôpoles, geradas pelos efeitos das transformações econômicas, sociais, institucionais e tecnológicas por que passa o país nos últimos 20 anos. (Sítio do Observatório: <http://www.observatoriodasmetrosoles.ufrj.br>).

Segundo Ribeiro¹³, a análise social do espaço constitui-se na classificação do território da cidade e de sua população, de maneira a encontrar unidades de análises que permitam construir uma representação sintética das suas diferenças. Trata-se de aplicar procedimentos metodológicos e técnicos para avaliar a existência de processos segregativos e seus efeitos sobre a falta de recursos de determinados grupos e a ausência de capacidades que lhes permitam aumentar o seu nível de bem-estar social. O autor trabalha o tema da segregação residencial destacando que tal segregação é contrária ao ideário igualitário e democrático. A segregação residencial assume relevância também em razão de outros estudos sobre a pobreza urbana destacarem os seus mecanismos de reprodução no contexto urbano. Estes estudos indicam a crescente correlação entre os fenômenos da destituição social e a concentração dos grupos em situação de vulnerabilidade em territórios crescentemente homogêneos, na medida em que nele cria-se uma dinâmica de causação circular da pobreza.

O termo segregação residencial, para Ribeiro, é uma categoria de análise que contém sempre duas vertentes: a primeira, conceitual, relacionada com os princípios teóricos adotados para explicar a organização sócio-territorial; e a segunda, prática, relacionada com as concepções normativas da sociedade fundadas em princípios de igualdade. Nas duas dimensões, a segregação é a espacialização da estratificação da sociedade e, portanto, ela é compreendida como decorrência de lógicas coletivas cujo fundamento são as relações sociais.

• *Construção da Tipologia Sócio-Espacial de Goiânia e Região Metropolitana*¹⁴

Ribeiro¹⁵ ressalta que a utilização da técnica da tipologia nos permite, ao mesmo tempo, construir uma descrição global e compreensiva da segregação e formular hipóteses explicativas sobre suas dinâmicas geradoras. Sobre o conceito da tipologia, Ribeiro, explica que é um

¹³ <http://www.observatoriodasmetropoles.ufrj.br/downloads/Segregação> Residencial e Políticas Públicas: análise do espaço social da cidade na gestão do território, Acessado em: 10/06/09.

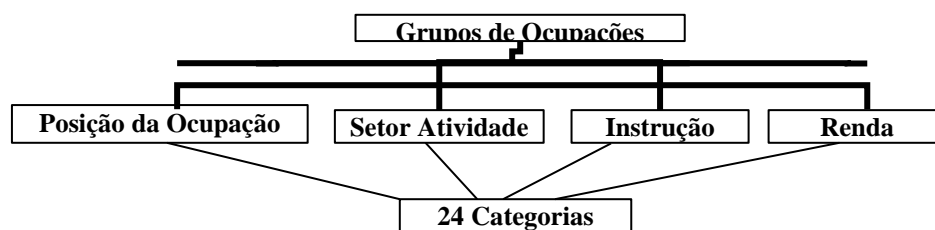
¹⁴ Os dados apresentados aqui referentes à construção da tipologia sócio-espacial de Goiânia e Região Metropolitana foram retirados do material disponível no Curso de Capacitação sobre a Construção e Utilização das Tipologias Socioespaciais e ainda do material disponível no site do Observatório das Metrôpoles, núcleo Goiânia.

¹⁵ ¹⁵ <http://www.observatoriodasmetropoles.ufrj.br/downloads/Segregação> Residencial e Políticas Públicas: análise do espaço social da cidade na gestão do território, Acessado em: 23/06/09.

instrumento de classificação e descrição. Ela atende aos objetivos de ordenamento e de categorização dos fenômenos sociológicos, permitindo a realização de comparações.

Na construção das Tipologias Sócio-Espaciais, a ocupação é uma variável central da estrutura social, mas também as categorias renda e escolaridade são utilizadas como filtros. Desse modo, foi possível construir uma estrutura sócio-ocupacional capaz de refletir significativamente a estrutura social.

- Organograma: Construção das Categorias Sócio-Ocupacionais¹⁶.



Para a construção da estrutura sócio-ocupacional foram utilizados os dados censitários do IBGE sobre ocupação. O Censo Demográfico de 2000 considerou como ocupação aquelas definidas pela Classificação Brasileira de Ocupação (CBO) utilizada pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). As ocupações foram agrupadas hierarquicamente considerando que a natureza da ocupação, além da exigência de escolaridade e obtenção de determinada renda, leva a níveis diferentes das categorias que compõem a estrutura sócio-ocupacional. Dessa forma, foram construídas 24 categorias sócio-ocupacionais (CATs) que estão organizadas em 8 grupos principais, apresentados no quadro 3.1. (o detalhamento das ocupações em cada categoria está expresso no anexo 1).

¹⁶ Organograma extraído do material disponível para os participantes do *Curso de Capacitação sobre a Construção e Utilização da Tipologia Sócio-Espacial em Goiânia*, ministrado pelo professor: Eduardo Rodrigues da Silva, em Abril de 2009.

Quadro 3.1. – Código e Descrição das Categorias Sócio-ocupacionais (CATs)

Código	Categorias Sócio-ocupacionais
	Ocupações Agrícolas
CAT 10	Agricultores
	Elite Dirigente
CAT 21	Grandes Empregadores
CAT 22	Dirigentes do Setor Público
CAT 23	Dirigentes do Setor Privado
	Pequena Burguesia
CAT 31	Pequenos Empregadores
CAT 32	Ocupações Artísticas e Similares
	Elite Intelectual
CAT 41	Profissionais Autônomos de Nível Superior
CAT 42	Profissionais Empregados de Nível Superior
CAT 43	Profissionais Estatutários de Nível Superior
CAT 44	Professores de Nível Superior
	Classe Média
CAT 51	Ocupações de Escritório
CAT 52	Ocupações de Supervisão
CAT 53	Ocupações Técnicas
CAT 54	Ocupações Médias da Saúde e Educação
CAT 55	Ocupações de Segurança Pública, Justiça e Correios
	Proletariado Terciário
CAT 61	Trabalhadores do Comércio
CAT 62	Prestadores de Serviços Especializados
CAT 63	Prestadores de Serviços Não Especializados
	Proletariado Secundário
CAT 71	Trabalhadores da Indústria Moderna
CAT 72	Trabalhadores da Indústria Tradicional
CAT 73	Operários dos Serviços Auxiliares
CAT 74	Operários da Construção Civil
	Subproletariado
CAT 81	Trabalhadores Domésticos
CAT 82	Ambulantes e Catadores

Fonte: Observatório das Metrôpoles/ Instituto Milênio – Convênio CNPq. Metrodata.

O primeiro grupo das Categorias Sócio-ocupacionais refere-se a todas as pessoas que exercem alguma ocupação agrícola, exceto aqueles que se enquadram como empregadores. O segundo grupo ¹⁷abrange aqueles que ocupam alguma função de direção, sejam grandes

¹⁷ CAT 22 – Dirigentes do Setor Público: essa classe é identificada na CBO por uma ocupação específica. COD V0346: 20; Nome no Dicionário: MIN-GOV-PREF-DEP. Além dessas ocupações também incluímos as seguintes ocupações: COD V0346: 861 – OFC/FORÇAS-ARMAD; 862 – PRAC/SOLD-F/ARMA; 863 – OFC-PRAÇA-BOMBEIROS. (Observatório das Metrôpoles). As três ocupações anteriores compõe a categoria 22 desde que os filtros de escolaridade e renda sejam observados, quer dizer, nível superior e renda igual ou superior a 20 salários mínimos. Para completar a categoria dos dirigentes do setor público resta a ocupação a seguir, que é

empregadores ou diretores, gerentes ou supervisores com alta remuneração, tanto na iniciativa privada quanto pública. O terceiro grupo das categorias considera aquelas pessoas que possuem uma condição social de classe média, por se diferenciar segundo seus atributos pessoas como artistas, ou pequenos empregadores. O quarto grupo corresponde àquelas ocupações que têm a exigência de nível de instrução superior, enquadram-se os professores de nível superior, os autônomos, empregados estatutários. O quinto grupo se refere àquelas atividades que requerem certo grau de escolaridade e conferem um determinado nível de renda, contudo não exigem atributos tão elevados.

Com a construção dessa estrutura sócio-ocupacional foi possível analisar como esta se manifesta no espaço urbano. Considerando que, como o dado do Censo Demográfico é obtido nos domicílios, ao visualizar as categorias sócio-ocupacionais no território pode-se localizar as pessoas no espaço segundo sua posição na estrutura social. E isso permite analisar as formas de organização social no espaço urbano.

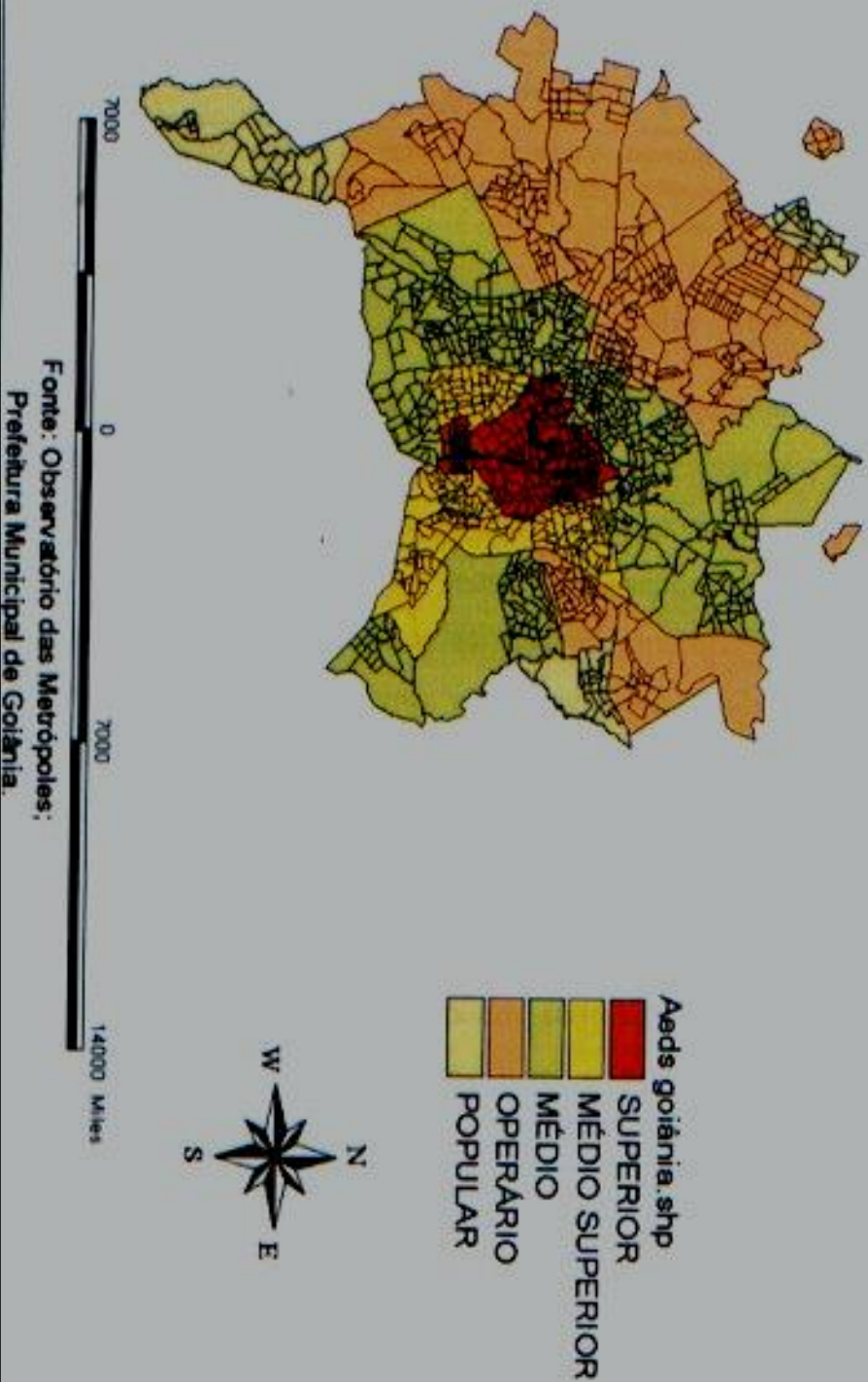
A tipologia sócio-espacial da metrópole goianiense foi elaborada a partir da compreensão da estrutura social debatida no espaço metropolitano. Os tipos são organizados segundo uma hierarquia existente entre eles. Quanto mais elevado na estrutura sócio-espacial se encontrar o tipo, melhores são as condições das pessoas segundo sua condição sócio-ocupacional, em relação aos outros tipos sócio-espaciais.

Através da construção das tipologias, chegou-se a definição dos seguintes tipos para a região metropolitana de Goiânia, em ordem ascendente: Superior, Médio Superior, Médio, Operário, Popular, Popular-agrícola e Agrícola. A estrutura sócio-territorial de Goiânia é composta por cinco destes tipos sócio-espaciais existentes no contexto metropolitano. Sendo eles, Superior, Médio Superior, Médio, Operário e Popular. O que pode ser visualizado no cartograma¹⁸ a seguir.

classificada na CAT 22 desde que a renda seja igual ou superior a 20 salários mínimos: COD V0346: 21 – DIRETOR-ASSESSOR-PÚBLICO.

¹⁸ Cartograma apresentado por Ribeiro (2007).

Goiânia: Tipologia Sócio-Espacial - 2000



A pesquisa em questão constou da aplicação de questionários a partir de uma amostragem nas áreas de expansão domiciliar em Goiânia (AEDs) em diferentes tipos socioespaciais: Tipo Superior (Marista, Sul, Oeste, Aeroporto, Bela Vista, Nova Suíça, Bueno, Coimbra e Setor Central), Tipo Médio-Superior (Jardim América, Leste Universitário, Bairro Feliz e Pedro Ludovico), Tipo Médio (Campinas/Marechal Rondon, Sudoeste, Parque Amazônia e Novo Horizonte), Tipo Operário (Santo Hilário, Vera Cruz, Novo Mundo e Finsocial) e Tipo Popular (Baliza/Jardim Itaipu, São Domingos e Vila Pedrosa). É importante destacar algumas especificidades referentes aos tipos e que ressaltam características que são responsáveis por delimitar os espaços ocupados por cada tipo na estrutura social, como apresentado na tabela abaixo:

Tabela 1: Tipologias e as condições sócio-ocupacionais:

Condições da Estrutura Sócio-Ocupacional	TIPOLOGIAS (%)				
	Superior	Médio Superior	Médio	Operário	Popular
Recebem mais de 10 salários mínimos (rendimentos do responsável pela família)	53,6	21,3	13,1	4,0	1,4
Taxa de analfabetismo	0,9	3,9	4,1	7,7	11,0
Pessoas com mais de 18 anos que possuem mais de 11 anos de estudos	75,5	27,3	38,9	19,4	10,0
Pessoas entre 18 e 25 anos que frequentam a escola em série adequada.	79,3	53,6	43,1	18,6	7,5
Domicílios com abastecimento de água adequado.	96,7	92,0	86,3	69,1	37,2
Domicílios com escoamento sanitário.	99,3	95,5	91,1	42,7	13,6
Domicílios sem banheiro	1,9	4,3	3,5	5,2	13,1
Domicílios com até três cômodos.	4,2	13,0	11,7	15,2	24,8

Fonte: Dados do Censo Demográfico do IBGE (2000), processados pelo Observatório das Metrôpoles.

Dentre os tipos citados acima, foi feito o recorte para a pesquisa, selecionando os dados referentes aos tipos Médio Superior (Pedro Ludovico, Jardim América, Leste Universitário e Bairro Feliz) e Operário (Santo Hilário, Novo Mundo, Vera Cruz e Finsocial). Sendo que nos espaços que compõem o Tipo Médio Superior há uma participação relativa na hierarquia sócio-

ocupacional das categorias médias¹⁹, mas com uma tendência a reforçar o peso nas categorias superiores²⁰. E o Tipo Operário²¹ é composto principalmente por áreas periféricas da cidade, nas direções oeste, noroeste, sudoeste e leste de Goiânia e destaca uma participação interessante de prestadores de serviços e operários, como fica exposto na tabela abaixo:

Tabela 2: Ocupação dos Tipos Médio Superior e Operário

Ocupação	Tipologia	
	Médio Superior	Operário
Ocupações Agrícolas	0,7%	0,5%
Elite Dirigente	2,4%	0,5%
Elite Intelectual	8,0%	1,5%
Pequena Burguesia	1,9%	1,2%
Classe Média	10,7%	11,2%
Proletariado Terciário	16,7%	21,2%
Proletariado Secundário	6,8%	22,4%
Subproletariado	4,9%	3,4%
Sem Ocupação	42,2%	34,8%
Outros	5,6%	3,4%
Total	100,0%	100,0%

Fonte: Dados retirados do *survey* da pesquisa realizada em Goiânia.

Foram aplicados 400 questionários em cada um dos dois tipos, nos domicílios que compõem estas áreas (de um total de 2000 questionários aplicados na cidade de Goiânia). A amostragem levou em conta a distribuição populacional de cada AED segundo gênero e idade. Foram pesquisados homens e mulheres com idade acima de 19 anos de idade. A aplicação realizou-se no final do ano de 2007.

¹⁹ Nas categorias Médias encontram-se os profissionais de escritório, artistas e similares.

²⁰ Nas categorias Superiores encontram-se os professores de nível superior e profissionais empregados de nível superior.

²¹ Quanto ao Tipo Operário há um peso considerável das categorias de prestadores de serviços especializados e não-especializados, ao mesmo tempo, possuem grande participação as categorias de operários da indústria tradicional e operários da construção civil.

O questionário, material utilizado no *survey*, foi elaborado e testado (pré-teste) antes de ser aplicado nos domicílios. Tal questionário é estruturado com dezessete questões fechadas e uma aberta. Sendo que, a primeira parte consiste de questões sócio-demográficas (idade, sexo, escolaridade, ocupação) e de questões sobre o local de moradia (bairro e vizinhança). Essa primeira parte situa a posição do entrevistado na estrutura social. A segunda parte consta de questões referentes à vitimização, as transformações das residências em função da violência e a representação da insegurança. Na última parte, são expostas questões referentes à lei e a ordem (criminalização), e ainda a questão da comunicação (mídia e violência). A aplicação dos questionários foi feita por estudantes do curso de ciências sociais e áreas afins, da Universidade Federal de Goiás e da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, inseridos na pesquisa “Violência Urbana no Estado de Goiás”. A administração dos questionários foi feita nos domicílios, onde o entrevistador propunha as questões e a partir da resposta do entrevistado, marcava a opção correspondente. O questionário consta no anexo 2.

Os resultados obtidos com a aplicação dos questionários foram tabulados e processados com a utilização do programa de análise estatística SPSS (Statistical Package for the Social Sciences). A análise dos dados consta principalmente de cruzamentos dos dados com análises de frequências, com o objetivo de comparar as diferentes posições dos entrevistados, que perpassam pelas diferentes classes sociais em que estão inseridos.

2.3. Pesquisa Qualitativa

A abordagem qualitativa surge na tentativa de descobrir as leis gerais que regem o comportamento e as ações humanas. Considerando que a ação humana é intencional e reflexiva e seu significado é alcançado a partir das razões e motivos dos atores sociais inseridos no contexto da ocorrência do fenômeno. A ação humana tem sempre um significado que não pode ser apreendido somente do ponto de vista quantitativo e objetivo. Pois o significado subjetivo faz menção ao que está na mente do indivíduo e se refere ao conjunto de regras e normas que possibilitam o compartilhamento de crenças por grupos de pessoas inseridas em determinado contexto sociocultural. (Fraser e Gondim, 2004, p. 141 e 142).

A pesquisa qualitativa foi direcionada para a realização de entrevistas semi-estruturadas com moradores dos dois tipos propostos — Tipo Médio Superior e Tipo Operário. Sobre a importância da entrevista na construção do objeto que se investiga, Fraser e Gondim (2004) ressaltam que essa técnica ao privilegiar a fala dos atores sociais, atinge um nível de compreensão da realidade que é acessível por meio dos discursos, sendo apropriada para investigações, com o intuito de conhecer como as pessoas compreendem o mundo. A forma peculiar de diálogo que se estabelece em uma entrevista para fins de pesquisa favorece o acesso às opiniões, às crenças, aos valores e aos significados que as pessoas atribuem a si e aos outros e ao mundo que as cercam. A entrevista dá voz ao entrevistado, para que ele fale do que está acessível a sua mente nesse momento de interação. (p.140).

A escolha desses dois grupos (Tipo Médio Superior e Tipo Operário) deu-se por se tratar de grupos com condições materiais de existências diferentes, o que possibilitou duas formas de olhar o mundo em que vivem e as relações cotidianas de forma distinta. Optou-se pelo tipo Médio Superior, por se tratar de um tipo que não está na mais alta escala social (como o Tipo Superior), mas também não está retido na camada média, esse tipo, tem uma peculiaridade de oscilar entre os tipos Superior e Médio, trazendo uma particularidade em suas relações. E o Tipo Operário resultou por se tratar de um grupo que representa as classes mais baixas, mas que possui um maior grau de instrução escolar e melhores condições de vida do que o tipo mais baixo (Popular). Buscou-se ainda, através da escolha desses dois tipos diferentes, as representações construídas

acerca da violência, tendo em vista que cada indivíduo fala a partir do grupo ao qual pertence, com suas experiências, suas construções diárias, seus rótulos. É importante pensar como cada grupo constrói a sua autoimagem e a imagem do outro.

Portanto, as entrevistas realizadas tiveram por intuito captar as representações sociais dos entrevistados sobre o tema da violência e os subtemas a este relacionado, tal como o medo, o sentimento de insegurança, a criminalização e a construção do outro estigmatizado. Uma vez que a técnica da entrevista favorece a relação intersubjetiva do entrevistador com o entrevistado, permitindo uma melhor compreensão dos significados, dos valores, das opiniões deles a respeito da violência e a exposição de suas experiências pessoais. Minayo & Sanches (1993) afirmam que é no campo da subjetividade e do simbolismo que se sustenta a abordagem qualitativa. Ela realiza uma aproximação fundamental e de intimidade entre sujeito e objeto e o material primordial da investigação é a palavra que expressa a fala cotidiana, pois que esta fala torna-se reveladora de condições estruturais, de sistemas de valores, normas e símbolos. Buscou-se assim, perceber os valores, comportamentos e práticas por meio do discurso dos agentes sociais.

Foram realizadas 15 entrevistas com moradores dos bairros contidos nos dois tipos: Bairro Feliz, Vila Nova/Setor Leste Universitário, Setor Pedro Ludovico e Jardim América, do tipo médio superior; e Balneário Meia-Ponte, Setor Santo Hilário, Jardim Novo Mundo, do tipo operário. A entrevista constou de um roteiro previamente elaborado, que se encontra no Anexo 4, onde as questões iam sendo direcionadas de acordo com as respostas obtidas. O roteiro de entrevistas teve o intuito de explorar a relação do entrevistado com o bairro onde mora, a vida cotidiana e as relações sociais que ocorrem no bairro, os laços de solidariedade entre vizinhos, a insegurança na figura do “outro” e do lugar, a confiança nas instituições de segurança pública, as conversas sobre violência, o papel da mídia na disseminação do sentimento de insegurança, a estigmatização de bairros e pessoas, e a tolerância quanto ao sistema de punição.

As entrevistas foram categorizadas com a ajuda do programa de análise qualitativa Atlas.ti, o que permitiu agrupar as falas em tópicos, fazendo recortes em cada entrevista e assim explorar os discursos pelos temas, que estão apresentados no próximo capítulo.

Representações sociais: sociabilidade, medo, comunicação da violência e a construção dos excluídos

3.1. Caracterização dos Grupos Pesquisados

Do universo pesquisado no *survey*, os dados referentes ao tipo Médio Superior e ao tipo Operário expõem a relação social específica de cada um dos tipos. Em referência aos grupos entrevistados, contata-se nas Tabelas 3 e 4, apresentadas abaixo, que a maior parte dos participantes foram pessoas com idade entre 25 e 39 anos de idade, correspondendo a 33,0% no tipo Médio Superior e 38,0% no tipo Operário, já em relação ao *sexo*, buscou-se um equilíbrio durante as aplicações, que era necessário para conhecer a realidade dos bairros.

Tabela 3: Idade por categorias

Idade por categorias	Tipologia dos Bairros	
	Médio Superior	Operário
De 19 a 24 anos de idade	21,1%	17,8%
De 25 a 39 anos de idade	33,0%	38,0%
De 40 a 54 anos de idade	26,0%	28,0%
De 55 a 59 anos de idade	8,0%	9,0%
Acima de 60 anos de idade	11,9%	7,2%
Total	100,0%	100,0%

Tabela 4: Sexo dos Entrevistados

Sexo	Tipologia dos Bairros	
	Médio Superior	Operário
Feminino	54,9%	55,0%
Masculino	45,1%	45,0%
Total	100,0%	100,0%

É importante destacar aqui, os dados expressos na Tabela 5 (abaixo), referentes a escolaridade. Pode-se averiguar que a maior parte dos entrevistados no Tipo Médio Superior, são

pessoas com o *Ensino Médio Completo*, com 31,8% e verificamos ainda uma boa porcentagem de indivíduos que têm o *Superior Incompleto* (10,9%) e o *Superior Completo* (15,8%). Em contraposição, no Tipo Operário, encontramos uma parcela significativa com o *Ensino Médio Completo*, 32,4%, mas constatamos uma quase equiparação com esse dado na opção *Ensino Fundamental Incompleto*, que abarca 30,9% dos entrevistados e nas opções *Superior Incompleto* (4,4%) e *Superior Completo* (2,9%) os resultados são baixíssimos. Dessa forma, são ressaltadas as desigualdades de escolaridade nas duas categorias, isso pode ser resultado de oportunidades diversas que são expressas na estrutura social ocupada por cada grupo.

Tabela 5: Grau de Escolaridade

Escolaridade	Tipologia dos Bairros	
	Médio Superior	Operário
Analfabeto	1,9%	3,4%
Fundamental incompleto	18,4%	30,9%
Fundamental completo	6,3%	9,0%
Ensino Médio incompleto	14,2%	17,0%
Ensino Médio completo	31,8%	32,4%
Superior incompleto	10,9%	4,4%
Superior completo	15,8%	2,9%
Pós-graduação	0,7%	-
Total	100,0%	100,0%

3.2. A percepção dos bairros

Para pessoas inseguras, desorientadas, confusas e assustadas pela instabilidade e transitoriedade do mundo que habitam, a “comunidade” parece uma alternativa tentadora. É um sonho agradável, uma visão do paraíso: de tranquilidade, segurança física e paz espiritual. (Bauman, 2005, p. 68)

O bairro é o local de segurança para a maioria dos moradores, é onde se encontra sua casa, seus bens, onde prevalecem a intimidade e as relações de afeto e familiaridade. O sentimento de pertença desenvolvido por muitos habitantes, durante a convivência por algum período, em determinado local, faz com que se sintam menos ameaçados ali, do que em outros espaços. É o que foi verificado nas falas dos entrevistados quando indagados nas questões “Do que você mais gosta no seu bairro?” e “Se pudesse você se mudaria do seu bairro?”

“– Tranquilidade... é um bairro totalmente residencial, horizontal... limpo. É um bairro que só tem casas, não tem prédio. [...] Não! Só mudaria se realmente não pudesse ficar... se fosse obrigada a sair”. (Comerciante, 50 anos, Moradora do Bairro Feliz).

“– Ai... a minha casa. A casa onde eu moro. [...] o bairro é tranquilo né, acho super tranquilo. [...] Não, assim, eu gosto muito aqui do setor, eu acho que pra mim é o melhor, gosto muito daqui”. (Vendedora, 25 anos, Moradora do Balneário Meia-Ponte).

“– Calma, aqui é bastante calmo e não tem tanto barulho de trânsito... e é perto de muita coisa que eu preciso, bem próximo ao centro da cidade. Eu realmente gosto daqui, um lugar bem tranquilo, que a gente se sente bem morando, sabe”. (Suporte Técnico, 22 anos, Moradora do Setor Vila Nova)

“– Gosto muito do meu setor porque ele é tranquilo, onde eu moro é bem calmo mesmo... você se sente bem morando assim. [...] Não, eu gosto do meu bairro, gosto da vizinhança, gosto da tranquilidade, não penso em mudar não... por enquanto, estou satisfeito”. (Feirante, 37 anos, Morador do Setor Santo Hilário).

Tabela 6: O que mais incomoda no seu bairro em 1º (primeiro) lugar?

Quesito	Médio Superior	Operário
Falta de iluminação	12,4%	7,5%
Falta de policiamento	32,8%	35,5%
Presença de matagais	1,7%	3,6%
Presença de lotes baldios, casas ou prédios abandonados	4,9%	6,8%
Ruas sem pavimentação	0,5%	2,7%
Nenhuma dessas me incomoda	47,7%	43,8%
Total	100,0%	100,0%

Fica exposto na tabela acima que a maioria dos participantes do tipo Médio Superior (47,7%) e do tipo Operário (43,8%) diz não se incomodar com nenhuma dessas questões colocadas no questionário. Porém um dado relevante é o número de pessoas que colocam em primeiro lugar como preocupação sobre o bairro, a *falta de policiamento*, sendo 32,8% no tipo Médio Superior e 35,5% no tipo Operário. A segurança é uma preocupação constante nos relatos de grande parte dos entrevistados, isso se dá, principalmente, pela sensação do aumento de crimes violentos. Nesse sentido, entra em pauta a segurança como bem maior, suplantando necessidades básicas (como: ruas asfaltadas, saneamento básico, etc.) pela garantia individual da vida.

Tabela 7: Ocorrência de confusão e barulho nas ruas do bairro

Frequência	Médio Superior	Operário
Nunca Acontece	55,3%	47,7%
Acontece Raramente	30,3%	27,3%
Acontece Frequentemente	14,3%	25,3%
Total	100,0%	100,0%

Pode-se perceber que na Tabela 7, no que se refere a comportamentos ruins, depreciativos, que um número expressivo dos entrevistados dos dois tipos (55,3% Médio Superior e 47,7% Operário) afirmou que *nunca acontece*. Isso pode estar embasado na ideia de ser confundido com pessoas mal-educadas, por pertencerem ao mesmo local de moradia e serem enquadrados como iguais. É por intermédio de rótulos que um grupo se reconhece como portador de valores humanos elevados ou valores inferiores, estigmatizar alguém da mesma condição, localizado no mesmo espaço, pode significar receber o mesmo rótulo.

É importante ressaltar ainda que nas questões que tratam de crimes com prejuízos materiais, muitas vezes não ligados à violência física, a resposta *acontece* (*acontece frequentemente + acontece raramente*) aparece em número maior do que a opção *nunca acontece*. Como fica claro nas perguntas sobre a *ocorrência de roubo em residências do bairro* (70,3% do Médio Superior e 77,1% do Operário), *roubo de carros e motos* (62,4% do Médio Superior e 58,2% do Operário) e *roubo em comércio local do bairro* (53,3% do Médio Superior e 67,0% do Operário). Porém nas questões que estão ligadas ao *crime contra a pessoa*, tem-se uma inversão desse fato, são perguntas que expõem os crimes com violência física, crimes geralmente com maior grau de violência e que acabam rotulando de “muito perigoso” os locais em que ocorrem com frequência. Principalmente os crimes que envolvem maior brutalidade e que não são tolerados pela sociedade, como é o caso da *ocorrência de estupro ou tentativa de violência sexual no bairro*, em que 77,9% dos entrevistados do Médio Superior e 59,6% do Operário, afirmaram que *nunca acontece*. Isso pode ser traduzido em um anseio de expulsar a violência para longe do seu bairro, longe do seu lugar de pertença, como forma de não ser estigmatizado de violento que acarretaria como consequência, ser excluído. Como foi expresso no uso de frases como: “*Ali pra baixo é bem violento*”, “*O bairro do lado tem muito crime*”, “*O setor aqui mesmo não é violento como eles falam, mas duas ruas acima, onde começa o outro bairro, ali sim é terrível*”, “*Essa rua aqui não tem violência, mas a de cima já tem muita*”. E que também é apontado nas respostas à pergunta: *Já ocorreu algum episódio violento no seu bairro?*

“– *Bom, a gente sempre vê falar em roubos, assaltos, mas nada muito violento e nenhum que eu me lembre dos detalhes. Aqui você não vê aquela violência grande, de matar assim... aqui quando tem alguma coisa é mais de família mesmo, briga de família*”.
(Comerciante 53 anos, Morador do Setor Leste Universitário).

“– Ah violento mesmo, acho que não acontece muito por aqui, a gente não ouve falar. Tem coisas mais simples, como assalto no ponto de ônibus, às vezes aqueles meninos de rua que descem à noite ali do Terminal Praça da Bíblia, ai ficam perto dos barzinhos e dos pontos de ônibus, de vez em quando eles roubam. Mas é só essas coisas não muito violentas, aqui é um setor tranquilo. (Suporte Técnico, 22 anos, Moradora da Vila Nova).

Temos então, que os discursos elaborados pelos moradores para suprimir a violência nos bairros em que vivem é uma forma de evitar a demarcação do estigma naquele ambiente. Visto que os indivíduos desenvolvem uma identidade com o espaço em que habitam, que é uma referência social para eles.

Porém, pode-se inferir ainda, das questões ligadas à violência no bairro, que na pergunta referente à *ocorrência de assassinatos de pessoas no bairro*, o tipo Operário, apresenta dados discrepantes, em que a opção *acontece* (*Acontece Frequentemente* = 27,0% + *Acontece Raramente* = 38,7%), é bem superior à opção, *nunca acontece* (34,1%). Tal fato expõe a realidade violenta presente nos bairros periféricos. Realidade muitas vezes resultante do descaso do poder público em gerir melhores condições de habitação e segurança, que são agravadas pelo desemprego, pelos problemas relacionados às drogas, como foi argumentado por alguns moradores dos bairros mais periféricos como forma de desabafo:

“Aqui falta tudo, fala polícia... tem rua ainda sem asfalto como você ta vendo “, “A gente ta largado aqui, só Deus pra ter dó”, “Você sempre vê falar de um ou outro traficante sim, mas isso ninguém comenta porque senão é pior”, “No fundo a mãe dele sabe quem foi que matou, mas ela tem medo, ai preferiu mudar do setor”.

Jesus Júnior (2005) fala da necessidade de conhecer a visão dos sujeitos sobre o local em que residem, pois enquanto moradores apresentam uma imagem “viva” dos problemas que são enfrentados no dia-a-dia, como por exemplo, o aumento da criminalidade e da violência, e o descaso público. “[...] Mais do que o indivíduo violento que vive na periferia, é o processo que gera a precariedade de suas condições de vida ai, que cria a violência”. (p.3)

Deste modo, a violência está implantada no local de moradia, gerando um mal-estar constante nos habitantes. Castel (2005) diz que os “bairros sensíveis” (bairros das periferias) acumulam os principais fatores para a insegurança. Nesses locais, a insegurança social e a insegurança civil coincidem e se enlaçam. As periferias vistas como lócus de fixação da

insegurança, para o qual colabora, o poder político, as mídias e uma grande parte da opinião pública. Pode-se dizer que é de alguma forma o “retorno das classes perigosas”, isto é, a cristalização em grupos particulares, situados às margens, de tudo o que uma sociedade trás de ameaças. (p.55)

“– Uai na esquina da minha casa, na segunda esquina depois da minha casa é... uma mulher foi assassinada lá na esquina e todo mundo viu. E um ano antes o filho dela foi assassinado... por causa de droga. [...] No dia da morte da mulher eu tava em casa e ouvi os tiros, só que até então eu não sabia de nada. Ai no outro dia a gente já ficou sabendo, passou no jornal também, os vizinhos ficaram comentando, ai todo mundo comentou o que aconteceu. [...] Parece que o rapaz começou como usuário de drogas, ai ele passou a trabalhar para o tráfico, ai logo morreu. A gente não sabia se ele devia os traficantes ou se foi rixa com outro grupo de traficantes. [...] Agora o assassinato da mãe dele, que foi lá na esquina, ninguém sabe direito porque, tipo, ninguém sabe qual o envolvimento dela com as drogas... tem uns vizinhos que falam que ela era usuária, mas não dá pra saber ao certo porque cada um fala uma coisa”. (Vendedora, 25 anos, Moradora do Balneário Meia-Ponte).

“– Esses tempos teve um caso de assassinato... eles mataram um rapaz que morava lá na rua de cima, umas quatro ruas acima da minha... minha mulher até conhece a mãe dele. Parece que ele tava parado assim no portão, na porta da casa dele mesmo, conversando com um outro rapaz, ai chegaram dois caras numa moto e atiraram nele, foi três tiros, ele morreu na hora... o outro rapaz que tava com ele também foi baleado, com um tiro, mas ficou internado uns tempos e ta bem. Todo mundo aqui fala que é por causa de droga, que ele devia ta envolvido, mas a mãe dele disse que ele não mexia com essas coisas... mas assim ele trabalhava mesmo, antes ele tava estudando a noite e parece que saiu da escola, mas ele trabalhava sério numa empresa ai. Ai ninguém sabe direito o motivo... o rapaz que tava com ele no dia disse que não sabe, e que não conhecia os caras da moto, então ficou esse mistério. (Comerciante, 45 anos, Morador do Jardim Novo Mundo).

Esses casos de assassinatos relatados pelos moradores de bairros periféricos demonstram que a morte violenta é uma realidade com a qual convivem. São casos de violência recentes narrados em proximidade de espaço e de relações sociais “*na esquina da minha casa, na segunda esquina depois da minha [...] eu tava em casa e ouvi os tiros [...] os vizinhos ficaram comentando, ai todo mundo comentou o que aconteceu [...]*”. “*morava lá na rua de cima, umas quatro ruas acima da minha... minha mulher até conhece a mãe dele [...]*”.

3.3. A ubiquidade dos medos e o sentimento de insegurança

“Pois, o que poderá proteger-nos – a não ser Deus ou a morte – se, para estar plenamente em paz, é necessário poder controlar completamente todas as circunstâncias imprevisíveis da vida?” (Castel, 2005).

Segundo Bauman (2008), o medo é construído na incerteza em relação a alguma coisa, a alguma situação social não esclarecida. Esse sentimento se caracteriza pela insegurança e no caso do medo da violência, intimida pela variabilidade das formas que pode assumir. A narrativa abaixo expressa a insegurança em relação a sair de casa, como uma das variações desse sentimento que mais preocupa, por colocar em risco as relações sociais.

“– Ah hoje em dia está tão difícil... tudo era melhor no meu tempo, não tinha essa coisa de droga, das pessoas serem tão ruins. Hoje o povo é ruim mesmo, não tem dó de ninguém, não respeita o irmão, não respeita a Deus. Eu acho que a gente está no fim do mundo, porque do jeito que as coisas estão, só Deus pra ter dó da gente. E o quê que a gente vai fazer? Não pode nem mais sair de casa em paz... eu não saio de casa mais, muito difícil... e nem tenho vontade de sair, porque tenho medo. Quando tenho que receber a minha aposentadoria, meu filho me leva, mas eu vou sempre rezando no caminho, pedindo pra Deus me livrar dos assaltantes... porque hoje em dia eles não respeitam mais ninguém e direto a gente vê casos de assaltos contra idosos.[...] Então se Deus não tiver dó, não sei o que vai ser do mundo.” (Aposentada, 72 anos, Moradora do Setor Pedro Ludovico).

O medo seria então uma construção social, onde há um temor maior em relação ao que é percebido como perigo, que foi construído socialmente, e não com relação aos riscos reais mais frequentes. Caldeira (2000) revela que discussões sobre o medo do crime mostram a angústia que se gera quando as relações sociais não mais podem ser decodificadas e controladas de acordo com antigos critérios. (p. 55). Quando se podiam estipular lugares tidos como evitáveis, por oferecerem riscos, ou horários de não sair à rua, ou ainda, evitar aproximação com pessoas de determinada característica. Tudo isso não é mais possível, a violência atinge tal grau de variabilidade, que não é possível categorizar “violento” e “não-violento”.

Com a percepção do aumento da violência, as pessoas se sentem cada vez mais inseguras, pois passam a se considerar vítimas potenciais dos crimes. “Medo” seria então, um sentimento que entra em cena à menor sensação de risco, recorrendo a mecanismos de defesa, na tentativa de evitar um perigo. (M. Gaviria, 2008). Sendo assim, o medo aparece com uma forma de amparo para riscos futuros, que podem ou não se concretizar, como foi explanado por Wolff (2007):

[...] Temos medo, por definição, não do que acontece no presente, mas daquilo que vai acontecer, ou melhor, daquilo que *pode* acontecer, daquilo que pode *nos* acontecer – o medo sempre contém algo de incerto, ou até de desesperador, como diz Descartes. Ter medo é sentir no momento presente um desconforto em relação à ideia de que sofrerei – talvez – mais tarde de algum mal. O medo é um sentimento negativo *presente* causado pela ideia de um sentimento negativo *futuro* ou *potencial*. (p.20)

Tabela 8: Como você se sente circulando sozinho (a) no seu bairro à noite?

Nível de Segurança	Médio Superior	Operário
Muito Seguro	7,1%	12,5%
Razoavelmente Seguro	20,9%	19,1%
Um Pouco Inseguro	25,2%	25,4%
Muito Inseguro	46,8%	43,0%
Total	100,0%	100,0%

Verifica-se que apesar da maior parte dos entrevistados, 80,3% do tipo Médio Superior e 85,9% do tipo Operário, residirem em seus bairros há mais de 3 anos, supondo que já conhecem a região e deveriam ter um maior sentimento de segurança, mesmo assim 46,8% do tipo Médio Superior e 43,0% do tipo Operário, experimentam um *alto sentimento de insegurança* ao circular por seu bairro à noite. Porém, esses resultados quando comparados aos discursos obtidos nas entrevistas (pesquisa qualitativa) revelam uma especificidade, as pessoas que se sentem inseguras ao circular à noite em seu bairro, sentem o mesmo em qualquer outro lugar, o agravante aqui é o horário.

Constatou-se nas entrevistas, um sentimento de insegurança dos moradores de ambos os tipos em relação a andar sozinho à noite, independente se no bairro onde residem ou em outro setor. O medo aqui extrapola o lugar e parece ligado a uma sensação de estar mais suscetível ao perigo no período noturno, em que prevalece a insegurança das ruas escuras, e sem movimento de pessoas, em que os comércios estão fechados, dando margem ao desconhecido. É o que foi ressaltado no uso de algumas expressões, por entrevistados dos dois tipos: “*eu morro de medo de andar à noite*”, “*à noite eu não ando em lugar nenhum*”, “*à noite é diferente, não fico andando assim, tenho mais medo*”, “*sair à noite é correr mais risco*”, “*ah sei lá, a noite pode chegar alguém de repente, sem você ver, alguém que você não conhece e fazer alguma coisa*”. E nas falas abaixo, de moradoras do Tipo Operário e do Tipo Médio-Superior, respectivamente:

“– À noite assim, eu fico um pouco com medo porque, querendo ou não, todos os setores têm sempre ali uma pessoa ou outra que a gente fica com medo né?! Ai mais a noite, assim depois principalmente das 10hs da noite, eu tenho um pouquinho de medo. Tanto faz... qualquer lugar à noite com desconhecidos eu fico assim com mais medo”. (Vendedora, 25 anos, Moradora do Balneário Meia-Ponte).

“–À noite eu não ando em lugar nenhum, não gosto de andar a noite sozinha nem. Então não é por ser o meu setor, é porque à noite eu tenho medo mesmo. Se eu precisar sair à noite eu chamo alguém pra ir comigo e também é coisa rápida, não fico andando à toa. E se for muito tarde mesmo, eu não gosto de andar não. Ai é tão perigoso... eles podem abordar você chegando em casa, quando abre o portão... e esses portões eletrônicos demoram abrir... é perigoso parar no sinal que eles podem te abordar... então é bom prevenir e não ficar andando por ai à noite. Se hoje em dia já é perigoso ficar andando durante o dia, imagina à noite”. (Funcionária Pública, 42 anos, Moradora do Jardim América).

A insegurança, alimentada pela possibilidade de vitimização, faz com que as pessoas deixem de sair de casa, principalmente durante a noite (período em que se consideram mais expostas à violência) ou evitem certas áreas da cidade. Isso talvez seja reforçado pelos dados de relações de vizinhança, pois 42,2% dos moradores do tipo Médio Superior e 38,0% do tipo Operário, afirmaram conversar apenas raramente com seus vizinhos. Muitos não conhecem seus vizinhos e não mantêm qualquer relação social, o que dificulta a convivência e aumentam os medos, o perigo frente ao “outro”, que é desconhecido.

Os laços de solidariedade estão cada vez mais fracos e não se pode contar com ninguém que venha ao seu auxílio, caso precise. As pessoas estão cada vez mais fechadas e arredias a qualquer contato com estranhos. Bauman (2005) ressalta o caráter de “individualização” em excesso, que o mundo moderno exalta como forma de viver em segurança.

“– Nada! Não tem essa relação... afetiva de vizinhança não. [...] É ruim né porque a gente se sente inseguro de não poder contar com ninguém. Teve uma vizinha da rua que teve a casa roubada duas vezes de parar o caminhão na porta da casa dela e limpar a casa, levar tudo, e ninguém, nenhum vizinho nem ir lá pra saber nada... duas vezes”. (Comerciante, 50 anos, Moradora do Bairro Feliz).

Durante as entrevistas foi levantado outro ponto dessa questão, em que alguns vizinhos não têm o hábito de conversar, ou mesmo de frequentar a casa uns dos outros, mas mesmo assim dispõem de uma solidariedade em alguns momentos, como forma de se resguardarem da insegurança de não ter com quem contar.

“– Não, assim... o meu conversar com os meus vizinhos, da minha rua, é só assim, bom dia, boa tarde, boa noite. Eu já não sou de ir na casa de vizinho, vizinho não é de ir na minha casa, não sabe. Não tem esse contato não, é uma coisa mais reservada, mesmo porque não é só da minha parte... é da parte dos vizinhos também [...] Isso aí (solidariedade) existe. É... tem a vizinha né do lado, assim se eu viajo, se ela viaja fala “olha vizinha to viajando” tal, tem sempre essa cumplicidade assim”. (Vendedora, 25 anos, Moradora do Balneário Meia-Ponte).

“– Não sou muito de conversar com vizinhos não, mesmo porque é prédio, o convívio é bem diferente de casa, as pessoas são mais fechadas. Quem mora em prédio não tem essa, chega e vai pra sua casa [...] mas eu já morei no Jardim Atlântico e lá tinha muito isso [...] então tinha todas essas práticas de ter cachorro e a gente era muito mais próxima dos vizinhos, porque aí tinha essa coisa de viajar, de ficar meio de olho na casa alheia [...] de um vizinho ficar olhando o filho dos outros quando não tinha adulto em casa [...] teve uma vez que entrou alguém lá na minha casa e os vizinhos chamaram a polícia e tal [...] Com certeza a segurança é bem maior quando você sabe que pode contar com um vizinho se precisar”. (Estudante, 24 anos, Moradora do Jardim América).

“– Converso com alguns sim, os que moram há mais tempo [...] Eu converso só às vezes, porque não fico muito na rua, eu trabalho e estudo, então não paro em casa. [...] Olha, a

gente tem esse costume (solidariedade)... fala nisso, eu lembrei, esses dias tentaram roubar um som de carro da casa aqui em cima, a quinta casa subindo eu acho, ai o vizinho de baixo viu e... tava chovendo, então não tinha ninguém na rua... ai ele foi sair e pegou e viu e gritou, chamou a dona da casa, ai os caras correram, não chegaram a levar nada [...] Quando a gente viaja mesmo, a gente sempre pede pra vizinha olhar, olha a dos vizinhos quando eles pedem também”. (Técnico em Informática, 32 anos, Morador do Setor Leste Universitário).

“–Cumprimento, sempre troco umas palavrinhas. Também por causa do supermercado, ai sempre tem alguém conhecido que para pra trocar uma ideia. [...] Tem demais. Os vizinhos, no que um precisa os outros tentam ajudar. Já precisei de vizinho pra levar minha mulher à noite no hospital, quando eu não tinha carro, e foi só chamar eles levaram e tudo. [...] Se alguém viaja o outro olha a casa, coloca comida pros cachorros, aqui é um ajudando o outro... tem que ser né?!”. (Comerciante, 45 anos, Morador do Jardim Novo Mundo).

Verifica-se nas falas acima, um sentimento de amparo de poder contar com o vizinho. Alguém que mantém uma proximidade espacial e que pode servir de apoio em caso de algum ataque violento. Os entrevistados demonstraram sentir-se mais seguros de conhecer o vizinho, não só pela ajuda “olhar a casa”, “alertar quanto a uma situação violenta”, mas ainda por conhecer quem mora ao lado. As pessoas revelaram sentir-se mais seguras quando sabe quem mora ao lado, os costumes que tem, a vida que leva, tudo colabora para uma segurança maior.

“–Claro que é importante conhecer quem é seu vizinho. Ai você sabe se ele é bandido ou se é uma boa pessoa, porque tem como se precaver”. (Atendente, 27 anos, Morador do Jardim Novo Mundo).

O sentimento de insegurança respaldado pelo medo se associa a uma sensação difusa de angústia ou de ansiedade que permanece para além dos acontecimentos e que não possui um objeto definido. Dessa forma, o crescimento efetivo dos índices de criminalidade não seria capaz de explicar o medo e o sentimento de insegurança. Então, temos que os dados objetivos e as sensações de insegurança, tendem a seguir juntos, mas em alguns casos, podem divergir, já que o sentimento de insegurança não se liga apenas aos dados estatísticos de crimes ocorridos.

Tabela 9: Do que você mais teme ser vítima em 1º (primeiro) lugar?

Quesitos	Médio Superior	Operário
Roubo de telefone celular	5,9%	2,9%
Roubo de veículo	9,4%	6,6%
Roubo de outro objeto pessoal	10,5%	10,5%
Roubo na sua residência	24,4%	30,9%
Sequestro	4,9%	2,5%
Agressão física	9,6%	7,8%
Homicídio	14,8%	14,5%
Estupro	16,3%	18,4%
Não teme nenhum desses atos	3,7%	5,4%
Não sabe/Não responde	0,5%	0,5%
Total	100,0%	100,0%

Apenas uma pequena parcela da população, 3,7% no tipo Médio Superior e 5,4% no tipo Operário, respondeu não temer nenhum desses atos de violência, o que revela o caráter de insegurança das pessoas. Mas essa violência é respaldada por vítimas de tais atos que acabam por reforçar o caráter da violência urbana presente em todos os segmentos sociais. O que pode ser ressaltado na questão *“você foi vítima de algum ato de violência no último ano (2006)”*, onde a maioria dos entrevistados, 76,2% do tipo Médio Superior e 89,3% do tipo Operário, responderam não terem sido vítimas de nenhum ato de violência, mas que deixa uma taxa significativa de pessoas vítimas de violência no ano de 2006 nas duas categorias: 23,8% no tipo Médio Superior e 10,7% no tipo Operário. E ainda nos dados das questões *“algum amigo próximo ou vizinho foi vítima de algum ato de violência no último ano”*, em que 42,1% do tipo Médio Superior e 39,0% do tipo Operário, afirmaram que *sim*; e na questão *“algum familiar seu foi vítima de violência no último ano”*, foram constatados que 35,9% do tipo Médio Superior e 29,7% do tipo Operário tiveram parentes *vítimas de violência* no ano anterior. Dessa forma, considera-se que o aumento da violência é sentido nas diversas categorias sociais e isso tende a reforçar o sentimento de insegurança, mesmo das pessoas que não foram vítimas, mas que compartilham, através dos

discursos, das falas cotidianas e dos meios de comunicação, os medos e as ameaças de risco da violência.

Podemos inferir ainda da Tabela 9 que os crimes mais temidos pelos entrevistados das duas categorias são, em primeiro, segundo e terceiro lugar respectivamente: Roubo na residência, Estupro e Homicídio. Esses crimes são reforçados no imaginário social como os mais temidos, pois são os crimes que transformam os habitantes em vítimas em potencial, são os chamados “crimes contra o patrimônio e crimes contra a pessoa” em que o agressor faz o uso da força para causar dano a alguém. Esses são considerados os componentes principais na formação de uma cultura do medo.

- ***O Homicídio***

No imaginário social, de um modo geral, está sempre presente o medo dos crimes violentos, principalmente aqueles que atentam diretamente contra a vida, como é o caso do homicídio. O homicídio aparece entre os mais temidos por ser o crime em que a vítima é anulada, não tendo nenhuma chance de reconstituir-se da violência sofrida. Nas conversas informais são percebidas as angústias em relação às notícias de assassinatos, principalmente aqueles com requintes de crueldade.

Tabela 10: Qual o crime que mais choca você?

Crime	Médio Superior	Operário
Homicídio	22,3%	25,1%
Estupro	48,5%	49,9%
Sequestro	4,1%	3,2%
Roubo seguido de morte	19,9%	15,3%
Outros	3,6%	5,1%
Não sabe/ Não responde	1,5%	1,5%
Total	100,0%	100,0%

Na Tabela 10, os resultados explanam o *homicídio* como o segundo crime mais chocante para os entrevistados, com 22,3% no tipo Médio Superior e 25,1% no tipo Operário, ficando atrás apenas do *estupro*, que também tem forte recusa social pelo caráter brutal e pelas violências físicas e emocionais que desencadeiam na vítima sequelas para toda a vida.

“– Acho que os piores crimes são o assassinato e o estupro também. Não tem como eu falar só de um porque pra mim esses dois são tão cruéis e estão num patamar de igualdade como chocantes. O assassinato porque tira a vida da pessoa. O estupro eu acho que também, de certa forma, tira a vida da pessoa pela brutalidade. (Estudante, 23 anos, Morador do Balneário Meia-Ponte).

M. Gaviria (2008) diz que o homicídio é uma forma de violência que gera posições ambíguas em termos de valores morais. O ato de matar alguém, conforme as circunstâncias, no contexto social examinado, recebe uma valoração positiva ou negativa. Conforme a situação, o assassinato é legítimo, é uma prática aceita no âmbito da população. Situações em que o homicídio é aprovado:

[...] 1) o homicídio do assassino de alguém que tem a ficha na polícia por ter cometido outros assassinatos, em ocasiões nas quais, nem a família da vítima condena o crime do parente; 2) morte em defesa própria durante uma briga. Até a polícia absolve o algoz nestes casos; 3) problemas de saúde das pessoas, surgidos desde a infância, manifestos em surtos de agressividade recorrentes. É inocentada, então, a pessoa que tem um temperamento violento por natureza biológica; 4) o homicídio do protagonista do estupro de uma parente próxima, irmã, por exemplo. Nestas circunstâncias, o assassinato também recebe o aval da polícia. Quase sempre a polícia libera o algoz, argumentando que a vítima tinha ficha na polícia. Vale a pena frisar ainda que, conforme a descrição da situação, até a família do estuprador aprova seu assassinato. (p.91)

“– Mata tudo! Ah podia matar pelo menos uns bandidos ai... se prender valesse mesmo a pena, porque prende os indivíduos e no outro dia solta tudo, então não adianta nada, deixa preso até morrer lá dentro, pelo menos, se não quiser matar de imediato, mas deixa morrer lá dentro. A ROTAM que faz certo de pegar bandido e matar, uns à menos nas ruas pra cometer crimes”. (Estudante, 20 anos, Moradora do Setor Leste Universitário).

Essa intolerância social em relação às pessoas que transgridem a lei (criminoso), que foi narrada no comentário acima, é resultado do alto grau de medo frente à violência, experimentado principalmente pelos moradores das grandes cidades. Essas pessoas se apegam à punição – principalmente as penas mais rigorosas – como forma de exterminar essa angústia social que se instaurou pelo aumento da criminalidade violenta e pela sensação de impunidade (leis não tão eficazes) frente a crimes tão cruéis.

A autora expõe ainda, o outro lado, quando os homicídios são sancionados de acordo com princípios morais presentes na sociedade, sendo estes unanimemente reprovados:

[...] o homicídio quando a vítima é um pai de família que ao ser assassinado deixa mulher e filhos; um rapaz assassinado para roubar o tênis; o homicídio de uma senhora que sofria o mal de Alzheimer e de uma mulher grávida. A descrição desses casos revela uma característica comum às vítimas de assassinatos: nada deviam, ou seja, não tinham praticado atos violentos que justificassem a punição com morte e/ou eram frágeis, não tinham condições físicas de se defenderem do agressor. (p. 91).

“– Pra mim o pior é o assassinato, é muito triste. Porque uma pessoa tira a vida de outra hoje em dia por nada. E não tem mais volta né, acabou... a família sofre demais. Teve um sobrinho da minha mulher que foi assassinado no ano passado lá naquele Jardim Itaipu, onde ele morava... ele tinha 22 anos, foi muita tristeza pra família. Parece que eles mataram ele porque ele tava envolvido com droga, aí a gente não sabe direito né e também nem gosta de ficar falando, pode ser coisa pesada... a mãe dele até mudou de lá depois disso. O pior pra mim é isso, o sofrimento da família, além de sofrer a morte, sofre depois com medo”.[...] (Comerciante, 45 anos, Morador do Jardim Novo Mundo).

“– Pior crime?! Matar, talvez. Porque por qualquer motivo que seja, eu não vejo sentido em você tirar a vida de alguém, por pior que ela seja. Acho que as pessoas têm o potencial de se transformar, dependendo do lugar que ela... dependendo das condições que ela vive... por pior que ela seja, acredito ainda na mudança das pessoas”. (Estudante, 21 anos, Morador do Setor Leste Universitário).

Nas falas acima, o homicídio é enquadrado como o pior crime por não deixar margem de restituição da violência sofrida. Como não existe a possibilidade da vítima se recuperar e voltar ao convívio social tem-se a sensação de que a violência prevaleceu. Sentimento que é agravado

quando a polícia não prende o criminoso, ou quando ele é preso, mas tem a pena reduzida, ou tem o relaxamento através do regime semiaberto. As famílias que tiverem um ente querido assassinado, que acabam sendo vítimas também da violência – apesar de não terem sofrido diretamente o crime – são vítimas indiretas, pela dor da perda de alguém por quem tinham afeto e pela forma violenta da morte, podem ser mais arrasadas pela sensação de impunidade.

Minayo (2006) expõe que a morte que mais impressiona hoje no Brasil, são os homicídios. “Nos últimos 20 anos, os homicídios tiveram crescimento proporcional de mais de 200% [...] Em 2000, os homicídios corresponderam a 38,3% das mortes por causas externas. [...] no ano 2000 ocorreram 30.855 assassinatos de pessoas por armas de fogo. [...] cerca de 70% de todos os homicídios ocorreram, nesses últimos vinte anos, nas faixas etárias de 10 a 39 anos, mais de 83% deles cometidos contra jovens do sexo masculino, em sua maioria, pobres e vivendo nas periferias das grandes cidades. (p. 66 e 67).

De acordo com Fausto (2001), são vários os instrumentos utilizados para cometer um homicídio e estes dependem da aceitação social e da disseminação cultural de determinado objeto, como é o caso das armas de fogo.

- ***Armas de fogo: risco ou proteção?***

A ascensão das armas de fogo como instrumento letal, deve-se principalmente à disseminação do revólver “no século do progresso, o revólver teve ingresso para acabar com a valentia”. (Fausto, 2001, p.111).

Em 2005 foi realizado o referendo sobre a “proibição da comercialização de armas de fogo e munições” no Brasil, em que diversos pontos foram levantados pela sociedade, como por exemplo, a questão de que policiais não poderiam ter arma de fogo, fora do horário de trabalho e como fariam pra se defender dos ataques dos bandidos, visto que esses não deixariam de ter armas adquiridas no mercado ilícito. Dúvidas relativas ao aumento da criminalidade e da violência, levando em consideração o fato de o delinquente saber que o cidadão não tem a possibilidade de ter uma arma de fogo em casa e que possa reagir. A maioria das pessoas votou contra e após o referendo, continuou assegurado o direito ao porte de arma pelo cidadão, dentro das especificidades. Mas constatamos numa pergunta feita durante a realização das entrevistas, que as pessoas ainda estão divididas.

“–Não assim... eu tenho duas opiniões desse assunto. Uma pela proteção entre aspas que a gente poderia ter né, ainda mais assim... por esse aumento da violência. E por outro lado eu acho que se torna um perigo também. Então a gente fica meio na dúvida do que é melhor né?! [...] Ah, mas se for pra dar uma opinião, eu acho que não, porque vai ser assim... mais um risco, mais um perigo do que proteção”. (Vendedora, 25 anos, Moradora do Balneário Meia-Ponte)

Minayo (2006) relata que os grandes empresários desse mercado tão lucrativo – comércio de armas de fogo – bombardearam a população com um pesado marketing explorando o ‘direito do cidadão de ter esse bem de consumo’. (p. 40)

“– Tem quer ter o direito. O cidadão tem que poder se proteger... é um direito adquirido, agora eles querem tirar da gente?! Não, não pode ser assim. Se a gente não tiver uma arma imagina o que vai virar esse Brasil?”. (Comerciante, 50 anos, Moradora do Bairro Feliz).

A fala acima ressalta que a aspiração por mais segurança é tão grande que as pessoas buscam quaisquer meios de proteção individual. Os indivíduos não acreditam mais na proteção pública e procuram formas de proteção com as próprias mãos e acabam ignorando o caráter perigoso dessas ações.

“– Ah eu acho que se a pessoa quer ter uma arma, tem que ter o direito de ter. Porque a polícia não anda garantindo a segurança, então a gente tem que ir atrás e buscar proteção por nós mesmos”. (Feirante, 37 anos, Morador do Setor Santo Hilário)

O discurso acima demonstra uma insegurança em relação às proteções do Estado contra o crime e revelam um pensamento que foi construído com várias arguições favoráveis ao uso da arma de fogo. Como é o caso de um argumento usado pelos favoráveis ao direito do cidadão de portar uma arma de fogo. O de que só o cidadão deixaria de ter a arma de fogo, os bandidos continuariam com armas cada vez mais potentes.

Os mapas da violência mostram um aumento nas taxas de homicídios, acompanhado paralelamente, do aumento do uso de armas de fogo pela população. Mas o argumento mais usado para convencer a população, é que a arma de fogo é um instrumento de segurança e deve ser usado para a defesa pessoal, na nossa sociedade tão fragilizada pelo sentimento de insegurança frente ao crime. Proibir de comprar a arma, nesse caso, seria como privar os cidadãos da sua única possibilidade de reagir aos perigos da violência. (Minayo, 2006, p. 41)

Ficou constatado que mais da metade dos crimes cometidos com armas de fogo, acontecem fora do confronto com os bandidos, acontecem nos espaços onde vive, trabalha e se diverte a população comum. As armas são usadas para resolver conflitos interpessoais, conflitos que, na ausência da arma, poderiam ser resolvidos com discussões ou mesmo agressões físicas que não resultassem na morte. Muita gente morre nas desavenças, nas brigas de vizinhos, nos desentendimentos conjugais e, principalmente, depois de bebedeiras em bares, quando as pessoas perdem o controle emocional. (Minayo, 2006, p. 42)

“– Jamais, acho que não, de jeito nenhum, em hipótese nenhuma. Ah eu acho que não cabe ao indivíduo tentar se proteger, não dessa maneira, eu acho que essa proteção que a pessoa se sente protegida com uma arma, deveria ser feita de outros modos, através do Estado, da polícia, da... de câmeras mesmo que seja, de grades, essas armações de arquitetura que as pessoas fazem, mas arma não porque nossa, eu acho, assim... você vê

o povo fica louco e mata, o caso do vizinho que matou por causa do lixo mesmo, igual, criança, a gente sempre escuta caso de criança que morre, sei lá, acidentes. Acho que não tem necessidade”. (Estudante, 24 anos, Moradora do Jardim América).

“–Não. Acho que não porque representa um perigo. Primeiro porque o cidadão não tem o preparo pra usar uma arma de fogo e também pode ter criança em casa e acontecer um acidente. Acho que uma arma em casa acaba sendo mais um risco do que uma segurança é mais uma arma pro bandido”. (Estudante, 23 anos, Morador do Balneário Meia-Ponte).

“–Não, eu votei contra na época até por isso, que eu acho que, por exemplo, se você tem armas em casa, você aumenta a violência. Uma coisa é você ter um instrumento de defesa, sei lá uma cerca elétrica, um segurança... em alguns estabelecimentos até precisam, um condomínio precisa, certamente ter segurança, ter alguma coisa. Agora, o cidadão, ele próprio estar armado, acho que facilita ainda mais, até porque nem todos têm... sabem como manejar direito uma arma e às vezes pode ser usada indevidamente e gerar mais violência, acaba gerando mais violência”.(Estudante, 21 anos, Morador do Setor Leste Universitário).

As narrativas expostas acima ressaltam a consciência dos perigos frente às armas de fogo. Isso se dá pelas inúmeras histórias relatadas nas conversas informais e, principalmente, na mídia acerca de acidentes envolvendo armas de fogo, onde esse instrumento de defesa aparece como disseminador de mais violência. Nas falas são apontadas outras alternativas de se conseguir mais segurança, e que serve de opções para aquelas pessoas que não acreditam na proteção dos órgãos públicos: “[...] de câmeras mesmo que seja, de grades, essas armações de arquitetura que as pessoas fazem[...]”. “[...] uma cerca elétrica, um segurança [...]”.

3.4. A (in) segurança no Aparelho Estatal e as buscas por segurança privada

A ordem legal define o Estado moderno como detentor do monopólio sobre a administração da força que pode ser “violência”. Para que a administração da força não fique à mercê de cada um, o Estado legitimamente organizado, com suas instituições, detém o direito sobre ela. Mas nos dias de hoje, as pessoas experimentam um alto sentimento de insegurança e atribuem grande parte desse medo à falha no poder de ordem do Estado.

Para Machado da Silva (2004) a ineficiência dos aparelhos de manutenção da ordem seria a variável causal mais importante apontada pela percepção de senso comum cristalizada nesta representação da violência urbana, que por sua vez capta e expressa uma ordem social, mais do que um conjunto de comportamentos isolados. As desordens e incivildades que fazem parte do cotidiano da vida moderna são produtoras e disseminadoras do sentimento de insegurança, e o órgão responsável pela garantia da ordem social (o Estado) não cumpre de forma eficaz o seu papel.

Para Roché (1993), a noção de insegurança é trabalhada a partir do sentimento que ela desperta, de como os indivíduos a vivem e a sentem na realidade. Por sentimento de insegurança, entendem-se as manifestações do medo pessoal ou as preocupações com as ordens verbais, comportamentais, individuais ou coletivas. Esse sentimento de insegurança se define também como uma inquietação e se cristaliza através do crime e nos seus autores. Com isso o autor define dois níveis ideal-típicos do sentimento de insegurança: o medo e a preocupação com a ordem. (p. 135) (Roché Apud: Azevedo, Pinto, Dirk²²: 2004).

A manutenção da ordem pública é um dos principais bens coletivos ambicionados pela sociedade moderna. Sendo assim, o combate à criminalidade constitui uma atribuição estruturante do Estado. “Além de prover saúde e educação, bem como outros serviços que garantam o bem-

²² Autores: AZEVEDO, Ana Luísa Vieira; PINTO, Andréia Soares; DIRK, Renato Coelho. In: Avaliando o Sentimento de Insegurança nos bairros da cidade do Rio de Janeiro. Relatório de Pesquisa apresentado na XXVIII Encontro Anual da ANPOCS, 2004. Disponível no endereço eletrônico: http://urutau.proderj.rj.gov.br/isp_imagens/Uploads/Artigo2004001.pdf consultado em 11/06/09.

estar social, deve o Estado zelar pela preservação do patrimônio dos cidadãos e de suas respectivas integridades físicas”. (Sapori, 2007, p. 17).

Tabela 11: A segurança pública tem sido eficaz no combate a violência?

Quesito	Médio Superior	Operário
Concordo	40,6%	49,5%
Discordo	59,4%	50,2%
Não sabe/ Não responde	-	0,3%
Total	100,0%	100,0%

Tabela 12: Melhor policiamento pode reduzir o crime no seu bairro?

Quesito	Médio Superior	Operário
Concordo	91,0%	95,6%
Discordo	9,0%	4,4%
Total	100,0%	100,0%

Verificamos na Tabela 11 que há um relativo equilíbrio, pois alguns entrevistados acreditam que se o Estado não interviesse, a situação estaria pior e a violência tomaria proporções ainda mais assustadoras. Mas mesmo assim, a maioria dos entrevistados das duas categorias (59,4% do tipo Médio Superior e 50,2% do tipo Operário) acha que a segurança pública não tem combatido de forma eficaz a violência. Isso é reforçado na Tabela 12, onde os entrevistados a maioria dos entrevistados (91,0% Médio Superior e 95,6% Operário) ressaltam a importância de transformações nos meios de combate da violência pelo Estado, através de seu principal mecanismo de contenção da criminalidade, que é a polícia.

“–Ah eu acho que eles, em primeiro lugar, têm que colocar mais policiais na rua, porque o tanto que tem não dá conta. E aumentar o número de rondas, principalmente à noite porque é o horário que os marginais mais agem... o povo que chega tarde do serviço direto é assaltado, e não tem um policial perto do ponto de ônibus”. (Atendente, 27 anos, Morador do Jardim Novo Mundo).

“–Um sistema de atendimento mais rápido, um... por exemplo, uma resposta mais rápida... por exemplo, um grupo de policiais em menor quantidade de quadra, porque às vezes você percebe que o policial demora a chegar ao local, porque ele tem um número de quadras enormes pra poder ficar cuidando né, pra poder prestar a segurança. Então ele acaba não prestando a segurança porque ele vai dar prioridade à emergência, ele vai dar prioridade pra algum tipo de ligação, às vezes até na tonalidade da voz com que você fala, ele desacredita naquilo e prefere dar atenção a outro procedimento, a um outro atendimento”. (Estudante, 21 anos, Morador do Setor Leste Universitário).

“–Acho que mais policiais nas ruas... uma maior agilidade no atendimento. muito tempo depois, quando já aconteceu o crime. Então acho que eles deveriam atender mais rápido”. (Estudante, 23 anos, Balneário Meia-Ponte).

As narrativas acima expõem uma preocupação com o serviço policial da forma como vem sendo gerido. Da falta de planejamento, de não colocar policiais nos locais mais perigosos “o povo que chega tarde do serviço direto é assaltado, e não tem um policial perto do ponto de ônibus”. Do número de policiais nas ruas, o que acarreta a falta de policiais para atender as ocorrências. A principal cobrança ressaltada nas falas é relativa ao tempo gasto para atender uma chamada de emergência. As pessoas reclamam que demora muito e em alguns casos a polícia nem chega como foi apontado em respostas à pergunta “Você já solicitou o serviço policial? Como foi o atendimento?” em que apareceram expressões de revolta “não foi... estou esperando até hoje”, “eles não mandaram a viatura”, “eles disseram pra eu esperar o dia amanhecer e procurar uma delegacia”, “falaram que ia demorar porque atendiam primeiro os casos mais graves, mas não apareceu ninguém”.

Do ponto de vista político, o sentimento de insegurança se transformou numa questão que remete à relação Estado e Sociedade. O Estado cujo dever seria proporcionar proteção aos cidadãos; e a Sociedade com o poder de questionamento com relação à segurança que deveria ser garantida e a exigência do fim da ineficiência (polícia ineficaz, justiça frouxa, etc.).

Caldeira (2000) ressalta essa característica de descrédito nas instituições da ordem – as forças policiais e o sistema judiciário. Estes são vistos como ineficientes e mesmo sob um regime democrático, a polícia frequentemente age fora dos limites da lei, cometendo abusos e executando suspeitos.

• *O Papel da Polícia*

O policial por sua profissão específica — funcionário do Estado Moderno, detentor do monopólio legítimo da força física — mantém uma estreita relação com a violência. Sendo assim, os policiais, são agentes da ordem, que têm seu trabalho embasado no uso da violência, onde recebem armamentos pesados e treinamentos violentos. Os policiais estão autorizados a usar a força física no cumprimento legal de seu dever, que, no Brasil, é definido na Constituição Federal como a preservação da segurança pública.

Outro ponto que merece destaque é o fato de que na Tabela 12, quando questionados se o *melhor policiamento pode reduzir o crime no seu bairro*, foram captadas respostas subjetivas na aplicação dos questionários (que foram anotadas), onde o tipo Médio Superior atribuía melhor policiamento à questão de melhores treinamentos para combater o crime de forma eficaz e melhores equipamentos para os policiais. Já no tipo Operário, o melhor policiamento era ligado à ideia de melhores policiais, com treinamentos “mais humanos” (referindo-se à violência policial praticada contra as pessoas de baixa renda, como no tipo Operário).

“Acho que eles trabalham como pode. Sempre tem viatura ali passando no setor, na avenida... mas as viaturas são poucas, você só vê uma andando aqui no setor, e um setor grande assim. Então acho que os policiais não dão conta porque os malandros estão só aumentando”. (Comerciante, 45 anos, Morador do Jardim Novo Mundo).

“Olha, assim... eu já presenciei uma cena de assalto, em que a pessoa foi assaltada e me parou na rua pra pedir ajuda e... eu peguei e liguei pra polícia, ela tinha perdido o celular dela, eu liguei pra polícia e a polícia demorou em média 35 minutos para chegar, então assim eu acho que realmente não tem sido eficaz e assim dentro, na própria praça universitária... um lugar bem localizado, próximo do centro da cidade, bem movimentada no final de semana e assim... é muito complicado.(Estudante, 21 anos, Morador do Setor Leste Universitário).

“Ah confiar na polícia é complicado, a gente não sabe se tem mais medo de chegar alguém pra te roubar, ou de chegar um policial pra te abordar [...] Aqui no setor tem um monte de gente que já foi parado pela polícia, aí algumas vezes eles pedem dinheiro pra liberar, outras eles são bem ignorantes, humilham as pessoas, chega a dar uns tapas. [...] Um amigo meu foi parado uma vez perto de casa, só porque ele tava de moto... aí era a

noite, ele tava voltando do trabalho... eles fizeram ele descer da moto, encostar no muro e abrir as pernas, eles chutavam as pernas dele pra ele abrir mais, ai deu uns tapas na nuca dele perguntando onde tava a droga... ai ele disse que não tinha, eles revistaram ele, revistaram a mochila dele, jogaram os trem tudo no chão... na hora ele ficou com medo né, porque já era meio tarde, ele teve medo deles fazer alguma coisa com ele... mas ai eles mandaram ele ir embora e que eles iam ficar de olho nele". (Estudante, 23 anos, Morador do Balneário Meia-Ponte).

Confirmamos, nas falas acima, um sentimento de descrença no poder da polícia. O descrédito apoiado na demora do atendimento e a desmoralização pela forma violenta de atuação, que desconsidera os direitos individuais.

Temos então que o núcleo central das representações sociais da polícia para os moradores do tipo Operário – os “pobres” – está na violência. O papel da polícia para esses indivíduos está embasado na violência cometida contra os menos favorecidos da estrutura social. Abric (1998) sustenta que o núcleo central é todo elemento que desempenha um papel central na representação, no sentido que os outros elementos dependem dele, tendo em vista que é em relação a ele que se definem seu peso e seu valor para o sujeito. O núcleo central é assim, o elemento que subsidia o sentido mais fundamental e abrangente da representação social, é através dele que se verifica a natureza do objeto representado, e os tipos de relações que o grupo mantém com ele. (Abric, apud, Faria, 2007).

Existem dois critérios analisados em torno do que seria considerado como sendo violência policial, um é baseado na legalidade e o outro na legitimidade. Neto (1999) relata que do ponto de vista sociológico há uma tendência a distinguir os conceitos de força e violência com base não apenas na legalidade, mas também na legitimidade da força física. Sendo assim, são considerados atos de violência policial não apenas os casos que envolvem uso ilegal — usar a força física de forma não relacionada ao cumprimento do dever legal —, mas principalmente os que fazem uso ilegítimo da força física — uso desnecessário ou excessivo da força física, no cumprimento do dever, no que concerne à preservação da segurança pública.

Com relação ao papel da polícia foi constatado que dos entrevistados que foram “vítimas de violência no último ano (2006)”, 61,7% do tipo Médio Superior e 61,4% do tipo Operário, não chamaram a polícia após o fato ocorrido. E quando questionados se “foi registrado o boletim de ocorrência na delegacia” 57,9% do tipo Médio Superior e 59,1% do tipo Operário disseram não

ter registrado o boletim. Sobre “porque não foi registrado o boletim de ocorrência” 52,7% do tipo Médio Superior e 40,0% do tipo Operário, afirmaram que “não adianta, a polícia não faz nada”. Para os entrevistados que comunicaram o fato para a polícia, 53,7% do tipo Médio Superior e 61,1% do tipo Operário, a ação da polícia foi *insatisfatória*. Confirmando assim a falta de confiança das pessoas nas instituições responsáveis pelo controle da ordem social, como fica expresso nos discursos abaixo.

“–Ah o povo anda descrente né, são tantos crimes, tanta coisa e a polícia às vezes não faz nada, demora a chegar... só chega depois que o ladrão já levou tudo que queria, então as pessoas estão procurando a segurança particular, uma forma de tentar evitar”. (Atendente, 27 anos, Morador do Jardim Novo Mundo).

“–Porque eu acho que as pessoas não acreditam no serviço público, não acreditam na polícia e quando a pessoa tem uma condição pra dispor de um dinheiro para investir, elas acabam investindo em segurança particular, acho que as pessoas se sentem mais seguras”. (Funcionária Pública, 42 anos, Moradora do Jardim América).

“–Falta de confiança. Falta de confiança e... os policiais não dão conta de prender todo mundo né, aí o povo não acredita que e eles podem dar segurança. E também porque não tem policial sempre na porta, nem perto... e quando liga pra polícia eles demoram três anos pra chegar”. (Estudante, 20 anos, Moradora do Setor Leste Universitário).

O uso instrumental dos meios de violência pelo policial na produção da ordem define o papel da polícia. Nas questões internas do Estado, a violência funciona como último recurso de contenção dos indivíduos. A restrição legal do arbítrio policial no uso de violência representa elemento crucial da noção de cidadania – a proteção dos direitos e liberdades civis, potencialmente ameaçados pela coerção das organizações do Estado. O modelo de “ordem sob a lei” encontra na subordinação da polícia ao judiciário e na conformidade compulsória do trabalho policial às regras²³, as condições que fazem da atividade policial a garantia da liberdade humana. A vigência efetiva dessas condições distingue o estado democrático do estado autoritário,

²³ A atividade policial-militar tem como princípio organizacional o sistema de hierarquias e, portanto, tem na disciplina seu valor norteador. Sendo assim, o policial deve acatar a qualquer ordem de seu superior, baseado no juramento feito durante seu curso de formação e sob pena de punições, caso se recuse a cumprir o que foi designado. O sistema de hierarquias da polícia militar estará expresso no Anexo 3 deste trabalho.

também conhecido como estado policial em razão dos graus elevados de liberdade das agências de repressão. (Paixão e Beato, 1997).

- **Notícia de Violência Policial²⁴**

Execuções em Goiânia sob suspeita.

“Ministério Público pede a entrada da Polícia Federal para investigar a atuação de policiais civis e PMs em assassinatos na capital de Goiás e em cidades vizinhas de Goiânia. – Há evidências da atuação de grupos de extermínio na Grande Goiânia e de acobertamento pelas polícias Civil e Militar.[...]”

Pelo menos 24 pessoas – a maioria em Goiânia – estão ameaçadas de morte por policiais que integram grupos de extermínio. [...] Dos sete réus colaboradores, como são chamados os protegidos pelo Estado, três testemunharam ações de policiais a serviço de grupos especializados em execuções e passaram a ser vítimas em potencial. [...] As investigações do MP e os relatos dessas testemunhas apontam para a existência de um grande grupo de extermínio formado por policiais na Grande Goiânia, com atuação na capital e em mais quatro regiões do Estado. [...]

Eles se consideram “justiceiros” e perseguem principalmente pessoas que já tiveram alguma passagem pela polícia e que respondem a processos na Justiça, além de usuários de drogas e até mesmo informantes da polícia, que passam da condição de colaboradores para a situação de alvos dos grupos de extermínio. [...]

Um exemplo claro dessa situação é um pedido de explicação formulado pelo MP aos delegados da Grande Goiânia responsáveis por investigar homicídios. Uma relação de nomes de vítimas mortas de maneira semelhante – disparos na cabeça, quase à queima-roupa, efetuados por uma pessoa acompanhada de outra numa motocicleta, ambas com capacetes – foi entregue aos delegados, para que informassem se alguns daqueles casos tinham indícios de atuação de grupos de extermínio. Todas as informações foram fornecidas, sobre o estágio das investigações e a identificação das autorias dos assassinatos, mas nada foi mencionado sobre o ponto principal cobrado pelos promotores [...]”.

²⁴ Notícia de 17/03/2009, extraída do endereço eletrônico: <http://correiodesantamaria.com.br>

• *A Segurança Privada*

Dado o crescente descrédito nos aparelhos públicos de manutenção da ordem e com o aumento do sentimento de insegurança, cada vez mais indivíduos buscam a segurança privada, como forma de se protegerem dos atos violentos. Sanches Teixeira e Silveira Porto (1998) expõem que cada ação concreta de agressão ou violência permite ritualizar uma ameaça, justificando a reprodução do medo e a adoção de medidas de segurança. Mas, paradoxalmente, essas medidas acentuam a insegurança e o medo, e provocam novas formas de geri-los. (p.57)

Tabela 13: Medidas de segurança

Modificações feitas	Tipologia	
	Médio Superior	Operário
Instalou alarmes	10,4%	13,0%
Cerca elétrica	10,7%	4,6%
Câmeras	1,9%	3,8%
Aumentou/construiu muros	19,9%	65,6%
Colocou grades	22,8%	38,9%
Colocou garras, pregos, vidros nos muros	6,8%	10,7%
Firma de vigilância privada	6,6%	2,3%
Mantém cães de guarda	12,1%	40,5%
Interfone	6,8%	2,3%
Olho mágico	3,2%	3,8%
Vigia de quarteirão	9,5%	9,2%
Guarda	0,7%	-

Entre os entrevistados das duas categorias, 30,4% do tipo Operário e 44,6% do tipo Médio Superior, afirmaram terem feito modificações em suas residências, visando maior segurança. Ao observar a Tabela 13, infere-se que a maior parte dessas pessoas fez mudanças de menor custo financeiro (*mantém cães de guarda, colocou grades, aumentou/construiu muros*). Porém ao serem questionados, durante a entrevista, “Qual a sua opinião sobre a segurança privada?”, a maioria se mostrou favorável aos aparelhos de segurança privada, demonstrando interesse em adquiri-los, só não o fazem pelos altos custos.

“–Ajuda, eu creio que ajuda demais... o policiamento hoje, a parte da polícia militar, não dá pra ficar o tempo todo vendo ali né, não vai ficar vigiando ali... então se você teve como contratar serviço particular, melhor”. (Suporte Técnico, 22 anos, Moradora da Vila Nova).

“–Ah se não resolve, pelo menos inibe consideravelmente... pelo menos no contexto do meu bairro eu não sei se esse é o motivo de fato né que inibe. Porque há uma combinação de coisas, rondas policiais, moto-vigilantes, com certeza inibe. Sei lá, acho que sim, que é eficaz sim”. (Estudante, 24 anos, Moradora do Jardim América).

“–Olha, eu acho que resolve uma boa parte, por exemplo, aqui no setor Universitário, eu moro num kitinete e como é tudo cercado com cerca elétrica e tal, portão eletrônico, isso dá maior segurança. Apesar que não resolve todos os problemas, mas isso te dá muito mais segurança do que você morar num lugar aberto”. (Estudante, 21 anos, Morador do Setor Leste Universitário).

“–Bom, se eles não resolvem, pelo menos ameniza. Porque se um cara vai entrar numa casa e vê que tem uma cerca elétrica e outra que não tem, ele prefere entrar na que não tem, porque é um obstáculo a menos. Então eu acho que pelo menos atrapalha um pouco o bandido. Se eu tivesse dinheiro ia ter tudo isso... cerca elétrica, alarme, portão com controle... todas essas coisas. (Comerciante, 45 anos, Morador do Jardim Novo Mundo).

Como fica claro nos discursos acima, as percepções de criminalidade violenta acabam alimentando o sentimento de insegurança, fazendo com que as pessoas sintam necessidade de adquirir, cada vez mais, bens de segurança pessoal. Assim temos a arquitetura das casas modificadas por diversos aparatos de proteção, como: cercas elétricas, portões eletrônicos, portas

mais resistentes, grades, câmeras, sensores de movimentos, cães de guarda, etc. Esse sentimento de insegurança modifica não só as paisagens das casas, mas também as relações sociais que ficam prejudicadas, visto que as pessoas deixam de manter contatos interpessoais, de frequentar lugares de lazer, de sair de casa, de frequentar certas áreas da cidade, etc.

3.5. A disseminação da violência nos discursos

Caldeira (2000) expõe que o medo e a violência, por serem difusos e de difícil entendimento, fazem o discurso proliferar e circular. A fala do crime é fragmentada e repetitiva. Ela surge no meio das mais variadas interações, pontuando-as, repetindo a mesma história ou variações da mesma história, comumente usando apenas alguns recursos narrativos. Apesar das repetições, as pessoas nunca se cansam. Ao contrário, parecem compelidas a continuar falando sobre o crime, como se as infindáveis análises dos casos pudessem ajudá-las a encontrar um meio de lidar com suas experiências desconcertantes ou com a natureza arbitrária e inusitada da violência. A repetição das histórias, no entanto, só serve para reforçar as sensações de perigo, insegurança e perturbação das pessoas. Dessa forma, a fala do crime alimenta um círculo em que o medo é trabalhado e reproduzido e, no qual a violência é a um só tempo combatida e ampliada. (p. 27).

Tabela 14: Com quem você mais conversa sobre violência?

Quesitos	Médio Superior	Operário
Familiares	60,6%	63,3%
Colegas de Trabalho	16,1%	17,8%
Vizinhos	11,2%	7,3%
Outros	9,5%	4,9%
Não conversa sobre o assunto	2,4%	6,8%
Total	100,0%	100,0%

Pode-se constatar na Tabela 14, que uma pequena porcentagem dos entrevistados não conversa sobre o tema da violência e que a maior parte dos que afirmaram conversar sobre tema, o fazem com seus familiares, sendo 60,6% no tipo Médio Superior e 63,3% no tipo Operário. Disso conclui-se que as pessoas se preocupam com o tema da violência e tentam reordenar esse mundo caótico – o mundo da violência – nos seus discursos diários. E o fato de a maior parte dos

entrevistados conversarem com seus familiares, dá-se não apenas pelas relações sociais de proximidade espacial, mas também porque conversar sobre a violência, muito mais do que se informar sobre os crimes ocorridos, ajuda a organizar o convívio social e a adquirir condutas de prevenção contra o crime. Nessas falas do crime, são compartilhados os sentimentos de insegurança e as atitudes a serem tomadas para evitar tornar-se uma vítima.

“–Converso sempre. Principalmente com a minha família. Mas geralmente com os amigos, com os estranhos, a gente troca impressões... no caso de Luziânia mesmo. Não tem como não comentar, ainda mais eu que trabalho em comércio, tem sempre alguém por lá comentando”. (Comerciante, 50 anos, Moradora do Bairro Feliz).

“–Claro, todos os dias tem um assunto pra conversar né?! Converso muito na minha casa, dou conselho pros meus filhos... falo pra eles dos perigos, das coisas que estão acontecendo mais, pra eles ficar espertos. E também converso muito lá na feira, toda semana tem um assunto novo de violência pra gente discutir”. (Feirante, 37 anos, Morador Setor Santo Hilário).

“–Eu costumo conversar muito sobre violência, porque é um assunto que todo dia ta no jornal e direto tem aqueles crimes mais absurdos que revolta a gente... a gente sente a necessidade de falar. Converso muito em casa, com a minha família e converso bastante no meu trabalho também”. (Funcionária Pública, 42 anos, Moradora do Jardim América).

As falas acima ressaltam esse caráter cotidiano das conversas que têm como tema a violência. É através da conversa que as pessoas trocam experiências sobre o impacto causado pelos crimes cometidos na sociedade *“tem aqueles crimes mais absurdos que revolta a gente. [...]”*. É pela conversa ainda, que passam conselhos de prevenção, para não se tornar uma vítima *“converso muito na minha casa, dou conselho pros meus filhos. [...]”*.

As narrativas do crime recontam experiências de violência e, ao fazer isso, reorganizam e dão novo significado não apenas às experiências individuais, mas também ao contexto social no qual ocorrem. Ao contrário da experiência do crime, que rompe o significado e desorganiza o mundo, a fala do crime simbolicamente o reorganiza ao tentar restabelecer um quadro estático do mundo. (Caldeira, 2000, p.28).

Os discursos sobre a violência também estão presentes nos meios de comunicação em massa por onde circulam disseminando o crime. Isso relata o fato de que o sentimento de insegurança que se materializa no medo, se alimenta muito pouco dos fatos concretos, mas sim de impressões e informações transmitidas, principalmente, pelos meios de comunicação em massa.

Tabela 15: Meio de comunicação usado para se informar.

Quesitos	Médio Superior	Operário
Televisão	81,2%	88,3%
Rádio	3,6%	3,9%
Jornal Impresso	7,8%	3,4%
Internet	5,6%	2,4%
Outros	1,8%	1,9%
Total	100,0%	100,0%

Tabela 16: Você acha que as notícias de violência:

Quesito	Médio Superior	Operário
Mostram o que de fato acontece	43,9%	47,3%
Não expõem o que de fato acontece	30,8%	32,0%
Exageram na divulgação dos atos de violência	24,8%	20,0%
Não sabe/ Não responde	0,4%	0,7%
Total	100,0%	100,0%

Confirmamos a influência dos meios de comunicação em massa na proliferação dos discursos da violência no cotidiano dos entrevistados. Ao serem interrogados, na Tabela 15, sobre o *principal meio de comunicação usado para obter notícias de violência*, 81,2% do tipo Médio Superior e 88,3% do tipo Operário, disseram tomar conhecimento através da *televisão*. E quando questionados, na Tabela 16, a respeito da *veracidade das notícias* 43,9% do tipo Médio Superior

e 47,3% do tipo Operário, responderam que *a mídia mostra o que de fato acontece*. Entendemos assim que muitos dos entrevistados acreditam no que ouvem e assistem sobre a violência e com a disseminação frequente de assuntos de violência na mídia, o sentimento de insegurança só tende a aumentar.

- **Notícia de Violência**

Homicídio em Goiás cresceu seis vezes mais do que no resto do País²⁵.

“[...] Enquanto no Estado houve aumento de 63% na taxa, chegando a 24,4 homicídios para cada 100 mil habitantes, no Brasil a taxa recuou 0,7% e passou de 25,4 para 25,2 homicídios para cada grupo de 100 mil habitantes. O fenômeno também foi observado em Goiânia, que viu a taxa de homicídios por 100 mil habitantes saltar de 22,1 para 34,6 (56,6% mais), enquanto a taxa das capitais brasileiras recuou de 45,7 para 36,6 homicídios por 100 mil habitantes. [...] A elevação fez Goiânia saltar de vigésima quinta para a décima sexta posição no ranking das capitais mais violentas do Brasil. [...]

Os números de Goiás chamam a atenção de especialistas. “É uma taxa muito elevada tanta para parâmetros nacionais quanto internacionais. Taxas acima de 15 mortes por 100 mil são verificadas em situações de guerra e de conflito bélico”, disse ao Popular o sociólogo Julio Jacobo Waiselfisz. [...]”.

²⁵ Notícia extraída do endereço eletrônico: <http://www.ocorreio.goiano.com.br> Em: 30/07/2010.

3.6. As representações sociais e a construção dos excluídos

A mensuração do medo só pode ser feita a partir de estudo das representações sociais feitas pelos indivíduos, e, a partir da análise comparativa entre o que o indivíduo diz ter medo e os dados quantitativos disponíveis acerca dos mesmos fatos. Para medir a insegurança é preciso, assim, conhecer os sinais cotidianos do medo.

Caldeira (2000) revela que as experiências de violência tendem a ser específicas em cada classe. Embora todos os grupos sociais sejam vítimas da violência, elas são vítimas de diferentes tipos de delitos, sendo as classes trabalhadoras as mais vitimizadas pelos crimes violentos. É óbvio que essas diferentes experiências marcam a percepção que cada classe tem do crime. (p. 57).

Ainda sobre o problema agravante do crime e suas consequências para as estruturas sociais mais baixas, temos Misse (1995):

[...] esse “certo tipo de criminalidade” que têm sido selecionado pela percepção social e pela mídia para representar o principal componente da “violência urbana” que “precisa ser combatida”. Eu a chamaria aqui, provisoriamente e sem qualquer ambição analítica, de “criminalidade pobre”, englobando tipos muito diferentes, mas que formam um conjunto distinto daquele do “crime de colarinho branco” e dos crimes de corrupção, compreendendo desde o tipo “pé de chinelo” (que João Antonio prefere chamar de “merduncho”) até os tipos recrutados pelo “crime organizado”, inclusive policiais. São exatamente os mesmos tipos (estereótipos vivos) que frequentam as penitenciárias, e que o Censo Penitenciário do Brasil, recentemente concluído, descreve e confere: 97% homens, 95% pobres [...] 76% analfabetos ou semi-alfabetizados, 65% negros ou mulatos (JB, 8/8/93, p.14). Se por um lado esses dados (e sua realidade) foram produzidos por mecanismos institucionais de perseguição socialmente contaminados por uma associação pobreza-crime estereotipada, perversa, desigual e hipócrita, por outro eles apontam também para uma realidade criminal específica, não necessariamente violenta e organizada, cuja percepção social produz demandas de políticas de segurança distintas daquelas que se aplicariam aos “crimes dos ricos” (tome-se este último rótulo apenas por sua designação comparativa provisória).

Tabela 17: Na sua opinião o que define um lugar como perigoso?

Características do lugar	Médio Superior	Operário
Condições do local (infraestrutura)	26,5%	17,5%
Presença de tráfico, usuários de drogas	17,7%	26,8%
Presença de elementos suspeitos, perigosos, estranhos	15,8%	16,5%
Falta de policiamento	8,3%	7,3%
Onde há ocorrências de crimes e atos violentos	11,2%	15,6%
Locais de lazer	4,4%	6,6%
Pobreza	4,3%	0,7
Outros	8,3%	5,8%
Não sabe/não responde	3,6%	3,2%
Total	100,0%	100,0%

Infere-se da Tabela 17 que para o tipo Médio Superior, a principal condição local para definir um lugar como perigoso, é a *ausência de recursos*, onde se enquadra a *pobreza*, (26,5% + 4,3%) com 30,8% das respostas. Já para o tipo Operário a característica essencial de um lugar perigoso é a *presença do tráfico* e de *usuários de drogas*, com 26,8%. Tal distinção se dá através da construção de estereótipos no imaginário social. O tipo Médio Superior adere à correlação crime-pobreza, onde a falta de recursos seria produtora de revoltas suficientes para suscitar adesão ao crime, e às atitudes delinquentes – principalmente nos jovens. E o tipo Operário embasa sua percepção nos próprios bairros em que vivem, onde o tráfico toma conta da periferia da cidade e faz inúmeras vítimas. E essas percepções foram captadas também nas falas durante a realização das entrevistas.

“É um lugar com aglomeração, bebida né e... e drogas. Drogas, não só bebidas, drogas lícitas e ilícitas né?! Lugares fechados com muita gente como boates, eu não vou em boates e meus filhos muito menos. A pecuária também... são lugares em que há grande concentração de bebidas e você não sabe o que pode acontecer”.

[..]

“- Atualmente o que ta em pico é o Parque Amazonas, inclusive essa manhã né morreu dois, assim de carrada. Novo Mundo... todo dia tem. O Parque Amazonas essa semana e a semana passada ele ta se destacando, tem até que ver porque a polícia, ela ta tão... omissa. Fora os bairros periféricos que nossa senhora...” (Comerciante, 50 anos, Moradora do Bairro Feliz).

“- Um lugar perigoso?! Ai acho que hoje em dia qualquer lugar é perigoso... mas na minha opinião, o fator principal que deixa um lugar perigoso é a droga. [...]

Assim, pra mim não tem mais perigoso do que Aparecida de Goiânia. Porque todo jornal que a gente vê tem sempre lá Aparecida em foco né?!” (Vendedora, 25 anos, Moradora do Balneário Meia-Ponte).

“- Onde tem muita circulação de drogas, acho que piora mais o local... bairros bem mais humildes, assim sem estrutura... onde tem pessoas que não tiveram tanto acesso à educação, são lugares mais propícios a ter mais violência”.[...] (Suporte Técnico, 22 anos, Moradora da Vila Nova).

“- Um lugar com casas de pouca estrutura, que falta as condições básicas... que falta iluminação, saneamento básico... mas acho que principalmente, que falta segurança, que falta a polícia”.

[...]

“- O novo mundo é um setor bastante perigoso... é um lugar que eu tenho medo de ir, acho lá bem perigoso mesmo. O Finsocial, também, é aqui perto de casa, lá também é barra pesada. Esses dois setores são bem perigosos... a gente vê direto na TV notícias de violência nesses bairros... todo dia tem”. (Estudante, 23 anos, Morador do Balneário Meia-Ponte)

Foram expostos nos discursos acima, sentimentos de insegurança em relação a certos lugares. Uma das causas, apresentadas pelos entrevistados, para a violência se instaurar em determinado local é a pobreza, a falta de recursos produziria revolta e como consequência, o engajamento de pessoas no mundo do crime. Outro motivo apresentado foi a instalação do tráfico de drogas, onde o abandono social e a falta de perspectivas, principalmente em relação ao mercado de trabalho, faz com que as pessoas busquem esse mundo das drogas, seja como usuário, seja como integrante do narcotráfico. E o mundo do tráfico gera violências pelas disputas

de territórios, pelos acertos de contas, ou seja, pelas desavenças na comercialização do produto, ou mesmo pela condição psicológica do indivíduo que faz uso dessas substâncias. Essa violência ligada ao tráfico gera maiores preocupações por atingir um grande número de pessoas que não estavam envolvidas com o conflito, que acabam vítimas de balas perdidas, de assaltos praticados por usuários, etc.

Fernandes e Carvalho (2000) ressaltam que desde os anos 80 o mercado se organiza em torno das drogas duras e se desloca para as zonas periféricas das cidades. Dessa forma, muitas explicações do fenômeno da violência deslocam-se para a relação droga-delinquência.

Os entrevistados demonstraram ainda, insegurança ligada a lugares específicos, como bares, boates, etc.”*Lugares fechados com muita gente como boates, [...] A pecuária também*”. Esses medos fazem com que as pessoas adotem estratégias de prevenção à violência e parem de frequentar determinados lugares e de transitar por certos espaços “*Atualmente o que ta em pico é o Parque Amazonas [...] Novo Mundo...*”. “*pra mim não tem mais perigoso do que Aparecida de Goiânia.*”. “*O novo mundo é um setor bastante perigoso... é um lugar que eu tenho medo de ir... O Finsocial, também [...]*”. As pessoas deixam de frequentar esses lugares como forma de se precaver do encontro com aquele outro considerado perigoso, pois acreditam que nesses espaços, estão mais vulneráveis à violência.

Insegurança e medo marcam a percepção social sobre os moradores da periferia, levando à criminalização dos mesmos, a uma crescente segmentação sócio-espacial da cidade e à redefinição das políticas públicas e dos projetos sociais destinados a essas populações e a esses territórios. (Leite, 2008).

De acordo com Castel (2005), alguns grupos se encontram em situação de mobilidade social descendente. Eles se encontram situados em espaços vistos como violentos, onde o sentimento de insegurança se desenvolve. Esses grupos são necessários para justificar a dimensão coletiva do medo da criminalidade.

• *Os Excluídos*

Os excluídos são aqueles considerados inferiores, cidadãos de segunda ordem e que, portanto, não precisam ter assegurados os seus direitos. Castel (2005) relata que os excluídos são definidos numa base unicamente negativa, todos sob o mesmo paradigma da exclusão, dessa forma, colocados fora do social. (p. 49).

São reconhecidos enquanto “estranhos”, “desconhecidos”, “os outros”. O emprego de rótulos e estigmas, recheados de preconceitos, tende a destruir a autoestima dos grupos discriminados, reduzindo sua capacidade de resistência, de enfrentamento e de retaliação. Internalizando o preconceito, os discriminados se aceitam como desviantes por natureza ou como marcados por um destino trágico e irremediável. (Franco, et. al., 2004, p. 26). Ficou claro, na fala dos entrevistados, o medo relativo às pessoas desconhecidas e aos estereótipos sociais construídos para os indivíduos marginalizados, quando questionados “Quando uma pessoa estranha para na porta da sua casa pedindo ajuda (alimentos, roupas, dinheiro, etc.) você atende e costuma fornecer ajuda?” e “Há algum tipo de pessoa que lhe cause medo quando cruza com ela na rua”?

“– Olha, na maioria das vezes não! Assim porque lá na rua da minha casa geralmente é pessoas que eu sei que não é de boa índole, pessoas que eu sei que fuma droga e por isso que eu não ajudo. Eu sei que é pra droga e às vezes pede e [...] queria a ajuda em dinheiro.”. (Vendedora, 25 anos, Moradora do Balneário Meia-Ponte).

“– Tem mendigo que pede sempre... eles pedem dinheiro pra comer. Mas eu não costumo fornecer ajuda porque eu acho que não é bom, pela ajuda que eles pedem ser em dinheiro, se eu puder dar um alimento, aí eu prefiro. Porque eu nunca acredito que o dinheiro que eu der ele vai gastar com alimento... eles pedem pra bebida, pra drogas. E também porque acho que eles têm que trabalhar, eles já se acomodaram e eu não gosto disso”.

[...]

“–Mais são mendigos, assim, marginais, mais essas pessoas da rua mesmo, que eu fico com mais medo. Normalmente eu passo pelas pessoas e nem percebo, agora quando é morador de rua eu já fico meio assim”. (Suporte Técnico, 22 anos, Moradora da Vila Nova).

“–Na rua da minha casa, tipo, nem uma quadra da minha casa, tem um lote de catador de lixo e... sempre eles estão lá né?! Às vezes eles dormes lá e... ficam por lá né, passando na porta e tal. Assim, falar que eu não sinto medo é mentira, porque eu fico com medo sim! Mas nunca aconteceu nada, eles nunca me abordaram, nunca teve nada não, nem um crime, eu não tenho nenhum motivo pra falar. Mas às vezes eu ficava meio assim. [...] mas eles nunca fizeram nada, estão lá, pegam as coisas deles”.(Estudante, 24 anos, Moradora do Jardim América).

“–Menino de rua, eu morro de medo deles... nossa se eu ver um eu passo pro outro lado da rua, entro numa loja, morro de medo. Porque eles já são mal-encarados, normalmente estão tudo drogado, então boa coisa não pode esperar deles não. Eles andam tudo sujo, descalço, geralmente drogado, a gente olha já dá aquele medo”. (Estudante, 20 anos, Moradora do Setor Leste Universitário).

“–Eu não gosto daquelas pessoas que ficam encarando... aquelas que encaram a gente, boa coisa não é. Ainda mais se tiver vestido com roupas sujas, morador de rua, principalmente meninos de rua porque eles não têm medo de fazer nada. Uma vez eu tava em São Paulo, saindo de uma galeria com uns amigos, aí veio um menino de rua e mostrou a mão e disse ‘ta vendo isso aqui? É que eu sou rápido com as mãos’. Então eu fico meio inseguro com essas pessoas”. (Estudante, 23 anos, Morador do Balneário Meia-Ponte).

“–Sinto muito medo de moradores de rua mesmo. Eles aparecem sem a gente ver e sempre abordando, pedindo dinheiro... nossa tenho muito medo. No trânsito aqueles meninos de rua chegam na janela pra pedir dinheiro, eu sempre gosto de andar com os vidros fechados por causa disso. Você olha pra eles, parece que eles não têm o menor medo, parece que vão te atacar a qualquer momento. Fico muito insegura com isso”. [...] (Funcionária Pública, 42 anos, Jardim América).

As narrativas acima expõem o sentimento de insegurança em relação, principalmente, àquelas pessoas excluídas e marginalizadas “[...] medo de moradores de rua mesmo”, “[...] tiver vestido com roupas sujas, morador de rua, principalmente meninos de rua”. Esse temor está ligado principalmente à questão da diferença, ao preconceito construído acerca dos que foram abandonados pelos poderes públicos. O medo vem da impossibilidade de controlar a ação do outro que foi qualificado como perigoso. Então as pessoas agem como se esse “estranho

perigoso” não existisse, tentam evitar a todo custo o encontro com o “desconhecido” “... *nossa se eu ver um eu passo pro outro lado da rua, entro numa loja*”, “*eu sempre gosto de andar com os vidros fechados*”.

Fausto (2001) descreve esses excluídos sociais, como sendo a “massa da delinquência” que se separa da “gente honesta” por classificações e sinais. Dentro desses sinais estão os estereótipos criados pela “gente honesta” e ainda os estigmas que parecem intrínsecos a esse grupo marginalizado, dos quais não conseguem se livrar. “Entre estes, a cor, o traje, o uso de expressões, o jeito de andar ou o modo de ser difícil de definir – “o ar de quem vive na malandragem”, como diz um investigador de polícia”. (p.146).

- ***Democracia e o (des) respeito aos Direitos.***

O universo da violência e do crime, incluindo a falência do sistema judiciário, o desrespeito aos direitos individuais, os abusos por parte das instituições da ordem, preconceitos e intolerância contrapõem-se às tendências democráticas e ajudam a sustentar uma das sociedades mais desiguais do mundo. O crime não só expressa e articula outros processos negativos de mudança, mas também representa os limites e desafios de democratização brasileira. O universo do crime indica o caráter disjuntivo da democracia brasileira de duas maneiras: em primeiro lugar, porque o crescimento da violência em si deteriora os direitos dos cidadãos. E em segundo, porque ele oferece um campo no qual as reações à violência tornam-se não apenas violentas e desrespeitadoras dos direitos, mas ajudam a deteriorar o espaço público, a segregar grupos sociais e a desestabilizar o estado de direito. (Caldeira, 2000, p.56).

O crescente aumento do sentimento de insegurança e do medo faz com que as pessoas se revoltam contra o crime e seus autores, passando a exigir maior rigor no tratamento dos desviantes. Estudos e reportagens constatam que não raro quando se questiona sobre as causas da violência urbana, nas representações construídas pela população, a tendência é conceber o inimigo na figura genérica do “pobre bandido”, o “outro”, que ameaçaria uma irreversibilidade na crise urbana.

Tabelas 18: Sobre o sistema de punição

Tipo Médio Superior				
Punição	Concordo	Discordo	Não sabe/não responde	Total
Penas mais rigorosas podem reduzir o crime no Brasil.	74,0%	25,8%	0,2%	100,0%
A pena de morte seria uma medida eficaz na redução do crime no Brasil.	41,6%	57,9%	0,5%	100,0%
A redução da maioria penal é uma medida fundamental para reduzir a violência no Brasil.	75,4%	24,6%	-	100,0%

Tipo Operário

Punição	Concordo	Discordo	Não sabe/não responde	Total
Penas mais rigorosas podem reduzir o crime no Brasil.	77,1%	22,2%	0,7%	100,0%
A pena de morte seria uma medida eficaz na redução do crime no Brasil.	48,0%	51,2%	0,7%	100,0%
A redução da maioria penal é uma medida fundamental para reduzir a violência no Brasil.	83,2%	16,6%	0,2%	100,0%

Pode ser verificado nas Tabelas 18 que os entrevistados de uma forma geral – das duas categorias – apoiam um sistema mais rígido de punição para os infratores. Esse sistema penal mais rigoroso vai contra os princípios do Estado de Direito. Os indivíduos que cometem crimes e são presos são considerados cidadãos de segunda ordem e que podem ser tratados com descaso no cumprimento de seus direitos – a estigmatização dos delinquentes. Como foi sustentado por Zukin:

“Endurecer” contra o crime construindo mais prisões e impondo a pena de morte são as respostas mais corriqueiras à política do medo. [...] Outra resposta é a privatização e militarização do espaço público – fazendo das ruas, parques e mesmo lojas lugares mais seguros, menos livres [...]. (Zukin²⁶, apud: Bauman, 2001, p. 110).

A ação truculenta da polícia contra moradores de bairros periféricos desfruta de significativo apoio da sociedade em geral e vem muitas vezes como resposta a esses anseios populares. Neste sentido, Santos (2001) diz que a polícia aparece como vítima da sociedade que deseja a morte de tantos indivíduos que aterrorizaram o país. E esses desejos são manifestados em momentos de forte comoção social, onde as hierarquias e desigualdades socialmente construídas servem para justificar a suposta superioridade em relação ao “outro”. Aqui o “outro” é o estigmatizado socialmente – desigual e inferior, temido e odiado –, são estereótipos negativos que permitem sua execução sem constrangimentos morais. Isto significa que a

²⁶ Sharon Zukin, *The Culture of Cities*. Oxford: Blackwell, 1995, p. 38 e 39.

sociedade tem sua parcela de responsabilidade na produção e/ou reprodução da violência. Como fica explícito nos discursos abaixo.

“–Acho que devia ter uma punição maior né?! Eu sou a favor da pena de morte. Assim, eu sou a favor da pena de morte para aqueles crimes que realmente são chocantes, que vê que é um criminoso mesmo, então é pena de morte”.

[...]

“–Com certeza! Eu acho que esses meninos de 15 de menos, até de 10 anos, que mata, que rouba... se tivesse uma punição pra eles eu acho que diminuiria bastante”.
(Vendedora, 25 anos, Moradora do Balneário Meia-Ponte).

“–Por um lado eu concordo e por outro não, mas eu sou mais aceitável do que... eu acho que conteria mais alguns crimes. O difícil é aceitar uma pessoa matar a outra, eu não acho tão correto assim, mas por conta dessa necessidade, eu acho que ia conter muito a violência, conter muitos crimes por conta dessa atitude. Porque têm muito autores de crimes bem violentos que cumprem a pena e sai... nem prisão perpétua eu acho que adiantaria, não tem, mas eu acho que não adiantaria... a pena de morte iria conter mais os crimes”.

[...]

“–[...] não é porque é de menor que tem que ter outro tratamento diferenciado, sendo que ele tem o mesmo poder de decisão que outras pessoas maior de idade. Então, em alguns casos eu acho que tinha que ser mais rigoroso. Então deveria ser revisto esses 18 anos ai deveria ser revisto”. *(Suporte Técnico, 22 anos, Moradora da Vila Nova).*

“–Acho naqueles casos de crimes graves, como aqueles com requintes de crueldade. Porque têm casos que a gente vê que o cara não vai recuperar, que vai continuar praticando crimes, nesses casos eu acho que deve ter a pena de morte”.

[...]

“–Demais, já deveria estar em prática. Hoje em dia a maioria dos crimes têm a participação de menores e na maioria eles são os principais autores... então acho que isso deve ser levado em conta”. *(Estudante, 23 anos, Morador do Balneário Meia-Ponte).*

“–Tá passando da hora de ter pena de morte no Brasil, os bandidos já tão tomando conta. A pena de morte vai diminuir bastante a violência porque hora que matar um bom tanto, o povo aqui fora vai pensar duas vezes antes de cometer um crime. E se não tomar uma atitude dessa de criar a pena de morte, a gente não vai aguentar a violência, vai só aumentar. Se os bandidos ficam soltos ai matando gente inocente, pai de família,

abusando de moças de família... porque que não pode ter pena de morte?! Eu sou à favor”!

[...]

“Aceito totalmente a prisão de menor. Eles estão terríveis, abusados... você pode ver quando anda na rua, quando vê um grupo de menor, eles aprontam, fazem de tudo. E quando a gente vê na televisão, o tanto que os crimes com menores aumentou... eles estão envolvidos em tudo, sequestro, assassinato, estupro. Como aquele menor que tava envolvido lá com o goleiro Bruno né?! Super frio, cruel... acho que tem que mudar essa lei sim”. (Feirante, 37 anos, Morador do Setor Santo Hilário).

Esses anseios por punições cada vez mais severas, que foram relatados nos discursos acima, estão embasados no sentimento de insegurança e os indivíduos tentam materializá-lo (na figura do presidiário, do delinquente) para assim conseguir combatê-lo. Fica expresso nas falas acima, o medo, principalmente, de quem cometeu um delito grave, é impossível prever se ele poderá voltar a praticá-lo, melhor eliminar de vez essa possibilidade com a pena de morte “[...] eu sou a favor da pena de morte para aqueles crimes que realmente são chocantes”, “[...] Porque têm casos que a gente vê que o cara não vai recuperar, que vai continuar praticando crimes, nesses casos eu acho que deve ter a pena de morte”.

Castel (2005) enfatiza que a repressão dos delitos, a punição dos culpados, a busca de uma “tolerância zero”, que são certamente curtos-circuitos simplificadores em relação à complexidade do conjunto de problemas levantados pela insegurança. Essas estratégias, (principalmente se bem encenadas e perseguidas com determinação) têm pelo menos o mérito de mostrar que se faz alguma coisa, sem ter que levar em conta questões delicadas, como por exemplo, o desemprego, as desigualdades sociais, o racismo, que também estão à origem do sentimento de insegurança”. (p.57).

O que as pessoas buscam é uma forma de serem ressarcidas por todo o prejuízo físico e psíquico causado pela violência. O sentimento de insegurança atinge um grau tão elevado na sociedade atual que os indivíduos buscam formas de se resguardarem, mesmo que isso custe à eliminação do outro que quebrou as “regras”. Esse “outro” que não cumpriu as normas, não é considerado um cidadão, uma pessoa honesta e digna de piedade. O medo de ser uma vítima do crime corrompe os laços de solidariedade e até mesmo os de compaixão pelo próximo.

Considerações Finais

Considerações Finais

A sociedade atual é tida como uma sociedade de incertezas, sobretudo no que concerne às fragilidades frente à expansão da violência urbana. Isso é constatado de forma mais acentuada nos grandes centros urbanos, como é o caso de Goiânia, onde o fluxo intenso de pessoas vindas de outros lugares, agravam os processos de desemprego, habitação, etc. culminando na periferação cada vez mais intensa da cidade. O medo então se torna um elemento regulador das relações sociais, fundamentando normas de conduta, impondo limites sociais e classificando os diferentes.

Neste trabalho ficou evidenciado que, de uma maneira geral, o medo da violência estrutura as vivências dos moradores das duas classes sociais pesquisadas em Goiânia. Dessa maneira, os indivíduos passam a agir segundo as regras de prevenção contra o crime, o que é traduzido em atitudes, falas, movimentos, criando um “roteiro” do que é permitido e visto como seguro. E o que é avaliado como perigoso, como andar à noite em qualquer lugar que seja, já que o período noturno é considerado o mais inseguro, em que as chances de se tornar uma vítima aumentam. E ainda, evitar lugares desconhecidos, longe do bairro em que residem, fugindo assim dos riscos do encontro com o estranho – tido como perigoso.

A importância do lugar visto como perigoso apresenta uma particularidade. Se por um lado, os moradores do tipo Médio Superior consideram o perigo do lugar principalmente ligado à questão da classe social, em que as periferias ganham destaque, fazem isso visando uma diferenciação, como forma de ressaltar a hierarquia existente. Por outro lado, os moradores do tipo Operário representam o perigo ligado aos problemas relativos às drogas, mas existe um anseio nesse caso também pela diferenciação, onde o lugar da violência é afastado do seu bairro sendo banido para o lugar do “outro”, esses moradores também buscam se afastar do estigma de perigo, rotulando outros lugares como violentos.

A violência urbana ganha contorno na comunicação, nos discursos que são relatados cotidianamente, como forma de organizar a vida e aceitar a realidade urbana, mas também como tentativa de proteção contra os perigos. Porém essa comunicação também faz a violência ganhar

um aspecto mais assustador, que ultrapassa os limites do aceitável na sociedade. Isso é propiciado principalmente pela exposição de crimes violentos na mídia. Sendo assim, o medo da violência nem sempre tem um objeto concreto, muitas vezes é articulado às notícias e conversas sobre crimes.

A violência também é entendida como uma rejeição do outro, representado pelo morador de periferia, pelo pobre, pelo morador de rua, a partir da constatação que esses indivíduos são considerados diferentes. O medo do diferente – aquele que não se encaixa nos padrões de “normalidade”, principalmente a econômica – tem como uma das consequências, o aumento da própria violência contra essas pessoas. Violência que muitas vezes é praticada por agentes responsáveis pela manutenção da ordem pública – como a polícia – que tratam esses indivíduos com descaso, desrespeito e abuso de força.

A atuação da polícia é motivo de controvérsia, pois da mesma forma que se acredita que o policiamento melhor inibe o crime, se acredita também que os policiais disseminam a violência. Têm-se clamores por maiores punições, por uma polícia que adote o sistema “tolerância zero”, mas a polícia é vista também com um altíssimo potencial gerador de violência, tornando-se um fator de medo e apreensão por parte da população – especialmente a mais carente.

A presença constante da violência na sociedade e o clamor social para controlá-la a qualquer custo são responsáveis pelo desrespeito praticado contra moradores da periferia e contra os delinquentes. As pessoas que não seguem ritualmente as normas do todo social, precisam ser reprimidas, controladas e imobilizadas, razão pela qual aparecem de forma tão imperativa as exigências por punições mais severas, como a redução da maioria penal e a pena de morte.

Todas essas questões ligadas a exigências por mais punições são embasadas no sentimento de insegurança que também afeta diretamente o grau de confiabilidade das autoridades governamentais. As pessoas não se sentem seguras apenas confiando no poder público para gerir a segurança. Isso é refletido no aumento de serviços privados de segurança contratados por indivíduos comuns. As empresas de segurança dispõem de diversos aparatos – cerca elétrica, câmeras de vigilância, interfone, etc. – para oferecer aos diferentes cidadãos, de acordo com o investimento financeiro. E cada vez mais pessoas aderem a esse tipo de prevenção, pois não acreditam que o Estado consiga combater de forma eficaz a violência, seja por questões financeiras, ou por número de efetivo, ou por questões morais ligadas à corrupção, o fato é que o Estado já não é visto como capaz de manter a ordem social.

Diante do que foi exposto, dada a proliferação da insegurança no cotidiano das relações sociais, torna-se claro a dificuldade de sociabilidade. As pessoas ao assistirem as notícias de violência, sentem-se tranquilizadas por não terem sido elas as vítimas, sem se preocupar com quem foi vitimado ou com as consequências impostas ao agressor. As ações estão cada vez mais voltadas para a individualização, não se preocupando com o outro ou com o bem-estar da coletividade. Busca-se a segurança particular em que se fecham para o mundo exterior. A falta de convivência social gera distanciamentos e produz revoltas, desprezos e a criação de estigmas. Propaga-se assim o medo e a reprodução da violência que acaba gerando mais isolamento social.

Referências Bibliográficas

Referências Bibliográficas

- AZEVEDO, Ana Luísa Vieira; PINTO, Andréia Soares; DIRK, Renato Coelho. In: *Avaliando o Sentimento de Insegurança nos bairros da cidade do Rio de Janeiro*. Relatório de Pesquisa apresentado na XXVIII Encontro Anual da ANPOCS, 2004.
- BAUMAN, Zygmunt. *Medo Líquido*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2008.
- _____. *Identidade: Entrevista a Benedetto Vecchi*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.
- _____. *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.
- _____. *Modernidade Líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- _____. *Modernidade e Ambivalência*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.
- BAZON, Marina Rezende. Violências contra crianças e adolescentes. *Caderno de Saúde Pública*. v. 24, n. 1, p. 323-332, 2008.
- BERNARDES, Genilda Darc. *Goiânia, Cidade Planejada/Cidade Vivida: Discurso e Cultura da Modernidade*. Tese de Doutorado em Sociologia. Brasília/DF: Departamento de Sociologia UNB, Dezembro: 1998.
- BONAMIGO, Irme Salete. Violências e contemporaneidade. *Katálisis*. v. 11, n. 2, p. 204-213, 2008.
- BOURDIEU, Pierre. Espaço social e Espaço simbólico. In: *Razões Práticas: sobre a teoria da ação*. São Paulo: Papius, 1996.
- _____. Esboço de uma teoria da prática. In: ORTIZ, R. (Org.). *Pierre Bourdieu – Sociologia*. Col. Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Ática, 1994, p.46-81.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. *Cidade de muros: Crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: EDUSP, 2000.

CASTEL, Robert. *A insegurança social; o que é ser protegido?* Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2005.

CHAVES, Elza Guedes. *De Invasor a Posseiro: Estado- Igreja e a Luta pela Terra Urbana*. Dissertação de mestrado em Sociologia. João Pessoa/PB: Dep. de C. Sociais UFPB, 1985.

CORNELLI, Roberto. Ética e Criminologia. O caso “Medo da Criminalidade”. *Revista de Ciências Sociais e Humanas*. v. 14, set./dez. 2003.

CRUZ NETO, Otávio; MOREIRA, Marcelo Rasga. A concretização de políticas públicas em direção à prevenção da violência estrutural. *Ciência e Saúde Coletiva*. v. 4, n. 1, p. 33-52, 1999.

DUVEEN, Gerard. Introdução: O poder das idéias. In: MOSCOVICI, Serge. *Representações Sociais: investigações em psicologia social*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

ELIAS, Norbert. Introdução: Ensaio sobre as relações estabelecidos-outsiders. In: *Os Estabelecidos e os Outsiders*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

_____. *O processo civilizador: Formação do Estado e civilização*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993, 2v.

FARIA, Moema Gomes de. *Representações sociais da violência na juventude goianiense*. Dissertação de Mestrado em Sociologia. Dep. De Ciências Sociais, UFG, Goiânia, 2007.

FAUSTO, Boris. *Crime e Cotidiano: a criminalidade em São Paulo (1880-1924)*. São Paulo: EDUSP, 2001.

FEGHALI, Jandira. Introdução. In: FEGHALI, Jandira; MENDES, Candido; LEMGRUBER, Julita. *Reflexões sobre a violência urbana: (in) segurança e (des) esperanças*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2006, p.13-16.

FERNANDES, José L.; CARVALHO, Maria do C. Problemas no estudo etnográfico de objetos fluidos – os casos do sentimento de insegurança e da exclusão social. *Observatório Permanente de Segurança*. v.1, n.22, p. 20-32, 2000.

FERRAZ, Hermes. *A violência urbana*. São Paulo: João Scortecci Editora, 1994.

FRASER, Márcia T. Dantas; GONDIM, Sônia M. Guedes. Da fala do outro ao texto negociado: discussões sobre a entrevista na pesquisa qualitativa. *Paidéia*. v. 14, n. 28. P.139-152, 2004.

GALHEIGO, Sandra Maria. Apontamentos para se pensar ações de prevenção à violência pelo setor saúde. *Cadernos de Saúde Social*. v. 17, n.3, p. 181-189, 2008.

GOFFMAN, Erving. *Estigma. Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1988.

JESUS JÚNIOR, Ricardo Sousa. *Espaço urbano e criminalidade na região noroeste de Goiânia-Go: a visão dos sujeitos sociais*. Dis. de Mestrado em Geografia. Uberlândia-MG, 2005.

JODELET, Denise. Representações sociais: um domínio em expansão. In: *As Representações Sociais*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.

JOVCHELOVITCH, Sandra. *Representações sociais e esfera pública: a construção simbólica dos espaços públicos no Brasil*. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

_____. Vivendo a vida com os outros: intersubjetividade, espaço público e Representações Sociais. In: GUARESCHI, Pedrinho A. & JOVCHELOVITCH, Sandra (Orgs.). *Textos em Representações Sociais*. Petrópolis: Vozes, 1995.

LEITE, Márcia P. Violência, risco e sociabilidade nas margens da cidade: percepções e formas de ação de moradores de favelas cariocas. In: MACHADO DA SILVA, L. A. (Org.). *Vida sob cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

M. GAVIRIA, Margarita Rosa. Controle social expresso em representações sociais de violência, insegurança e medo. *Sociologias*. Porto Alegre, ano 10, n. 20, jul./dez. p. 72-107, 2008.

MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio. Sociabilidade Violenta: por uma interpretação da criminalidade contemporânea no Brasil urbano. In: RIBEIRO, Luiz César Queiroz. (Org.). *Metrópoles: entre a coesão e a fragmentação, a cooperação e o conflito*. São Paulo: Perseu Abramo, v. 1. 2004. p. 291-351.

MESSEDER PEREIRA, Carlos Alberto. O Brasil do sertão e a mídia televisiva. In: MESSEDER PEREIRA, C. A.; RONDELLI, Elizabeth; SCHOLLHAMMER, Karl E.; HERSCHMANN, Micael. (Orgs.). *Linguagens da Violência*. Rio de Janeiro:Rocco, 2000. p.113-143.

MICHAUD, Yves. *A Violência*. São Paulo: Ática, 1989. p.116 .

MISSE, Michel. Sobre a construção social do crime no Brasil. Esboços de uma interpretação. In: *Acusados e Acusadores: estudos sobre ofensas, acusações e incriminações*. Rio de Janeiro: Revan, 2008.

_____. *Violência: o que foi que aconteceu?* Jornal do SINTURF, ano XVII, n. 59, 2002.

_____. Crime e Pobreza: velhos enfoques, novos problemas. In: VILLAS BÔAS, Glaucia & GONÇALVES, Marco Antonio. (Orgs.). *O Brasil na virada do século*. Rio de Janeiro: Relumê-Dumará, 1995. p. 79-89.

MINAYO, Maria Cecília de S. *Violência e saúde*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2006.

MINAYO, Maria Cecília de S.; SANCHES, Odécio. Quantitativo-Qualitativo: Oposição ou Complementaridade? *Caderno de Saúde Pública*. Rio de Janeiro, v.9, n.3, p. 239-262, 1993.

MOSCOVICI, Serge. O fenômeno das representações sociais. In: *Representações Sociais: investigações em psicologia social*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

_____. Das representações coletivas às representações sociais: elementos para uma história. In: JODELET, Denise (Org.). *As Representações Sociais*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.

_____. *A representação social da psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

MORAES, Sérgio. (1991). *O empreendedor imobiliário e o Estado: o processo de expansão de Goiânia em direção sul*. (1975-1985). Dissertação (mestrado em Planejamento Urbano). Brasília: Departamento de Arquitetura e Urbanismo da UnB.

MOYSÉS, Aristides. *Goiânia: Metrópole não Planejada*. Goiânia: Editora da UCG, 2004.

_____. A Produção de Territórios Segregados na Região Noroeste de Goiânia: uma leitura sócio-política. In: *Cidade, Segregação Urbana e Planejamento*. Goiânia, UCG, 2001.

NETO, Paulo Mesquita. Violência policial no Brasil: abordagens teóricas e práticas de controle. In: PANDOLFI, Dulce Chaves, et al. (Orgs.). *Cidadania, Justiça e Violência*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1999. p. 129-148.

PAIXÃO, Luiz Antonio; BEATO, Cláudio C. Crimes, Vítimas e Policiais. In: *Revista de Sociologia da USP*. vol. 9, n.1, maio de 1997.

PASTORE, Everaldo. *Renda Fundiária e Parcelamento do Solo: Goiânia (1933-1983)*. Dis. de mestrado em Planejamento Urbano. Brasília: Dep. de Arquitetura e Urbanismo da UNB, 1984.

PINHEIRO, Paulo Sérgio; ALMEIDA, Guilherme Assis. *Violência Urbana*. São Paulo: PubliFolha, 2003 (Folha Explica).

PORTO, Maria Stela Grossi. Condutas Policiais e Códigos de Deontologia: um estudo comparativo sobre as relações entre polícia e sociedade. In: SISTEMA ÚNICO DE SEGURANÇA PÚBLICA – SUSP. Um Paradigma *Democrático e Contemporâneo de Segurança Pública*. Brasília, UNB, 2006. CD-ROM.

_____. A violência urbana e suas representações sociais: o caso do Distrito Federal. *São Paulo em Perspectiva*. São Paulo, n.4, v.13, out./dez. 1999.

RIBEIRO, Luiz César de Queiroz; LIMA, José J. Ferreira; MOYSÉS, Aristides. *Como Andam Belém e Goiânia*. Brasília: Ministérios das Cidades, v.11, 2008.

RIBEIRO, Luiz César de Queiroz. *Segregação residencial: teorias, conceitos e técnicas*. In: Observatório de Políticas Urbanas e Gestão Municipal, IPPUR/UFRJ, FASE, 2005.

RIBEIRO, L.C.Q., LAGO, Luciana Côrrea do., AZEVEDO, S. (Orgs). O Espaço Social das Grandes Metrópoles Brasileiras: São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*. São Paulo, 3: 111-13, out, 2000.

SÁ, Teresa Vasconcelos e. Segurança e o seu Sentimento na Cidade. Comunicação apresentada ao IV Congresso Português de Sociologia. Coimbra, 2000.

http://www.aps.pt/cms/docs_prv/docs/DPR462dc462900dd_1.PDF, acessado: 05/12/2008

SANCHES TEIXEIRA, Maria C.; SILVEIRA PORTO, Maria do R. Violência, Insegurança e imaginário do medo. *Cadernos Cedes*. Ano XIX, n.47, dezembro, 1998.

SANTOS, Sales Augusto dos. O direito à vida. In: OLIVEIRA, Dijaci D.; SANTOS, Sales A.; SILVA, Vália G. B. e. (Orgs.). *Violência Policial, Tolerância Zero?* Goiânia: UFG, 2001.

SAPORI, Luís Flávio. *Segurança Pública no Brasil: desafios e perspectivas*. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

SODRÉ, Muniz. Violência, Mídia e Política. In: FEGHALI, Jandira; MENDES, Candido; LENGROBER (Orgs.). *Reflexões sobre a violência urbana: (In) segurança e (Des) esperanças*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2006.

SPINK, Mary Jane. Desvendando as teorias implícitas: uma metodologia de análise das Representações Sociais. In: GUARESCHI, Pedrinho A. & JOVCHELOVITCH, Sandra (Orgs.). *Textos em Representações Sociais*. Petrópolis: Vozes, 1995.

STOTZ, Eduardo Navarro. *Violência urbana: um risco à saúde de todos: uma reflexão pautada no desassossego*. São Paulo, Perspectiva. v. 18, n. 1, 2004.

VELHO, Gilberto. Violência, reciprocidade e desigualdade: uma perspectiva antropológica. In: ALVITO, Marcos & VELHO, G. (Orgs.). *Cidadania e Violência*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.

ZALUAR, Alba. *A máquina e a revolta: as organizações populares e o significado da pobreza*. São Paulo: Brasiliense, 1999.

WINDISCH, Uli. Representações sociais, Sociologia e Sociolinguística: o exemplo do raciocínio e da fala cotidianos. In: JODELET, Denise (Org.). *As Representações Sociais*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.

WOLFF, Francis. Devemos temer a morte? In: NOVAES, Adauto (org.) *Ensaio sobre o medo*. São Paulo: SENAC, 2007.

Anexos

Anexo 1: Relação de Ocupações das Categorias Sócio-Ocupacionais (CATs)

Ocupações agrícolas (categoria 10)

Algumas ocupações fazem parte da classificação agrícola, sem a necessidade de nenhum filtro. As ocupações indicam esse tipo de atividade.

COD V0346	HOME NO DICIONÁRIO
1	AGRICULTOR
2	CRIADOR-GADO-BOV
3	CRIADOR-PEQ-ANIMAIS
4	CRIADOR-OUT-ANIMAIS
5	PROPRIET-AGROPEC.
6	EMPRES-EXT-VEG-PESCA
301	PROD-AGROPEC-AUT.
303	OPER-MAQUINAS-AGR.
304	OUTROS-AGROPECUAR
305	TRAB.AQUICULTURA
321	CACADORES
322	PESCADORES
331	MADEIREIRO
332	LENHADOR
333	CARVOEIRO-FABRIC.
334	SERINGUEIRO
335	ERVATEIRO
336	APANHA-QUEB-DESC-VEGETAL

Compõe também essa classe os trabalhadores braçais, desde que estivessem, ao mesmo tempo, respondido que sua atividade (RAMO DE ATIVIDADE) era desenvolvida na agricultura.

Grandes empregadores (Categoria 21)

Vão compor essa classe os ocupados que indicaram posição na ocupação como empregador e, também, informaram que o número de empregados no estabelecimento era 10 ou mais.

Na programação original das categorias em para o Censo de 1991 essa classe era composta por uma outra lógica. Além do filtro da posição na ocupação, mediavam a composição desse grupo a

renda (20 ou mais salários mínimos) e um grupo de ocupações. Quer dizer, esse grupo selecionado de ocupações era mais um limitador das categorias de empregadores, grandes ou pequenos. Esse mesmo conjunto de ocupações fazia parte dos grandes empregadores quando a renda era superior a 20 salários mínimos e dos pequenos empregadores se a renda for até 20 salários.

Dirigentes do setor público (Categoria 22)

Essa classe é composta por uma ocupação específica.

COD V0346	HOME NO DICIONÁRIO
20	MIN-GOV-PREF-DEP

Além dessa ocupação, também fazem parte dessa categoria as ocupações:

COD V0346	HOME NO DICIONÁRIO
861	OFC/FORÇAS-ARMAD
862	PRAC/SOLD-F/ARMA
863	OFC-PRACA-BOMBEIROS

As três ocupações acima compõem a categoria 22 desde que os filtros de escolaridade e renda sejam observados, quer dizer, nível superior e renda igual ou superior a 20 salários mínimos.

Para completar a categoria dos dirigentes do setor público resta a ocupação abaixo, que é classificada na CAT 22 desde que a renda seja igual ou superior a 20 salários mínimos.

COD V0346	HOME NO DICIONÁRIO
21	DIRETOR-ASSESOR-PUBLICO

Dirigentes do setor privado (Categoria 23)

A classe dos dirigentes do setor privado é muito prejudicada com a estratégia de classificação das ocupações do Censo de 1991 com a lógica utilizada no Censo de 2000.

COD V0346	HOME NO DICIONÁRIO
7	EMPRES-EXT-MINERAL
8	EMPRES-INDÚSTRIA
9	EMPRES-CONSTR-CIVIL
10	COMERCIANTE
11	HOTELEIRO
12	EMPRES-TRANSPORTE
15	DONO-EMPRESARIO

Isto porque as ocupações que compõem essa categoria em 2000 não encontram correspondência direta com as ocupações de 1991.

Os dirigentes do setor privado ganham corpo com os ocupados na administração privada que receba mais de 20 salários mínimos e têm escolaridade superior.

COD V0346	HOME NO DICIONÁRIO
30	ADMIN-AGROPECUARIA
31	ADMIN-VEG-PESCA
32	ADMIN-EXT-MINERAL
33	ADMIN-INDUST-TRANSFORM.
34	ADMIN-CONTR-CIVIL
35	ADMIN-COMERCIO
36	ADMIN-HOTEL
37	ADMIN-TRANSPORTE
38	ADMIN-FIN-IMOB-SECUR.
39	OUTROS-ADMINISTR.

Pequenos empregadores (Categoria 31)

Os empregadores em estabelecimentos com mais de 10 empregados foram classificados como “Grandes empregadores”. A categoria 31, os “Pequenos empregadores” são todos os empregadores em estabelecimentos com menos de 10 empregados.

Ocupações artísticas e similares (Categoria 32)

A categoria 32 é formada por dois blocos de ocupações. Em um primeiro caso três ocupações compõem a classe combinadas com o filtro de posição na ocupação igual à conta-própria.

COD V0346	HOME NO DICIONÁRIO
561	BORDADEIRA-CERZ.
274	FOTOGRAFO
474	VIDREIR-AMPOLEIRO

O conjunto de ocupações que segue forma a classe sem a necessidade de nenhum outro tipo de filtro.

COD V0346	HOME NO DICIONÁRIO
251	SACERDOTE
252	RELIG.CONT/PROPRIA
261	ESCRIT-JORNALISTA
273	DECORAD-CENOGRAFO
275	MUSICO-COMPOSITOR
276	ARTISTA
277	ARTISTA-CIRCO
278	LOCUTOR-COMENT.
279	PROD-DIRET-ESP.
280	CINEGR-OPER-CAME
475	CHAPALEIRO-PALHA
477	SAPATEIRO
479	BOLSEIRO-CINTEIRO
562	CERAMISTA-LOUCEIRO
572	OURIVES-RELOJ.
573	LAPIDADOR
831	JOGADOR-FUTEBOL
832	LUTADOR-E-OUTROS-PROF.

Profissionais autônomos de nível superior (Categoria 41)

O conjunto de ocupações que segue tem como característica a necessidade de nível superior de escolaridade para exercício. Dessa forma a distinção que ocorre entre os profissionais de nível superior fica por conta da posição na ocupação.

COD V0346	HOME NO DICIONÁRIO
101	ENGENHEIRO
102	ARQUITETO
103	AGRIMENSOR
104	CARTOGRAFO
121	QUIMICO
122	FARMACEUTICO
123	FISICO
124	GEOLOGO-MINERAL.
125	OUTRAS-QUIM-FISICA
141	AGRONOMO
142	BIOLOGISTA
143	FARMACOLOGISTA
144	VETERINARIO
151	MEDICO
152	DENTISTA
153	ENFERMEIRO-DIPLO
154	OUTRAS-MEDICINA
171	MATEMATIC-ATUARIO
172	ESTATISTICO

COD V0346	HOME NO DICIONÁRIO
173	ANALISTA-SISTEMAS
181	ECONOMISTA
182	CONTADOR
201	SOCIOL-ANTROP-ARG.
202	PSICOLOGO
203	GEOGRAFO-DEMOGRAFO
204	ASSISTENTE-SOCIAL
205	OUTROS-CIENT-SOC.
221	ORIENT-ENSINO
231	MAGISTRADO
232	PROC-PROM-CUR-PUBL.
233	ADVOG-DEFENS-PUBL.
271	ESCULTOR-PINTOR
272	ARTESAO
291	BIBLIOTECARIO
292	ARQUIV-MUSEOLOGO
711	AVIADOR-CIVIL
864	DELEG-COMIS-POLICIA

Essa classe é formada pelas ocupações a seguir com filtro de posição na ocupação do tipo conta-própria.

Profissionais empregados de nível superior (Categoria 42)

A categoria 42 é formada pelo mesmo conjunto de ocupações da classe 41 diferindo, no entanto o filtro de posição na ocupação. Aqui se enquadram os parceiros-empregados e empregados no setor privado.

Profissionais estatutários de nível superior (Categoria 43)

Mesmo conjunto de ocupações da categoria 41, com o filtro de posição na ocupação igual a empregados do setor público e estatutários.

Nessa classe também encontramos outras ocupações que, para serem classificadas como profissionais estatutários de nível superior devem obedecer aos filtros de escolaridade e renda. Quer dizer, nível superior de escolaridade e renda maior que 20 salários mínimos.

COD V0346	HOME NO DICIONÁRIO
861	OFC.FORCAS-ARMAD
862	PRAC/SOLD-FARMA
863	OFC-PRACA-BOMBEIROS

Professores de nível superior (Categoria 44)

COD V0346	HOME NO DICIONÁRIO
211	PROFESSOR-PESQUIS.
212	PROF-ENSINO-SUPER.
213	PROF-SEGUNDO-GRAU
214	PROF-QUINTA/OITAVA

Como, em função da legislação vigente, os professores descritos acima precisam, necessariamente, de diploma universitário para o exercício da profissão não há filtros a serem feitos.

No entanto um outro conjunto de professores pode exercer a atividade docente sem a necessidade de curso superior. Nesse caso as ocupações listadas só compõem essa categoria com a observação do filtro da escolaridade. Os tipos de professores abaixo só fazem parte dos Professores de nível superior quando sua escolaridade for compatível com a classe.

COD V0346	HOME NO DICIONÁRIO
215	PROF-PRIM/QUARTA
216	PROF-PRIM.GR-S/ESPECIF.
217	PROF-PRE-ESCOLAR
218	PROF-FORM-PROFIS.
219	PROF-ENSINO-N/ESPECIF.

Ocupações de escritório (Categoria 51)

Nessa classe são integradas as ocupações listadas abaixo, sem qualquer tipo de filtro.

COD V0346	HOME NO DICIONÁRIO
52	ASSIST-ADMINISTRATIVO
53	CAIXAS-PAGADORES
54	ALMOXARIFE-ARMAZENISTA
55	EXPEDIDOR-CONFERENTE
56	DATILOGRAFOS
57	OPERADOR-TELEIMPRES.
58	OPERADOR-CPD
59	SECRETARIA
60	AUX-CONTABILIDADE
61	OPERADOR-COPIADORAS
62	ARQUIVISTA
63	RECEPCIONISTA
64	AUX-ADMINISTRATIVO
774	TELEFONISTA
845	CONTINUO

Ocupações de supervisão (Categoria 52)

Essa categoria é formada majoritariamente pelas ocupações listadas no quadro, sem nenhum tipo de filtro.

COD V0346	HOME NO DICIONÁRIO
40	CHEFE-SECAO-ADMINISTRAT.
401	MESTRE-TEC-EXT-MIN
402	MESTRE-CONT-TEC-IND.TRAN.
403	MESTRE-CONT-TEC-IND.TEXT.
404	MESTRE-CONSTR-CIVIL
811	DONO-HOTEL/C.PROPRIA

Compõem também a categoria dos supervisores os administradores que não tenham curso superior completo ou com renda inferior a 20 salários mínimos. O quadro de ocupações que se articulam com essas condições segue:

COD V0346	HOME NO DICIONÁRIO
30	ADMIN-AGROPECUARIA
31	ADMIN-VEG-PESCA
32	ADMIN-EXT-MINERAL
33	ADMIN-INDUST-TRANSFORM.
34	ADMIN-CONTR-CIVIL
35	ADMIN-COMERCIO
36	ADMIN-HOTEL
37	ADMIN-TRANSPORTE
38	ADMIN-FIN-IMOB-SECUR.
39	OUTROS-ADMINISTR.

Além das ocupações acima essa classe também é formada por mais uma ocupação. No entanto para esses diretores-assessores temos o filtro de renda (menor que 20 salários mínimos) para sua validação nessa categoria.

COD V0346	HOME NO DICIONÁRIO
21	DIRETOR-ASSESOR-PUBLICO

Ocupações técnicas (Categoria 53)

Algumas ocupações compõem essa categoria sem nenhum tipo de filtro.

COD V0346	HOME NO DICIONÁRIO	COD V0346	HOME NO DICIONÁRIO
51	INSPETOR-TRABALHO	504	MONTA-RADIO-TV
111	DESENHISTA	571	INSPETOR-QUALID
112	TEC-EDIFICACOES	588	SUPER-SEGUR-TRAB.
113	OUT-AUXIL-ENGEN-ARQ.	631	PRACISTA-VIAJ-COMERC.
131	TECNICO-QUIMICO	632	REPRESN-COMERCIAL
133	TEC-METEOROLOGIA	633	PROPAGANDISTA
183	TEC-ADMINISTRATIVO	641	CORRETOR-SEGUROS
191	TEC-CONTABILIDADE	642	CORRETOR-IMOVEIS
192	TEC-ESTATISTICA	643	CORRETOR-TIT-VALORES
193	RECENSEADOR	644	AVALIADOR-LEILOEIRO
194	PROGRAM-COMPUTADOR	645	OUTROS-AG-CORRETORES
281	OPER-SOM-CENOGRA	646	COMPRADOR
282	OUTR-OPER-RAD-TV	741	AGENTE-ESTR-FERRO
283	OPER-PROJET-CINEMA	742	CONDUTOR-CHF-TREM
293	OUTRAS-TECNICAS	761	INSPETOR-DESPAC-TRANSP.
302	TECNICO-AGROPEC.	773	TELEGRAF-RADIOTELEG.
405	MESTRE-TEC-ELET-GAS-AGUA-ESG.	833	JUIZ-ESPORTE
406	OUT-MESTRES-CONT-TEC	834	TECNICO-ESPORTE
503	REPAR-EQ-ELE-ELETR	918	INSPETOR-FISCAL

Além dessas ocupações acima outras ainda podem compor essa categoria. A lista que segue compõe essa classe desde que combinado com o filtro de posição na ocupação.

COD V0346	HOME NO DICIONÁRIO
505	REPAR-RADIO-TV
506	ELETRIC-INSTAL.
507	INST-EQ-TELECOMUNICAÇÃO
508	INST-REP-LINHA-TELECOM.

Essas ocupações entram na categoria 53 quando a posição na ocupação for igual a empregados (em geral).

Ocupações médias da saúde e educação (Categoria 54)

A lista de ocupações abaixo compõe a classe sem nenhum tipo de filtro.

COD V0346	HOME NO DICIONÁRIO
132	PRATICO-FARMACIA
161	ACADEMICO-HOSPITAL
162	ENFERMEIRO-N.DIPLOM.
163	TECNICO REABILITAÇÃO
164	ORTOPTISTA-OTICO
165	INTRUM-MED-ODONT
166	PARTEIRA
167	PROTETICO
168	TEC-ANALISE-CLIN
222	INSPETOR-ALUNO

Outras ocupações também podem fazer parte dessa categoria. Trata-se de professores sem nível superior, portanto não entram na categoria 44.

COD V0346	HOME NO DICIONÁRIO
215	PROF-PRIM/QUARTA
216	PROF-PRIM.GR-S/ESPECIF.
217	PROF-PRE-ESCOLAR
218	PROF-FORM-PROFIS.
219	PROF-ENSINO-N/ESPECIF.

Ocupações de segurança pública, justiça e correios (Categoria 55)

COD V0346	HOME NO DICIONÁRIO
50	TEC-FISCAL-TRIBUT-ARREC
241	TABELIAO-OFIC-REG.
242	ESCRIVAO
243	OFICIAL-JUSTICA
244	OUTRAS-JUSTICA
771	AGTE-POSTAL-TELEGRAFICO
772	POSTALISTA
775	CARTEIRO
865	INVESTIG-POLICIA
866	GUARD/INSP-CIVIL
867	CARCER/GUARD-PRES
868	DATILOSCOPISTA

A listagem acima conta com ocupações que entram na categoria sem nenhum tipo de filtro. E, os militares descritos abaixo vão se integrar nessa categoria desde que não tenham ensino superior.

COD V0346	HOME NO DICIONÁRIO
861	OFC/FORCAS-ARMAD
862	PRAC/SOLD-F/ARMA
863	OFC-PRACA-BOMBEIROS

Trabalhadores do comércio (Categoria 61)

A categoria é composta pelas seguintes ocupações.

COD V0346	HOME NO DICIONÁRIO
14	DONO-FEIRANTE
533	MAGAREFE
601	COMERCIANT-C/PROPRIA
602	VENDEDOR
603	OPERADOR-CAIXA
604	REPOSITOR-MERCADORIA
605	DEMONSTRADOR
611	FEIRANTE
621	VEND-JORNAL-REVISTA
852	OUTROS-C/PROPRIA
912	BILHETEIRO-DIVERSOES

Prestadores de serviços especializados (Categoria 62)

A classe dos prestadores de serviços especializados é composta pelas ocupações da listagem que segue, sem a interferência de nenhum tipo de filtro.

COD V0346	HOME NO DICIONÁRIO
431	LANTERNEIRO-AUTO
563	PINTOR-CERAMICO
712	COMISSARIO-BORDO
726	TAIFEIRO
752	TROCADOR
812	CAMAREIRO EXC.DOMEST.
813	COZINHEI.EXC.DOMEST.
814	GARCON
815	ATEND-BAR-LANCHONETE
817	MAITRE/HOTEL
818	MAITRE/RESTAURANTE
821	CABELEREIRO
822	BARBEIRO
823	MAQUIL-DEPIL-ESTETICISTA
824	MANICURO-PEDICURO
825	LAVADEIRA-PASSADEIRA
869	GUARD/VIGIA-PARTIC
913	BOMBEIRO-N/CORP-BOM
926	BABA EXC/SERV.DOMÉSTICO

Além dessas ocupações também faz parte dessa categoria um segundo conjunto de ocupações, desde a atividade em que se inserem seja um dos ramos selecionados.

Comércio prod. Naturais / alimentos / vestuário / art. Domésticos / art. Gráficos /
art. Construção / aparelhos / art. Transportes / art. Químicos / combustíveis

Ambulante

Pequeno comércio

Supermercados

Loja de departamento

Comércio de varejo

Hospedagem

Restaurantes

Assistência técnica – aparelhos

Assistência técnica – veículos

Reparação de móveis bombeiros

Consertos especializados

Serviços pessoais

Alfaiataria

Aluguel de roupas (outros ser. Pess. Mal defini.)

Lavanderia

Serviços residenciais

Serviços de segurança

As ocupações que devem se combinar com os ramos de atividade acima são:

COD V0346	HOME HO DICIONÁRIO
481	MARCENEIRO
482	CARPINTEIRO
582	OPERADOR-EMPILHAD.
731	GUINDASTEIRO
751	MOTORISTA
923	OPER-MAQ-N/AGROPEC-CONTR.CIV.

Ainda, outras ocupações podem fazer parte dessa categoria. Desde que sejam ocupados por conta-própria as ocupações abaixo compõem a categoria.

COD V0346	HOME HO DICIONÁRIO
505	REPAR-RADIO-TV
506	ELETRIC-INSTAL.
507	INST-EQ-TELECOMUNICAÇÃO
508	INST-REP-LINHA-TELECOM.

Como conclusão dessa categoria os fotógrafos que são empregados (em gera).

COD V0346	HOME HO DICIONÁRIO
274	FOTÓGRAFO

Prestadores de serviço não especializados (Categoria 63)

Os prestadores de serviços não especializados se organizam em três grupos de ocupação. Um primeiro grupo que compõe a classe não ganha nenhum tipo de filtro.

COD V0346	HOME HO DICIONÁRIO
574	BORRACHEIRO
841	PORTEIRO
842	ASCENSORISTA
843	VIGIA
844	SERVEENTE
919	JARDINEIRO-N/LAVOURA
920	LIXEIRO

Outro grupo de ocupações entra na categoria 63 desde que o ramo de atividade seja na prestação de serviços

Comércio prod. Naturais / alimentos / vestuário / art. Domésticos / art. Gráficos /
art. Construção / aparelhos / art. Transportes / art. Químicos / combustíveis

Ambulante

Pequeno comércio

Supermercados

Loja de departamento

Comércio de varejo

Hospedagem

Restaurantes

Assistência técnica – aparelhos

Assistência técnica – veículos

Reparação de móveis bombeiros

Consertos especializados

Serviços pessoais

Alfaiataria

Aluguel de roupas (outros ser. Pess. Mal defini.)

Lavanderia

Serviços residenciais

Serviços de segurança

As ocupações aqui são:

COD V0346	HOME NO DICIONÁRIO
911	APRENDIZ
914	CAPATAZ

Como último grupo de ocupações que fazem parte dessa classe temos:

COD V0346	HOME NO DICIONÁRIO
826	ENGRAXATE
915	DEDETIZADOR
916	GUARDADOR-AUTOMOVEIS
924	TRAB-BRACAL-SEM-ESPECIF.
925	TRAB-CONSERV-RODOVIAS

Essas ocupações compõem a categoria dos prestadores de serviço não especializados quando a posição na ocupação for empregado (em geral).

Trabalhadores da indústria moderna (Categoria 71)

A classe dos trabalhadores da indústria moderna se compõe em dois grupos de ocupações. Diferentemente da lógica de classificação original da categorização de 1991, em 2000, as ocupações foram divididas entre os tipos de indústria. Decorre daí que a listagem de ocupações que segue entra na classe de trabalhadores da indústria moderna sem nenhum tipo de filtro.

COD V0346	HOME NO DICIONÁRIO	COD V0346	HOME NO DICIONÁRIO
411	FORNEIRO-METALUR	425	MECAN-SEM-ESPEC.
412	LAMINADOR	426	SOLDADOR
413	TREFILADOR	427	REBIT-MONT-EST-METAL.
414	MODELAD-MACHEIRO	428	CALDEIREIRO
415	GALVANIZ-REC-METAIS	429	FERREIRO-SERRAL.
416	AFIADOR-AMOLADOR	430	FUNILEIRO
417	POLID-ESMERILHADOR	501	MONT-EQUIP-ELE
418	FERRAMENTEIRO	502	MONT-EQ-EL-N/RD-TV
419	ESTAMPADOR-MECANICO	517	ENCANADOR
420	OPER-PRENSA-MEC-METAIS	575	VULCANIZADOR-REC.
421	FRESADOR-FURADOR	576	FOGUETEIRO
422	TORNEIRO-MECANICO	581	PINTOR-PISTOLA
423	AJUST-MONTAD-MEC.	586	ARTEF-BOR-PLAS-N/PNEU
424	MECAN-VEIC-AUTOM.	587	ARTEF-CIMENTO-FIBROCIMENTO
		921	LUBRIFICADOR

Um outro grupo de ocupações também entra na classe 71, mas depende para isso de estarem também nos seguintes setores de atividade.

Indústria metais
Equipamentos mecânicos
Equipamentos elétricos
Acessório veículos
Papel e papelão
Acessórios borracha
Insumos químicos
Derivados petróleo
Plásticos e fibras
Indústria farmacêutica
Perfumaria
Indústria do fumo
Indústria gráfica
Petróleo

COD V0346	HOME NO DICIONÁRIO
481	MARCENEIRO
482	CARPINTEIRO
582	OPERADOR-EMPILHAD.
584	EMBALADOR-MERCAD.
731	GUINDASTEIRO
732	ESTIVADOR
751	MOTORISTA
911	APRENDIZ
914	CAPATAZ
923	OPER-MAQ-N/AGROPEC-CONTR.CIV.

Trabalhadores da indústria tradicional (Categoria 72)

A classe dos trabalhadores da indústria tradicional é organizada em três grupos de ocupações. Um grande grupo de ocupações faz parte da categoria 72, os trabalhadores da indústria tradicional, sem o cruzamento com nenhum tipo de filtro.

COD V0346	HOME NO DICIONÁRIO	COD V0346	HOME NO DICIONÁRIO	COD V0346	HOME NO DICIONÁRIO
341	MINEIROS	470	ALFAIATE-COSTUR	540	OCUP-IND-BEBIDAS
345	CANTEIRO-MARROEIRO	471	AUXILIAR-COSTURA	541	OCUP-IND-CAFE
351	OPER-MAQ-EXTR-BENEF-MINERIO	472	CALCEIRO-CAMISEIRO	542	OCUP-IND-PESCADO
361	EXTRAC-PETROL-GAS	473	MODELISTA-CORT.	543	OCUP-IND-CHA-MATE-CACAU
371	GARIMPEIRO	476	CHAPELEIRO-N/PALHA	544	OCUP-IND-OLEAGINOSOS
381	SALINEIRO	478	TRABAL-FABR-CALC	545	OCUP-OUT-IND-ALIMENT.
391	SONDAD-POCO-N/PETR-GAS	484	OPER-MAQ-MARCEN.	551	LINOTIPISTA
441	CARDADOR-PENTEADOR	485	SERRADOR	552	TIPOGRAFO
442	MACAROG-BOBIN-ESPULADOR	486	PREPARA-COMP-AGLO.	553	CLICHERISTA-GRAVADOR
443	FILANDEIRO	487	ESTOFADOR-CAPOTEIRO	554	IMPRESSOR
444	RENDEIRO	488	COLCHOEIRO	555	REVISOR-GRAFICA
445	URDIDOR-REMETED	489	LUSTRADOR-MADEIRA	556	ENCADERN-CARTONADOR
446	CORDOEIRO	490	CESTEIRO-ESTEIR.	557	OUTR-OCUP-GRAFICA
447	TECELAO	531	LINGUICEIRO-SALSICHEIRO	577	VASSOUREIRO
448	TAPECEIRO	532	CHARGUEADOR	578	MARMORISTA
449	REDEIRO	534	OCUP-INDUST-LAT.	579	PREPARADOR-FUMO
450	ALVEJAD-TINT-TEXTIL	535	DOCEIRO-CONFEIT.	580	CHARUTEIRO-CIGAR.
451	ESTAMPADOR-TEXTIL	536	MACARRONEIRO-PASTELEIRO	585	OCUP-IND-PAPEL(AO)
452	ACABADOR-PANO	537	PADEIRO	589	OUTR-OCUP-IND-TRANSF.
461	CORREEIRO-SELEIRO	538	FARINHEIRO-MOLEIRO		
462	CURTIDOR	539	OCUP-IND-ACUCAR		

Um outro grupo de ocupações compõe a classe dos trabalhadores na indústria moderna quando existe um cruzamento com os seguintes setores de atividade:

COD V0346	HOME NO DICIONÁRIO
481	MARCENEIRO
482	CARPINTEIRO
582	OPERADOR-EMPILHAD.
584	EMBALADOR-MERCAD.
731	GUINDASTEIRO
732	ESTIVADOR
751	MOTORISTA
911	APRENDIZ
914	CAPATAZ
923	OPER-MAQ-N/AGROPEC-CONTR.CIV.

Para finalizar essa classe resta apenas incluir as Bordadeiras-cerzadeiras, quando sua posição na ocupação é de empregado. Essa ocupação seria própria da indústria têxtil

Indústria de transformação
 Indústria de madeiras
 Fabricação de móveis
 Couro
 Produtos plásticos
 Produtos de fibra
 Indústria vestuário
 Indústria calçados
 Indústria Indústria de bebidas
 Indústria de construção (out. ind. Tran. Mal def.)
 Carvão mineral
 Alimentos
 Pedras
 Águas e sal
 Pedras preciosas
 Minerais radioativos
 Minérios
 Metais – extração e beneficiamento
 Mineração não especificada
 Vime
 Rendas e rede

Operários dos serviços auxiliares (Categoria 73)

As ocupações abaixo fazem parte dos operários dos serviços auxiliares.

COD V0346	HOME NO DICIONÁRIO
509	OPER-INT-ENEN-ELET
583	FOGLIST-N/EMB-TREM
721	OFC-MARINHA-MERCANTE
722	MESTRE-EMBARCAÇÃO
723	MAQUIN-EMBARCAÇÃO
724	FOGLISTA-EMBARCAÇÃO
725	MARINHEIRO-CIVIL
727	BARQUEIRO-CANOEIRO
743	MAQUINISTA-TREM
744	FOGLISTA-TREM
745	GUARDA-FREIOS
746	MANOBREIRO-SINALEIRO
753	CARROCEIRO-TROPEIRO
762	CONSERVADOR-FERROVIAS
922	OPER-TRATAM-BOMBEAM-DAGUA

Como complemento da classe as ocupações abaixo entram na categoria 72 segundo os setores de atividade descritos:

Eletricidade
 Gás
 Água e esgoto
 Lixo
 Pequeno transporte
 Transporte público
 Transporte de carga
 Transporte terrestre (Rodoviário)
 Transporte marítimo
 Transporte aéreo
 Transporte urbano
 Correios
 Telefones
 Armazéns
 Serviços diversos aux. Ind. Em geral
 Administração financeira
 Serviços de transporte
 Org de serv de transporte
 Serviços navegação
 Serviços auxiliares ativ. econômica

COD V0346	NOME NO DICIONÁRIO
481	MARCENEIRO
482	CARPINTEIRO
582	OPERADOR-EMPILHAD.
584	EMBALADOR-MERCAD.
731	GUINDASTEIRO
732	ESTIVADOR
751	MOTORISTA
911	APRENDIZ
914	CAPATAZ
923	OPER-MAQ-N/AGROPEC-CONTR.CIV.

Operários da construção civil (Categoria 74)

Na classe dos operários da construção civil temos também dois grupos de ocupação. Sem nenhum tipo de filtro a classe é integrada pelas ocupações que seguem:

COD V0346	NOME NO DICIONÁRIO
483	TANOEIRO
511	ARMADOR-CONCRETO
512	PEDREIRO
513	SERVENTE-PEDREIRO
514	PINTOR-CAIADOR
515	ESTUCADOR
516	LADRILHEIRO-TAQUEIRO
518	VIDRAC-COLOCADOR
519	CALCETEIRO-ASFALTADOR
520	CALAFATE
521	OPER-MAQ-CON-CIVIL
564	OLEIRO

Como complemento, as ocupações a seguir entram na classe 74 se fizerem parte do setor de atividade da Construção Civil.

COD V0346	HOME HO DICIONÁRIO
481	MARCENEIRO
482	CARPINTEIRO
582	OPERADOR-EMPILHAD.
584	EMBALADOR-MERCAD.
731	GUINDASTEIRO
732	ESTIVADOR
751	MOTORISTA
911	APRENDIZ
914	CAPATAZ
923	OPER-MAQ-N/AGROPEC-CONTR.CIV.

Trabalhadores domésticos (Categoria 81)

Compõem essa categoria as seguintes ocupações:

COD V0346	HOME HO DICIONÁRIO	COD V0346	HOME HO DICIONÁRIO
801	ARRUMADEIRA	806	GOVERNANTA/MORDOMO
802	BABA-DOMESTICA	807	EMPREG-DOMÉSTICO
803	COZINHEIRA-DOMEST.	808	AUXILIAR-DOMÉSTICO
804	FAXINEIRA-DOMEST	816	GOVERNANTA EXC.DOM.
805	LAVAD/PASSADEIRA		

Ambulantes e Biscateiros (Categoria 82)

Essa classe reúne as ocupações dos trabalhadores ambulantes.

COD V0346	HOME HO DICIONÁRIO
13	VENDEDOR AMBULANTE
612	AGUADEIRO
613	DOCEIRO-SORV-BALEIRO
614	QUITANDEIRO-FRUTEIRO
615	TRIFE-PEIXE-LEITEIRO
616	BILHETEIRO
617	OUTROS-AMBULANTES

As ocupações abaixo também compõem a categoria 82 desde que não sejam classificadas como empregados na sua posição na ocupação.

COD V0346	HOME NO DICIONÁRIO
826	ENGRAXATE
915	DEDETIZADOR
916	GUARDADOR-AUTOMOVEIS
924	TRAB-BRACAL-SEM-ESPECIF
925	TRAB-CONSERV-RODOVIAS

Anexo 2: Questionário

Apresentar-se, dizer que é pesquisador da Universidade Federal de Goiás e Universidade Católica estão fazendo uma pesquisa sobre violência urbana em 13 cidades do Estado de Goiás. Esclarecer que as respostas são sigilosas e que ele, entrevistado não será identificado. Explicar que as respostas serão transformadas em números. Seja Cortês!

Nome do Pesquisador: _____ data da entrevista: _____

Área Pesquisada: _____

Idade: _____ Sexo: _____

Escolaridade: _____ Ocupação: _____

A) Há quanto tempo você mora neste bairro: **(Marcar apenas 1 opção)**

- 1) Menos de 1 ano
- 2) De 1 a 3 anos
- 3) Mais de 3 anos

B) Você mora: **(Marcar apenas 1 opção)**

- 1) Sozinho (a)
- 2) De 2 a 4 pessoas
- 3) De 5 a 7 pessoas
- 4) Mais de 7 pessoas

C) Você conversa com os seus vizinhos: **(Marcar apenas 1 opção)**

- 1) Diariamente
- 2) Frequentemente
- 3) Raramente
- 4) Nunca

D) O que mais o incomoda no seu bairro em 1º, 2º e 3º lugar: **(Pesquisador, anote nos parênteses o número correspondente as opções na ordem em que elas são citadas)**

- 1) Falta de iluminação
- 2) Falta de policiamento
- 3) Presença de Matagais
- 4) Presença de lotes baldios, casas ou prédios abandonados
- 5) Ruas sem pavimentação
- 6) Nenhuma dessas me incomoda **(Pesquisador não ler esta alternativa)**

1º: ()
2º: ()
3º: ()

E) Com que frequência esses atos acontecem no seu bairro: **(Pesquisador, anote no parêntese o número correspondente a opção citada).**

1. Nunca acontece
2. Acontece Raramente
3. Acontece Frequentemente

- E1) As pessoas discutem, xingam ou insultam as outras na rua ()
E2) Muitas pessoas estranhas ou desconhecidas andando nas ruas do bairro ()
E3) As pessoas sujam as ruas ()
E4) Muitas lâmpadas das ruas são quebradas de propósito..... ()
E5) As pessoas são mal educadas ()
E6) Há grande confusão nos pontos de ônibus ()
E7) Pessoas destroem ou danificam os muros, janelas, postes, orelhões (vandalismo) ()
E8) Pessoas que usam drogas em lugares públicos ()
E9) Gangues causam confusão, brigam , agredem pessoas ()
E10) Há muito barulho nas ruas ()

F) Como você se sente circulando sozinho(a) no seu bairro à noite? **(Marcar apenas 1 opção)**

- 1) Muito seguro
- 2) Razoavelmente seguro
- 3) Um pouco inseguro
- 4) Muito inseguro

G) Do que você mais teme ser vítima em 1º, 2º e 3º lugar: **(Pesquisador, anote nos parênteses o número correspondente as opções na ordem em que elas são citadas)**

- 1) Roubo de telefone celular
- 2) Roubo de veículo
- 3) Roubo de outro objeto pessoal
- 4) Roubo na sua residência
- 5) Seqüestro
- 6) Agressão física
- 7) homicídio
- 8) Estupro

1º: ()
2º: ()
3º: ()

H) Com que frequência esses atos de violência acontecem no seu bairro: **(Pesquisador, anote no parêntese o número correspondente a opção citada).**

1. Nunca acontece
2. Acontece Raramente
3. Acontece Frequentemente

- H1) Furtos ()
H2) Roubo em residências ()
H3) Estupro ou tentativa de violência sexual ()
H4) Assalto à mão armada ()

- H5) Assassinato de pessoas ()
H6) Roubo seguido de morte ()
H7) Roubo de carros ou motos (assaltos) ()
H8) Tráfico de drogas ()
H9) Roubo no comércio local ()
H10) Um adulto agride uma criança causando lesão corporal ()
H11) Seqüestro de pessoas para pedir resgate ()
H12) Uma pessoa agride outra, causando lesões corporais..... ()
H13) Espancamento ou agressão contra mulheres ()

I) Você já fez alguma modificação em sua residência ou condomínio visando maior segurança?

- 1) Sim
2) Não (**Caso a resposta seja negativa, pular para questão J**)

I1) Se fez, qual ou quais? (**Anote 1 para sim e 2 para não no parêntese**)

- I1.1) Instalou alarme ()
I1.2) Instalou cerca elétrica ()
I1.3) Instalou câmeras ()
I1.4) Aumentou/Construiu muros ()
I1.5) Colocou grades ()
I1.6) Colocou garras, pregos, vidros nos muros ()
I1.7) Contratou firma de vigilância privada ()
I1.8) Mantém Cães de guarda ()
I1.9) Instalou interfone ()
I2.0) Instalou olho mágico ()
I2.1) Contratou vigia de quarteirão ()
I2.2) Contratou um guarda ()

J) Agora eu peço que você pense em um lugar perigoso e que me descreva quais são características desse lugar:

K) Qual é a sua opinião sobre a violência em Goiânia em relação ao último ano: (**Marcar apenas 1 opção**)

- 1) Aumentou
2) Permaneceu como Estava
3) Diminuiu

L) Você foi vítima de algum desses atos no último ano? (**Se mais de um ato, marque os três últimos**)

- 1) Furto
2) Roubo de telefone celular

- 3) Roubo de veículo
- 4) Roubo de outro objeto pessoal
- 5) Roubo na sua residência
- 6) Seqüestro
- 7) Falso Seqüestro
- 8) Agressão física
- 9) Tentativa de homicídio
- 10) Tentativa de estupro
- 11) Estupro
- 12) Não foi vítima de nenhum desses atos **(Se não, pular para a questão M)**

L1) Se o entrevistado foi vítima de mais de um ato, perguntar qual dentre os citados lhe causou mais medo.

Marque no parêntese o número correspondente a este ato: ()

PARA AQUELES QUE FORAM VÍTIMAS DE MAIS DE UM ATO, AS QUESTÕES SEGUINTE REFEREM-SE AO ATO ESCOLHIDO NA L1.

L2) O agressor era:

- 1) Conhecido
- 2) Estranho
- 3) Não identificado **(Se não identificado pular para a questão L6)**

L3) O agressor era do sexo:

- 1) Feminino
- 2) Masculino

L4) Aproximadamente qual era a idade do(a) agressor(a):

- 1) Até 14 anos
- 2) De 15 a 18 anos
- 3) De 19 a 30 anos
- 4) Acima de 31 anos

L5) Quanto a cor o(a) agressor(a) era:

- 1) Branco
- 2) Negro
- 3) Pardo (mulato, moreno, etc)

L6) O crime aconteceu:

- 1) Em casa
- 2) Na rua, do bairro em que mora
- 3) Na rua, fora do bairro em que mora
- 4) No ônibus
- 5) No trabalho

- 6) Na escola
- 7) Em local de lazer

L7) O crime aconteceu:

- 1) De manhã
- 2) À tarde
- 3) À noite
- 4) De madrugada

L8) Você chamou a polícia?

- 1) Sim
- 2) Não

L9) Foi registrado boletim de ocorrência na delegacia?

- 1) Sim (**Se sim, ir para a L10**)
- 2) Não

L9.1) Por que não foi registrado Boletim de Ocorrência? (

Após responder esta, ir para a questão M)

- 1) Não adianta, a polícia não faz nada.
- 2) O objeto roubado era de pequeno valor.
- 3) Demora muito, gasta tempo.
- 4) Medo de Represália.

L10) Foi encontrado o suspeito?

- 1) Sim
- 2) Não

L11) A ação da polícia foi:

- 1) Satisfatória
- 2) Insatisfatória

M) Algum amigo próximo ou vizinho foi vítima de algum ato de violência no último ano?

- 1) Sim
- 2) Não

N) Alguém da sua família foi vítima de algum ato de violência no último ano?

- 1) Sim
- 2) Não

O) O que você diria sobre as seguintes afirmações:

- 1) Concordo
- 2) Discordo

O1) Penas mais rigorosas podem reduzir o crime no país ()

O2) A pena de morte seria uma medida eficaz na redução do crime no Brasil ()

O3) A redução da maioridade penal é uma medida fundamental para reduzir a violência no Brasil ()

O4) Contratar vigilância privada é uma das melhores maneiras de garantir a segurança dos cidadãos ()

O5) A segurança pública tem sido eficaz no combate a violência. ()

O6) Evitar lugares públicos e o contato com estranhos é uma das medidas para se viver com segurança. ()

O7) A utilização de cercas elétricas, alarmes, câmeras, etc., nos bairros são as melhores opções para se viver com segurança. ()

O8) Melhor policiamento pode reduzir o crime no seu bairro. ()

O9) Evitar lugares afastados do seu bairro é uma forma de se sentir seguro. ()

O10) Ninguém está seguro em lugar algum. ()

P) Qual o principal meio de comunicação através do qual você toma conhecimento dos crimes violentos cometidos? **(Marcar apenas 1 opção)**

- 1) Televisão
- 2) Rádio
- 3) Jornal impresso
- 4) Internet
- 5) Outros

Q) Você acha que as notícias sobre violência: **(Marcar apenas 1 opção)**

- 1) Mostram o que de fato acontece.
- 2) Não expõem a totalidade dos fatos.
- 3) Exageram na divulgação de atos violência.

R) Com quem você conversa mais sobre violência? **(Marcar apenas 1 opção)**

- 1) Familiares
- 2) colegas de trabalho
- 3) vizinhos
- 4) outros

S) Qual o tipo de crime que mais choca você? **(Marcar apenas 1 opção)**

- 1) Homicídio
- 2) Estupro
- 3) Seqüestro
- 4) Roubo seguido de morte
- 5) Outros

Agradecer ao entrevistado.

Assinatura do responsável pela Conferência: _____

Anexo 3: Sistema de Hierarquias da Polícia Militar

Ordem decrescente de hierarquias	Postos e Graduações	
	<i>Oficiais Superiores</i>	Coronel
		Tenente-Coronel
		Major
	<i>Oficiais Subalternos</i>	Capitão
		1º Tenente
		2º Tenente
		Aspirante
	<i>Graduações</i>	Subtenente
		1º Sargento
2º Sargento		
3º Sargento		
Cabo		
Soldado		

Anexo 4: Guia de Entrevistas

Guia de Entrevistas

Sentimento de Insegurança:

1. Há quanto tempo você mora no bairro?
2. Por que se mudou para cá?
3. Do que você mais gosta no seu bairro? O que mais te desagrada no bairro?
4. Fale um pouco do seu bairro, como é o cotidiano? Quais acontecimentos são frequentes por aqui?
5. E como são as casas do bairro? Têm muitas casas com equipamentos de segurança (alarme, cerca elétrica, interfone, etc.)?
6. Você anda com tranquilidade pelo seu setor durante o dia? E a noite? Sempre foi assim?
7. Você já foi vítima de violência no seu bairro? E em outro bairro da cidade? Onde? Que tipo de violência? Você chamou a polícia?
8. Já ocorreu algum episódio violento no seu bairro? Como você ficou sabendo desse fato?
9. Se pudesse você se mudaria daqui? Para onde?
10. Você costuma conversar com seus vizinhos? Com que frequência?
11. Existe uma relação de solidariedade entre os vizinhos? Por exemplo, quando um vizinho viaja, o outro olha a casa para ele; o costume de trocas de conversas na ruas, trocas de pratos, empréstimo de objetos.
12. Quando uma pessoa estranha para na porta de sua casa pedindo ajuda como alimentos, roupas, dinheiro, etc. você atende e costuma fornecer ajuda?
13. E quando alguém aparece na sua porta para entrevistá-lo (a) sobre algum assunto, você se disponibiliza a responder?
14. Me aponte um lugar que você considera seguro.

O aparelho Estatal e a segurança:

15. Você acha que o trabalho da polícia tem sido eficaz na contenção da criminalidade (no seu bairro e em Goiânia de um modo geral)?
16. Você já solicitou alguma vez o serviço policial? Como foi o atendimento?
17. Para você o que seria um policiamento melhor?
18. Qual sua opinião sobre a segurança privada, como aqueles guardas-noturnos ou a instalação de alarmes. Você acha que esse tipo de segurança resolve? E porque contratar esses serviços se já temos a polícia para fazer a manutenção da ordem?
19. Você possui algum serviço de segurança particular? Quais equipamentos de segurança você possui na sua casa?
20. Em 2005 foi realizado o *referendo sobre a proibição da comercialização de armas de fogo e munições*. Você acha que o cidadão comum deve ter uma arma de fogo em casa?

As falas da violência e o papel da mídia:

21. Você costuma conversar sobre notícias de violência? Com quem você mais conversa?
22. Você tem o hábito de se informar dos fatos violentos que ocorrem através da mídia? Qual o principal meio de comunicação pelo qual você se informa?
23. Pelas notícias que você acompanha através da mídia, você acha que a violência aumentou ou que há exagero na divulgação dos fatos? Pode dar um exemplo?
24. Na sua opinião, qual é o pior crime? Por quê?

Estigmatização, exclusão e a construção de estereótipos:

25. Para você o que é um lugar perigoso?
26. Tem algum setor de Goiânia ou algum lugar específico que você considera como sendo bastante perigoso?
27. Há algum tipo de pessoa que lhe cause medo quando cruza com ela na rua? Qual tipo?
28. O que você acha que faz as pessoas agirem de maneira violenta?
29. O que acha que deveria ser feito com essas pessoas?

Sistema de punição:

30. Você acha que as leis que temos hoje são suficientes para conter a criminalidade?
Acha que colocar mais pessoas nas prisões resolve?
31. Você acha que a pena de morte e a redução da maioridade penal devem fazer parte do sistema de punição brasileiro?